

ISABEL CRISTINA DOMINGUES AGUIAR

DISPUTA INTELECTUAL OU A IMPERTINÊNCIA DE UM POLEMISTA?

**Uma análise comparatista entre *As Américas* de Sílvio Romero e Manoel
Bomfim**

ASSIS

2009

ISABEL CRISTINA DOMINGUES AGUIAR

DISPUTA INTELECTUAL OU A IMPERTINÊNCIA DE UM POLEMISTA?

Uma análise comparatista entre *As Américas* de Sílvio Romero e Manoel Bomfim

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Letras
Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social.**

**Orientador: Luiz Roberto Velloso
Cairo**

ASSIS

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

A282d Aguiar, Isabel Cristina Domingues
Disputa intelectual ou impertinência de um polemista?:
uma análise comparatista entre As Américas de Sílvio Romero
e Manoel Bomfim / Isabel Cristina Domingues Aguiar. Assis,
2009
117f. : il.

Dissertação de Mestrado- Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Luiz Roberto Velloso Cairo

1. Romero, Sílvio, 1851-1914. 2. Bomfim, Manoel, 1868-
1932. 3. Crítica. 4. Identidade. I. Título.

CDD 801.95
869.909

***Dedico este trabalho aos meus
avôs Mariano e Sebastiana.***

AGRADECIMENTOS

À Capes pela Bolsa concedida para a realização desta pesquisa durante esta fase de meu desenvolvimento acadêmico;

Ao Prof. Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo, que com sua admirável competência de trabalho, rigor e incentivo, motiva todos os alunos e orientandos. Comigo não foi diferente, sinto-me honrada de ter sido sua orientanda desde a Iniciação Científica;

Aos professores Sílvia Maria de Azevedo e Gilberto Figueiredo Martins pelas valiosas contribuições durante o exame de qualificação desta Dissertação, assim como pelos conhecimentos compartilhados nas disciplinas da pós-graduação;

À professora Tânia Regina de Luca pelas dicas e críticas oferecidas generosamente nas aulas de Historiografia;

Aos funcionários da Biblioteca “Acácio José Santa Rosa” da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, pela atenção dedicada à pesquisa e pela agilidade nos constantes empréstimos de livros entre bibliotecas;

Agradeço à Ana Maria Rita Domingues que me deu apoio nos momentos em que não tive condições de continuar minha caminhada, aos meus pais Osmar Alves de Aguiar e Valéria Silvia Domingues, meu irmão Bruno, obrigado por tudo;

Ademar, amigo de muitas horas, pela amizade, por acreditar no meu trabalho e tornar mais agradável minha passagem por Assis;

Aos amigos distantes, mas sempre próximos Carla, Marilene, Iracema, Ana Carolina, Rubens, Erika, Hugo, Viviane, Marcel, pelo incentivo e amizade.

***Lutar com palavras
é luta mais vã.
Entanto lutamos
Mal rompe a manhã.
("O lutador" Carlos Drummond de
Andrade)***

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a polêmica instaurada por Sílvio Romero (1815-1914) sobre o livro *A América Latina: males de origem*, de seu contemporâneo Manoel Bomfim (1868-1932) a partir do cotejo entre a obra desses autores. O intuito é sistematizarmos os conceitos mais recorrentes da crítica romeriana para que possamos compreender como esses intelectuais, por caminhos distintos, pensaram a construção da identidade e cultura nacional numa época em que escritores, poetas, políticos, jornalistas buscavam definir o sentimento de pertença à nação brasileira. Pretendemos também rever a obra de Sílvio Romero não como uma junção de contradição e erros execráveis que costumeiramente a fortuna crítica do autor tende a levantar, mas como o reflexo das tensões existentes na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX e início do século XX. Esta opção metodológica não indica o menosprezo em relação à grande fortuna crítica da obra romeriana, visto que o propósito deste trabalho é antes compreender o sentido da crítica romeriana a Manoel Bomfim a partir das questões problematizadas pelos intelectuais de sua época, pela polêmica instaurada na revista *Os Anais*, e não menos importante, pela fortuna crítica existente sobre estas obras.

PALAVRAS-CHAVE: Romero, Sílvio; Bomfim, Manoel; Crítica, Polêmica Literária, Nacionalismo, América Latina.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif d'analyser la polémique instaurée par Silvio Romero (1815-1914) sur le livre *A América Latina: males de origem*, de son compatriote Manoel Bomfim (1868-1932) à partir du comparaison entre les deux oeuvres de ces auteurs. Le dessein est la systematization des concepts plus recourants de la critique "romeriana" pour que nous puissions comprendre comment ces intellectuels, par des chemins distincts, ont pensé la construction de l'identité et culture nationale dans une époque où les écrivains, les poètes, les hommes politiques, les journalistes cherchaient définir le sentiment d'appartenance à la nation brésilienne. Nous avons prétendu aussi revoir l'oeuvre de Silvio Romero non comme une union de la contradiction et des fautes execrables que habituellement la fortune critique de l'auteur relève, mais comme le reflexe des tensions existentes dans la société brésilienne da la deuxième motié du XIXe siècle et le debut du Xxe siècle. Cette option méthodologique n'indique pas le mépris en rapport à cette grande fortune critique, vu que le propos de ce travail est avant tout comprendre le sens de la critique "romariana" à Manoel Bomfim à partir des questions problematizées par les intellectuels de leur époque, par la polémique instaurée dans la revue *Os anais*, et non moins important, par la fortune critique existante sur ces oeuvres.

MOTS-CLÉS: Romero, Silvio; Bomfim, Manoel; Critique, Polémique littéraire, Nationalisme, Amérique Latine.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Sílvia Romero	20
FIGURA 2 - Faculdade de Direito do Recife	27
FIGURA 3 – Manoel Bomfim	36
FIGURA 4 – Capa de América Latina: Males de Origem	49
FIGURA 5 – Folha de rosto de <i>A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim (1906)</i>	55

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Sílvia Romero: um espírito combatente	20
1.1. Formação Intelectual: o Recife no meio do caminho	24
1.2. O “Modernismo” da geração de 70	28
1.3. O impasse entre crítica e polêmica as desavenças de um nacionalista frustrado	31
2. O contradiscurso	36
2.1. Manoel Bomfim: o intelectual das massas	37
2.2. “ <i>A América Latina: males de origem</i> ”	40
2.3. Sílvia Romero leitor de Manoel Bomfim: a impertinência de um polemista	50
2.4. Artigos XVII e XVIII de Sílvia Romero: breves considerações	56
2.5. Manoel Bomfim e o tédio a controvérsia	59

3. A ciência a serviço de quem?	62
3.1. Dois cientificistas à procura da verdade	62
3.2. A importância do mestiço	63
3.3. O debate no campo da Literatura	69
3.4. A busca pela Identidade Nacional.	70
3.5. Dois projetos românticos: uma aproximação	73
Considerações Finais	77
Bibliografia	79
Anexo 1	87
Anexo 2	113

INTRODUÇÃO

A recuperação de textos literários e críticos publicados nos séculos XIX e XX tem sido uma trajetória recorrente aos pesquisadores da Literatura Brasileira, devido à dificuldade de encontrarmos fontes primárias e bibliografia específica sobre determinado assunto.

Este trabalho não fugiu a este percurso metodológico já que a princípio objetivamos realizar uma releitura de *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*, de Sílvio Romero (1815-1914), uma obra que contou apenas com uma edição de 1906 da Livraria Chardron e que foi praticamente esquecida pelos estudiosos de Sílvio Romero.

Aliada à pesquisa que desenvolvi durante a Iniciação Científica (2006) com o projeto de análise da *História da Literatura Brasileira* (1888), de Sílvio Romero, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo e que teve auxílio financeiro da FAPESP, somou-se a dificuldade de acesso da referida obra, a Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP possui no setor de obras raras apenas um exemplar, o que me motivou a propor uma análise dos aspectos abordados no livro de Sílvio Romero.

O projeto foi apresentado ao Programa de Pós-graduação em Letras da UNESP de Assis, e resultou na elaboração desta Dissertação em que propusemos analisar *A América Latina* de Sílvio Romero a partir do cotejo ao estudo da obra *A América Latina: males de origem* (1905), de Manoel Bomfim (1868-1932).

Neste sentido, consideramos importante para esta análise o estabelecimento de um paralelo entre aquelas visto que *A América Latina* de Sílvio Romero surgiu em resposta ao trabalho de seu conterrâneo Manoel Bomfim, um autor ainda pouco estudado no meio acadêmico. Ademais, a leitura deste “ilustre desconhecido” autor foi ganhando cada vez mais espaço nesta pesquisa, justificando assim a necessidade de adotarmos uma postura comparatista no trato dessas obras.

É preciso ressaltar, entretanto, que o interesse primordial desta análise não é identificar apenas as semelhanças e divergências entre o pensamento de Sílvio Romero e Manoel Bomfim, mesmo porque elas se pautam em critérios sócio-político-econômicos e nos faltaria o respaldo teórico de outras áreas de estudo como a História e a Sociologia para compreendê-la.

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo analisar a polêmica instaurada por Sílvio Romero sobre *A América Latina: males de origem*, a partir do cotejo entre a obra desses autores. A idéia é sistematizarmos os conceitos mais recorrentes da crítica romeriana para que possamos compreender como esses intelectuais, por caminhos distintos, pensaram a construção da identidade e cultura nacional numa época em que escritores, poetas, políticos, jornalistas buscavam definir o sentimento de pertença à nação brasileira.

Para entendermos a importância deste debate nos fins do século XIX e início do XX, convém mencionarmos a definição que Alberto Schneider atribuiu para o sentido cultural do nacionalismo. Registremos:

Não se pode compreender a emergência das nações e do nacionalismo apenas como uma ideologia ou um instrumento rasteiramente político, pois trata-se, antes, de um fenômeno histórico e cultural muito amplo (...) O sentimento nacional não é o despertar das nações para a autoconsciência, mas a invenção de nações onde elas não existiam. (SCHNEIDER, 2005, p. 46)

No Brasil, o espírito nacionalista aliado às teorias científicas impediu que a atividade literária tivesse um desenvolvimento autônomo. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1938), nos anos 20 era possível ainda perceber nos jornais a ausência de critérios no uso da linguagem literária e da jornalística.

Além disso, é preciso ponderar dois aspectos de grande importância para a análise, principalmente de Sílvio Romero. Primeiramente, devemos lembrar que o livro feito em resposta a Manoel Bomfim foi publicado inicialmente na revista *Os Anais* pertencente a Domingos Olímpio (1851-1906). Trata-se de vinte e cinco artigos não apenas contrários às posturas políticas e sociológicas contidas no livro de Manoel Bomfim *A América Latina: Males de Origem*, mas que atacam a personalidade do próprio autor.

Outro aspecto que nos auxiliou está na inserção desses artigos, mais tarde reunidos e lançados em livro, mais no perfil polemista de Sílvia Romero que numa crítica concisa a obra de Bomfim.

Pretendemos também rever a obra de Sílvia Romero não como uma junção de contradição e erros execráveis que costumeiramente a fortuna crítica do autor tende a levantar, mas como o reflexo das tensões existentes na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX e início do século XX. Esta opção metodológica não indica o menosprezo em relação à grande fortuna crítica da obra romeriana, visto que o propósito deste trabalho é antes compreender o sentido da crítica romeriana a Manoel Bomfim a partir das questões problematizadas pelos intelectuais de sua época, pela polêmica instaurada na revista *Os Anais*, e não menos importante, pela fortuna crítica existente sobre estas obras.

Através desse enfoque não limitamos o estudo apenas à leitura textual de *A América Latina*, de Sílvia Romero, mas sim procuramos conciliar a análise interna com o contexto histórico-social que permitiu o surgimento dessa obra.

Observamos que tanto Sílvia Romero quanto Manoel Bomfim vivenciaram de perto as transformações ocorridas no país na busca de uma modernização traçada segundo os moldes europeus. Dentre as transformações sócio-políticas ocorridas na década de 1880 merecem destaque o fim do regime de escravidão e a queda da Monarquia que possibilitou a instauração do Regime Republicano.

Todas essas questões foram debatidas pelos citados autores com o objetivo de fortalecer a nação e se opor à continuidade do domínio português entre nós. Roberto Ventura (1991) destaca que entre os intelectuais que mais se engajaram na luta pela abolição e a República estavam Sílvia Romero e Joaquim Nabuco. O primeiro aderiu ao combate das duas transformações que, afirmadas claramente em obras e polêmicas de jornais e revistas, representariam um passo rumo ao ideal de civilização. No caso de Joaquim Nabuco verifica-se a adesão apenas ao movimento abolicionista, do qual foi um exímio representante, porém nunca contrariou a política dos Bragança, sendo seguidor do sistema monárquico até após a sua queda em 1889.

Nesse momento, Manoel Bomfim ainda não era reconhecido no cenário intelectual brasileiro, mas o surgimento de *A América Latina: males de origem*, escrita em 1903 e publicada em 1905, com o objetivo de investigar os mecanismos de dominação utilizados pelas metrópoles ibéricas no controle de suas colônias da América Latina, nos trará uma perspectiva crítica distinta daquela comungada pelos intelectuais do início do século XX. Daí a ressalva dada por Antonio Candido a esta obra de Manoel Bomfim que deve ser compreendida, sobretudo, como um contradiscurso à ideologia dominante da época.

A diferença de Manoel Bomfim em relação aos seus contemporâneos não está no rigor científico empregado, nem na inovação de linguagem, ao contrário, o autor ampara sua tese nos mesmos esquemas e termos validados pelo discurso dominante. Bomfim questionou, entretanto, o caráter neutro imposto ao discurso científico que impediu a percepção dos interesses político-econômicos existentes por trás do conhecimento científico. Para o autor a intitulada lei de inferioridade racial era:

(...) um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, covardemente aplicada à exploração dos fracos pelos fortes. (BOMFIM, 1905, p. 278)

Esta imparcialidade da ciência foi o argumento de autoridade que permitiu Sílvio Romero explicar o processo de formação do povo brasileiro, a partir da suposta superioridade da raça branca, a qual mereceria destaque por atuar como agente civilizador do índio e do africano.

É preciso atentarmos para o fato de que diferentemente de Sílvio Romero, Manoel Bomfim se refere ao Brasil apenas para elucidar determinado fato, mas em nenhum momento de seu trabalho alude apenas ao “povo brasileiro”, mas sim a unidade do “povo americano” confirmando a semelhança existente na formação destes povos.¹

¹ Esta ressalva encontra-se bem explicitada na Dissertação de Mestrado (2006) de Wilmhara Benevides dos Santos que estudou a formação do povo brasileiro nas obras de Manoel Bomfim.

A questão política sempre esteve presente na obra de Manoel Bomfim que n'A *América Latina* procurou enfatizar as condições sociais e econômicas da colonização ibérica na América do Sul, além da relativa estagnação desses países. Já Sílvio Romero dedicou seus estudos à valorização da cultura das três raças formadoras do brasileiro, posicionamento este que vai ao encontro da proposta elaborada pelo bávaro von Martius (1781-1826) sobre a fundamentação da historiografia brasileira.

No que diz respeito à polêmica criada por Sílvio Romero, podemos afirmar quase que a inexistência de um debate, pois Manoel Bomfim optou em não revidar seu opositor. Cumpre declarar que o autor de *A América Latina: Males de Origem* reagiu às críticas do conterrâneo apenas uma única vez e a pedido do secretário da revista e amigo Walfrido Ribeiro. Até essa resposta, Sílvio Romero já tinha escrito dezenove dos vinte e cinco artigos contra Manoel Bomfim que, mais tarde, iriam compor o livro homônimo *América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*, publicado em 1906.

A resposta de Bomfim também foi publicada na revista *Os Anais*, de Domingos Olímpio (1851-1906), recebendo o título de *Uma carta: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro A América Latina*. Anexamos também nesta pesquisa (ANEXO 2) a íntegra da carta-resposta de Manoel Bomfim publicada na revista *Os Anais*, de 15 de março de 1906 que permitiu distinguir claramente o estilo dos autores, bem como a intenção de Bomfim ao se abster da contenda romeriana.

Segundo Ventura, as polêmicas tiveram grande aceitação no movimento da Escola do Recife e representavam a interação entre a linguagem oral e a escrita, isto é, a poesia popular e a linguagem tradicional. Tal formato crítico foi utilizado pelos bacharéis da época que "(...) retomaram a tradição dos cantadores e repentistas, acrescida dos padrões e argumentação jurídica, com as réplicas e tréplicas próprias aos tribunais." (VENTURA, 1991, p. 10).

Desse modo, as polêmicas de Sílvio Romero se moldavam na tradição do desafio aliada a argumentação jurídica proveniente da Faculdade de Direito. Um dos grandes embates travados por Romero foi contra Laudelino Freire que havia identificado as incoerências de seu método crítico, levando aquele a responder em forma de moda popular. Citemos a passagem:

Conteste, se é capaz.
 Mas vá ouvindo a vai:
 Em ser lógica – ciência,
 Em ser arte – paspalhão,
 Põe a mão na consciência,
 Haverá contradição. (ROMERO, 1914, p. 166)

Vale lembrar o exemplo de algumas polêmicas ocorridas no campo literário da elite do Rio de Janeiro que chegaram a ser resolvidas como verdadeiros duelos. O exemplo mais crítico dessa realidade foi o suicídio de Raul Pompéia (1863-1895), após ter sido afastado da Biblioteca Nacional e agredido por Luís Murat (1861-1920) como um covarde, por ter se batido com Olavo Bilac (1865-1918).

Dentre outros exemplos de polêmicas envolvendo escritores brasileiros destacamos a que envolveu Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Norberto, Gama e Castro, Abreu e Lima e Januário da Cunha Barbosa; além do afamado debate em torno do indianismo entre o romancista José de Alencar e Joaquim Nabuco, em 1871, que contou também com os penosos ataques de Sílvio Romero.

O primeiro contato com *A América Latina* de Sílvio Romero nos impressionou devido à ausência tanto dos critérios científicos tão defendidos nas demais obras críticas, como pela descompostura textual em que articula sua argumentação. O uso de termos impróprios e xingamentos era particularidade própria e comum da “polêmica”, gênero este que Sílvio Romero era mais que especializado.

Cada um dos vinte e cinco artigos (mais de quatrocentas páginas) assemelha-se a estrutura de uma resenha crítica ao livro de Bomfim, no entanto, neste caso, o objetivo não era convidar os leitores a apreciar a referida obra, e sim oferecer ao público da revista *Os Anais* argumentos suficientes para desprezar o pensamento de seu conterrâneo.

Por conta da multiplicidade de temas e assuntos abordados durante a leitura das obras que compõem o corpus deste estudo, foi selecionado, para efeito de análise elucidativa, um tema extremamente recorrente na crítica romeriana: as implicações que o parasitismo trouxe para as nações latino-americanas, principalmente a brasileira. Este recorte foi realizado também como critério de delimitação da análise aqui realizada, a fim de evidenciar a abordagem de Sílvio Romero nas análises sobre *A América Latina: males de origem*.

Ainda para delimitar esta pesquisa, utilizamos para a análise apenas as obras que compõem o *corpus* do trabalho visto que as produções de Sílvio Romero e Manoel Bomfim possuem um caráter heterogêneo e certamente iríamos nos distanciar de nosso foco ao traçarmos as diversas fases pelas quais os autores passaram. Contudo, os demais livros contribuíram como fonte bibliográfica permitindo verificar que a flexibilidade de pensamento era uma característica comungada pelos dois autores.

Também subsidiaram essa pesquisa os textos sobre polêmicas literárias, nacionalismo e crítica que nos permitiu entender a definição que estes conceitos apresentaram nos fins do século XIX início do XX, bem como a apropriação que Romero e Bomfim fizeram dos mesmos.

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, perfazemos uma leitura contextual de Sílvio Romero identificando sua formação intelectual, as fontes teóricas a que recorreu ao longo de sua produção, sendo que muitas delas de origem francesa foram abandonadas no momento em que o autor teve conhecimento dos estudos germânicos. Também buscamos mostrar o debate inserido no Brasil após o ano de 1870, principalmente no grupo intitulado “Escola” do Recife do qual Sílvio Romero era participante.

Ainda que Antônio Candido (1988) não tenha contemplado em seu estudo sobre Sílvio Romero o livro *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*, publicado em 1906, empregamos os três aspectos por ele enumerados para a compreensão da crítica literária de Sílvio Romero. São eles: a formação cultural de Sílvio Romero; a análise da obra de acordo com o método crítico e o sentido histórico da sua crítica.

Neste momento da pesquisa, foi extremamente relevante também a apreensão dos conceitos de “campo intelectual” e “capital cultural” do sociólogo francês Pierre Bordieu (1968) que definiu a sociedade como organismos relativamente autônomos e, ao mesmo tempo, em constante luta pelo poder. No caso específico do campo intelectual, a autonomia depende da libertação do artista de qualquer tutela institucional como a política, a economia e a religião, porém o pensamento de qualquer pensador sempre oscilará entre uma dimensão política e a científica. Esses conceitos foram válidos para compreender a posição ocupada por Sílvio Romero e Manoel Bomfim no campo intelectual brasileiro.

No segundo capítulo II intitulado “O contradiscurso”, importa-nos desvendar os principais aspectos que definem o livro e o autor Manoel Bomfim. Para tanto, foi necessário realizamos uma leitura desta obra enfatizando as temáticas nela abordadas em especial a construção da metáfora do parasitismo social, um traço observado pelo autor como o agente decisivo do processo de colonização das nações latino-americanas. A crítica romeriana incidirá justamente no emprego do parasitismo enquanto metáfora estrutural da tese de Manoel Bomfim, já que o termo parasita revelaria uma amplitude incapaz de cumprir a função da lógica científica de distinguir e classificar.

Neste capítulo, realizamos uma breve análise dos artigos XVII e XVIII do livro de Sílvio Romero que tratam especificamente da leitura deste autor sobre os capítulos IV “Efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades” e V “As novas sociedades”, que compõe a obra de Manoel Bomfim. Ressaltamos que os artigos XVII e XVIII do livro de Sílvio Romero foram incorporados a este trabalho (ANEXO 1), para facilitar a compreensão e o acesso de outros pesquisadores ao estudo de Sílvio Romero. Conservamos ainda a estrutura textual, os grifos e erros existentes na obra original, salvo a atualização ortográfica, que para melhor compreensão foi modificada.

A escolha de análise dos referidos artigos obedeceu ao critério exposto pelo próprio Romero (1906), que os definiu como o momento mais importante de sua obra, pois são neles que critica com maior propriedade os “erros” encontrados no livro de Manoel Bomfim, principalmente porque ao discorrer sobre os efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades, Bomfim utilizou o Brasil como modelo do que se sucedia no resto do continente americano.

No terceiro capítulo “A ciência a serviço de quem?”, apresentamos de modo mais sistemático o cotejo entre *As Américas* a partir dos conceitos mais recorrentes da crítica de Sílvio Romero, tendo em vista que os estudos do autor voltaram-se declaradamente para a definição da Literatura Brasileira a partir dos aspectos de nossa própria realidade. Conforme Roberto Ventura (1991) assinalou, a falha do crítico sergipano foi definir a atividade literária apenas pelo fundamento naturalista de Hippolyte Taine (1828-1893), impondo as produções uma combinação entre os fatores naturais, as influências etnográficas e o momento de produção.

Apontados os objetivos, a composição e a relevância deste estudo, resta-nos penetrar no estudo no verdadeiro “Duelo de Titãs”² que se resumiu o debate entre Sílvia Romero e Manoel Bomfim.

² Referência ao artigo “Sílvia Romero e Manoel Bomfim: um duelo de titãs” (2005), de Claudefranklin Monteiro Santos professor da Universidade Federal do Sergipe (UFS).

1. Sílvia Romero, um espírito combatente



Figura 1: Sílvia Romero
Disponível em: <http://www.academia.org.br>
Acessado em 29/10/2009.

*“Como caráter e temperamento, sou
hoje o que era aos cinco anos de idade”.
(ROMERO, 1904, p. 45)*

Sívlio Romero marcou o início da crítica moderna no Brasil ao construir uma história literária que privilegiou não apenas o *corpus* literário, mas também a identidade da nação. Isso porque *A História da Literatura Brasileira*, de 1888 é uma dos primeiros esforços de sistematização da literatura do país a partir da sociedade que a determinou.

Desse modo, Romero criou um cânone de livros e autores segundo o critério de contribuição para a nacionalidade, o qual era independente do fator literário. O conceito de literatura do autor originou-se dos historiadores e críticos alemães do século XIX, caracterizando-se pela abrangência de considerar como fato literário toda e qualquer manifestação de inteligência de um povo.

A respeito da produção crítica romeriana, Antonio Candido (1988) afirma que a obra *A História da Literatura Brasileira* expressa toda a produção de Sívlio Romero, já que:

Nos vinte anos que a precederam, organizou suas idéias e as foi aplicando a setores diversos da cultura nacional. Nos vinte e seis que a sucederam, apurou e desenvolveu normalmente aquelas idéias, de tal modo a podermos dizer que, do ponto de vista não só do método, quanto da sua aplicação, quem conhece este livro conhece Sívlio Romero de maneira mais ou menos completa. (CANDIDO, 1988, p. 70-1).

Além disso, Sívlio Romero considerou esta obra como o auge de sua produção porque, segundo o autor, através da *História* pode alcançar a imparcialidade necessária para a realização da crítica pautada nos critérios da ciência do século XIX.

No entanto, a imparcialidade alcançada por Sívlio Romero não o levou a renegar os livros anteriores, já que as bases históricas, filosóficas e literárias de seu trabalho permanecem idênticas. Citemos o autor:

Esses livros são também meus filhos diretos. Como verdade, como doutrina, como análise; valem tanto quanto este (a *História*), como reação, como ataque, como polêmica, valem mais do que este; como experiência, como imparcialidade, como moderação, é que valem menos do que este. (ROMERO, 2001, p. 39)

A maior parte da fortuna crítica existente atualmente sobre o autor tem insistido em destacar o autor como um crítico contraditório e de pouca contribuição para o estudo da literatura propriamente dita.

Convém lembrar a advertência dada por Alberto Schneider (2005) de que a contradição da obra romeriana se refere tanto a interpretação dada pelo autor, quanto para a perplexidade sentida por Sílvio Romero diante de uma sociedade em contínua mudança político-social, oscilando entre o ideal de modernização europeu e a tradição colonial, e que tinha a maior parte da população marginalizada a esse processo de transformação.

Outra característica muito explorada a respeito de Sílvio Romero alude ao espírito apaixonado com que o autor se entregava para a atividade intelectual. Tinha uma grande fidelidade com as idéias defendidas, e, por conseguinte, sentia necessidade de rebater aquelas consideradas como injúria ao desenvolvimento da nação brasileira.

Quando questionado sobre a origem de sua inclinação para a polêmica e do tom apaixonante de seu discurso, Sílvio Romero alegava ter recebido dos pais certas predisposições. Citemos:

(...) a propensão analítica e crítica teria vindo do pai, português do norte, muito inteligente e muito satírico; a bonhomia para não dizer a bondade, herdara de sua mãe. Além desse suposto legado de família acrescentem-se, como ponto de partida de sua existência, as primeiras impressões experimentadas na infância. Sílvio Romero, ainda menino, vira a sua vila assolada por duas epidemias. (RABELLO, 1944, p. 44.).

Antônio Candido definiu o espírito romeriano como “um verdadeiro turbilhão de idéias, no sentido próprio e figurado.” (CANDIDO, 1978, p. 9). Assim, ficou consagrada a visão do crítico sergipano que representou o início da crítica sociológica brasileira.

O autor era filho do comerciante André Ramos Romero e de Maria Joaquina Vasconcelos, uma família tradicional que dominava grande parte do Sergipe, devido a papel exercido pelo avô no partido liberal. Contudo, o prestígio familiar não impediu estes de sofrerem constantemente com as epidemias que se alastraram pela cidade de Lagarto no século XIX.

Após a morte da irmã Lídia vitimada pela epidemia do cólera-morbo, Sílvio Romero foi enviado para a escola, medida adotada pelo pai mais para afastá-lo do Engenho que para instruí-lo.

Não há muitas informações sobre a contribuição desse momento para a formação romeriana, mas sabemos que eram comum as punições corporais como forma de garantir a disciplina.

Em *Estudos de literatura contemporânea*, o crítico fez um breve comentário dos materiais pouco esclarecedores utilizados na época de sua primeira instrução. Citemos o autor:

Histórias detestáveis e enfadonhas em sua impertinente banalidade eram-nos ministradas nesses poeirentos cartapácios. Eram como clavas a nos esmagar o senso estético, embrutecer o raciocínio e estragar o caráter. Era, então, preciso uma abundante seiva nativa para resistir a semelhante devastação. As sentenças manuscritas eram secundadas por impressos vulgares, incolores, próprios para ajudarem a distribuição. Era o ler por ler sem incentivo, sem préstimo, sem estímulo nenhum. (ROMERO, 1885, p. 22)

Sobre isso, podemos lembrar o relato do viajante Daniel Parish Kidder, que em *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil*, destacou algumas regiões do Brasil onde crianças aprendiam a ler em manuscritos e leis.

Mais tarde, Sílvio Romero foi matriculado em regime de internato no *Ateneu Fluminense* para que recebesse instrução e dar prosseguimento aos estudos em nível superior. Segundo o sergipano, o aprendizado do *Ateneu* foi importante porque lhe ofereceu as ferramentas do desenvolvimento intelectual, principalmente a aquisição de línguas estrangeiras.

Após a conclusão do curso de Direito, Sílvio Romero escreveu nos jornais: *A Crença*; *O Americano*; *O Correio Pernambucano*; *O Diário de Pernambuco*; *O Movimento*; *O Jornal do Recife*; *A República*; *O Liberal* e *O Trabalho*. Quando foi para o Rio de Janeiro colaborou no jornal *O Repórter* e mais tarde filiou-se à *Revista Brasileira* pertencente a Franklin Távora, amigo da época da Faculdade de Direito no Recife.

Em 1904, Romero recebeu de D. Carlos, o rei de Portugal, a honra de participar como sócio correspondente da Academia de Ciência de Lisboa. Participou ao lado de Machado de Assis da inauguração da Academia Brasileira de Letras, em 1897, e apesar de não ter comparecido alegando motivo de doença, Romero foi convidado a inaugurar um curso de etnografia brasileira na Faculdade de Letras de Paris. Tudo isso demonstra o quanto Sílvia Romero era considerado entre os representantes da elite política e intelectual do país.

1.1. Formação Intelectual: O Recife no meio do caminho

O desenvolvimento intelectual de Sílvia Romero se inicia apenas com sua chegada ao Recife no ano de 1868 para cursar a Faculdade de Direito. Naquele momento, a cidade se destacava de outras regiões do país devido, sobretudo a grande agitação político-cultural da sociedade local. Foi lá que o autor chegou aos dezessete anos, porém não teve o mesmo deslumbramento que o mestre admirado Tobias Barreto (1839-1889).

Sílvia Romero havia realizado cursos preparatórios exigidos na época para a entrada nas escolas superiores – preparatórios que eram solidamente apreendidos de padres-mestres sabedores de latim, de retórica e de filosofia. Dentre os mestres que mais estiveram presente na vida de Romero podem-se destacar o padre Gustavo Gomes dos Santos, o padre Patrício Moniz (1820-1871) e o Barão de Tautphoeus.

A chegada de Romero ao Recife deu-se em meio à fase da polêmica entre o padre Pinto de Campos e o general José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) - que adotou o pseudônimo de Cristão Velho. A polêmica girava em torno da discussão sobre a bíblia.

Segundo Maria Eunice Moreira (2006), Abreu e Lima foi autor de obras de opiniões polêmicas ao mesclar em seu discurso a idéia de socialismo utópico com um cristianismo sentimental. Porém, o autor adquiriu grande destaque e originalidade ao aproximar as questões ocorridas no Brasil com a das nações do continente americano.

Na *História da Literatura Brasileira*, publicada em 1888, Sílvio Romero alude ao bom exemplo de crítica deixada por Abreu e Lima, apesar de mais tarde vir a considerá-lo um escritor de terceira ordem se comparado aos europeus.

Para Romero o ano de 1868 foi o ponto de partida para uma renovação da cultura brasileira. Além da comoção com a polêmica referida acima, o conhecimento dos ensaios de Tobias Barreto foram imprescindíveis para que o autor sergipano fundamentasse seus preceitos.

Tobias Barreto foi reconhecido como um espírito dotado de múltiplas aptidões tanto que se dedicou ao estudo da oratória, foi o precursor do monismo, atuou como polemista e, mais tarde, professor da Faculdade de Direito e poeta. Porém, neste último ramo não obteve grandes êxitos e já na sua época sua produção poética ficava sempre atrás do poeta contemporâneo a ele, Castro Alves.

Apenas Sílvio Romero, influenciado pelo tom polêmico de Tobias Barreto, lhe dava o posto de grande poeta, inclusive se comparado a Machado de Assis.

O professor Autran passou a criticar no jornal *O Católico* o posicionamento filosófico de Tobias Barreto, bem como a previsão que este fazia sobre o desaparecimento da religião assim que “a filosofia esclarecesse a razão humana”. (BARRETO, 1926, p.15).

Tobias Barreto respondeu ao respeitável professor bem ao molde das polêmicas da época, mesclando a influência popular e, ao mesmo tempo, o discurso científico. Citemos:

MOTE

“Fradecos, tocai o sino
Que o Católico morreu.”

GLOSA

“Um velho feito menino,
Por força da caduquice,
Quis lutar... ó que sandice!
Fradecos, tocai o sino!
Não julgueis que é desatino
Tachá-lo assim de sandeu...
Si em discussões se meteu,
Para tomar uma sova,
Carolas, abri-lhe a cova,
Que o Católico morreu.

Tal é na terra o destino
Das ciências passageiras
Morreu vomitando asneiras...
Fradecos, tocai o sino!
Não teve auxílio divino

Nem a Suma lhe valeu.
Como é que assim se perdeu
Tão sábio guia das almas?
Quem for ímpio, bata palmas
Que o Católico morreu". (BARRETO, 1926, p. 15)

A partir desse momento, Tobias Barreto ficou consagrado entre a geração de 70 e seu discurso passou a ter a marca própria da agressividade.

Porém, não é possível afirmar que Sílvia Romero fosse fiel seguidor do pensamento de Tobias Barreto. Apesar de toda reivindicação do crítico sergipano a importância de Barreto enquanto teórico e poeta da literatura brasileira, os dois discordavam quanto a importância dos estudos das tradições folclóricas e populares.

Tobias Barreto e Sílvia Romero nunca chegaram a polemizar sobre as diferenças de suas idéias, e mesmo Romero não deixou de consagrar ao amigo e mestre o lugar de melhor poeta da literatura brasileira.

A Faculdade do Recife vivia em harmonia com o tempo sem perder o contato com o passado (equilíbrio) e não houve nenhuma indignação às novas doutrinas que começaram a se disseminar, nem, mais tarde, houve qualquer repulsa a entrada de Tobias Barreto como professor da Escola do Recife.

A intolerância e a violência de algumas críticas eram promovidas, aliás, justamente pelos valorizadores da renovação intelectual promovida por Tobias Barreto, como é o caso de Sílvia Romero.

A constante negação que Romero sugere para a importância da cidade do Recife impediu que este valorizasse ao longo da vida os ensinamentos provenientes da Escola do Recife.



Ilustração 1: Faculdade de Direito do Recife
IN: RABELLO, Sílvio. Itinerário de Sílvio Romero. Rio de Janeiro: José Olympio. 1944, p.185.

Carlos Sússekind de Mendonça destaca o episódio da defesa de doutoramento em que o professor Coelho Rodrigues ironizou Sílvio Romero diante da oposição que este fazia à importância da metafísica:

- Pois admira-me, torna o primeiro, que tendo-se mostrado o Senhor tão contrário ao método metafísico na epígrafe das suas teses (a qual repetiu, traduzindo o Inglês em que estava escrita,) recuse agora , um argumento a *posteriori*". (contestou Coelho Rodrigues).
- Nisto não há metafísica, há lógica. (*afirma Romero*)
- A lógica não exclui a metafísica, replicou o argüente.
- A metafísica, não existe mais, se não sabia, o saiba, treplicou o doutorando.
- Não sabia, retruca esse.
- Pois vá estudar e aprender para saber que a metafísica está morta.
- Foi o senhor quem a matou?, perguntou-lhe então o professor.
- "Foi o progresso, a civilização. (MENDONÇA, 1963, p. 52).

Assim, Sílvio Romero se levantou, pegou os livros que estavam sobre a mesa e disse com ar triunfante: "Não estou para atura esta corja de ignorantes que não sabem de nada".

1.2. O “Modernismo” debate da Geração de 70

A crítica literária empenhada na construção da identidade nacional concretizou-se na década de 70 do século XIX, com a formação de uma geração, da qual Sílvio Romero (1815-1914) fez parte, comprometida com aspectos relevantes da cultura brasileira.

A geração de 70 estava concentrada, sobretudo, na cidade do Recife, em Pernambuco considerada naquele tempo um centro irradiador da ciência baseada nas teorias evolucionistas de influência européia.

Segundo Kátia Baggio (1998) a Escola de Direito do Recife, que até 1854 pertencia à cidade de Olinda, bem como a de São Paulo, fundadas em 1928, tiveram um papel decisivo na formação das elites dirigentes do regime recém instaurado e, em seguida, essa elite viria a dominar o nordeste e o sudeste do país, através da grande propriedade rural.

Convém lembrar também a existência de outros pólos culturais como a Academia Francesa, em Fortaleza, no Ceará, que teve como representantes; João Capistrano de Abreu (183-1927), Francisco de Paula Nei (1858-1897), Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911) e Raimundo da Rocha Lima (1855-1878). Tratava-se de um grupo informal que costumava freqüentar a casa de Rocha Lima para a discussão das idéias vinculadas pelos franceses.

No Rio de Janeiro, em torno da Escola Politécnica, havia um agrupamento literário sob a liderança de Raimundo Teixeira Mendes (1885-1927), Benjamim Constant (1831-1891) e Miguel Lemos (1854-1917), influenciados pelo positivismo de Augusto Comte (1798-1857). Essa agremiação seguiu restritamente os passos da doutrina positivista ao contrário, como veremos, do que ocorreu com a “Escola” do Recife, que aos poucos abandonou o sistema de Comte para aderir à influência do alemão Haeckel.

Dentre os integrantes da “Escola” do Recife, o sergipano Sílvio Romero se destacou devido ao seu intenso esforço para definir a literatura brasileira a partir do critério nacionalista, pautado nos conceitos étnico e popular. É preciso atentar para a ressalva de Roberto Ventura (1957-2002) quanto à utilização do termo “escola” ou mesmo “geração de 70” uma vez que estas expressões apontam para uma unidade de idéias e formas inexistentes na época.

O grande impulsionador da “Escola” do Recife, como já declaramos, foi Tobias Barreto que com seu espírito polêmico conseguia levar adiante um movimento que não tinha grandes forças para dominar a cena literária do país. Os seguidores de Barreto, como Sílvio Romero, tentavam levar adiante o projeto do mestre embora discordassem de alguns pontos, tais como a importância dos estudos da tradição popular. Sobre a “Escola do Recife”, Sylvio Rabello nos diz:

A “escola” do Recife teria de ser um movimento intelectual de fracas possibilidades de dominação: ela não contou com nenhum nome ricamente dotado de imaginação e de sensibilidade artística. Dela não saiu nenhum romancista e nenhum poeta com a força de alguns portugueses que tiveram em Antero de Quental o seu grande mestre. (RABELLO, 1944, p. 64-5).

Apesar da contundência crítica de Rabello, é preciso lembrar que os critérios adotados pela “Escola” do Recife como paradigmas do trabalho poético e intelectual derivavam antes das leis da ciência, configurando-se no naturalismo em voga no século XIX. Citemos a passagem de Luiz Roberto Cairo sobre a relação entre a crítica literária e o conhecimento científico:

Era importante, naquele momento, dar um caráter de ciência à literatura e à crítica literária. O crítico tinha um método científico e nele fundamentava a sua análise, e assim contribuía para a criação da Ciência Literária. A crítica literária, desta maneira, perdia o caráter de simples especulação interpretativa e ganhava o cunho de seriedade e veracidade que reveste o conhecimento científico. (CAIRO, 1996, p. 38)

Compreendida a “escola” do Recife e suas proposições passa-se a um breve estudo das principais teorias seguidas por Sílvio Romero ao longo de seu percurso intelectual.

Uma das principais fontes ideológicas da escola do Recife e conseqüentemente da obra de Sílvio Romero foram às idéias de Auguste Comte (1798-1857) que propôs na França da primeira metade do século XIX um pensamento sociológico que estabelecia uma relação entre as ciências naturais e as leis que regiam a sociedade.

Como integrante do grupo de Recife, Clóvis Beviláqua afirmou que não existia uma sistematização únicas de idéias a serem seguidas, mas sim uma filosofia progressiva pautada no positivismo de Comte, no alemão Haeckel e na aplicação da teoria de Darwin à sociedade.

Observa-se que Sílvio Romero utilizou inúmeras fontes européias para criar sua reflexão intelectual sobre o Brasil. Em alguns momentos como salientou Alberto Luiz Schneider (2005) chegou à contrariedade de negar a influência externa que intitulou de “servilismo mental das elites letradas”, porém a fundamentação de seus estudos sobre a miscigenação das três raças que formariam o brasileiro foi pautada no critério científico de origem européia. Citemos:

Em mais de uma oportunidade, Romero criticou o que denominava “servilismo mental” das elites letradas, embora ele próprio não pudesse se desvencilhar da autoridade explicativa de um método científico que buscou na Europa de Spencer, Renan e Taine. Encontrou na autoridade do método científico um foro comprobatório legítimo à sua percepção de que a miscigenação entre as três raças representaria a essência brasileira. Não deixa de ser irônico, pois a singularidade brasileira, encarnada na realidade mestiça do país, só teria validade na medida em que o método científico, universal - nesse caso equivalente a europeu – o chancelasse. (SCHNEIDER, 2005, p. 40)

A contradição percebida por Sílvio Romero fez parte da realidade do país e do pensamento intelectual da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, visto que o Brasil, representado pela elite letrada, desejava vivenciar o processo modernizante que ocorria na Europa, mas a realidade da população vivia à margem desse projeto.³ Sobre o descompasso observado, Romero afirmou:

³ Sobre isso, Schneider (2005) afirma que, ao contrário do que diz a fortuna crítica de Sílvio Romero, o autor percebeu o descompasso existente entre a elite do país e o resto da população, porém foi incapaz de assumir tal constatação como uma realidade, problema a ser solucionado. Daí, a contradição de seu discurso. Ademais, a leitura da obra romeriana deve sempre se pautar pelo contexto de seu surgimento. Citemos: “Lembremos que o problema da escravidão estava sendo superado, no plano formal, apenas naquele momento – o que dá idéia das

Uma pequena elite intelectual separou-se notadamente do grosso da população, e, ao passo que esta permanece quase inteiramente inculta, aquela, sendo em especial dotada da faculdade de aprender e imitar, atirou-se a copiar na política e nas letras quantas coisas foi encontrando no velho mundo, e chegamos hoje ao ponto de termos uma literatura e uma política exóticas, que vivem e procriam em uma estufa, sem relação com o ambiente e a temperatura exterior.” (ROMERO, 1897, p. 154)

1.3. O impasse entre crítica e polêmica: as desavenças de um nacionalista frustrado

Quando publicou o ensaio *Da crítica e sua exata definição*⁴ em 1897, após quarenta anos de atividade literária, Sílvio Romero constatou a imprecisão com que o termo sempre foi abordado, bem como a necessidade de defini-lo com exatidão.

Para o autor a crítica moderna formou-se a partir de elementos da Retórica e da Poética fundamentada pelos gregos. Tal influência recebeu o nome de tradição e não foi totalmente positiva para o estudo da crítica, já que, mais tarde, esta entrou em conflito com a disciplina da estética.

A busca pela exata definição de crítica nos mostra o quanto Sílvio Romero estava imbuído das idéias deterministas do século XIX as quais procuravam não apenas uma crítica ao caráter literário, mas acima de tudo analisavam os fatores que condicionavam tal produção.

Na tese de livre-docência *O método crítico de Sílvio Romero*, de Antonio Candido, Sílvio Romero é visto como o fundador da crítica literária brasileira por ter lançado as bases mais sólidas para a compreensão do fenômeno da literatura entre nós, além do constante empenho que teve para compreender a formação da sociedade brasileira. Neste trabalho, Candido destaca também que o caráter cientificista da crítica romeriana não se refere à proposição científica propriamente dita, ao contrário, a crítica literária é encarada como disciplina fundamentada em leis comprovadas da ciência.

profundas desigualdades e contradições que marcaram e marcam o Brasil – e, evidentemente, afetava a reflexão intelectual sobre o país.” (SCHNEIDER, 2005, p. 43)

⁴ Este ensaio não pertence à edição original da *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero. Ele foi incluído apenas a partir da 3ª edição organizada e ampliada por Néelson Romero, filho do autor.

Além disso, como declara Sylvio Rabello (1944), na crítica romeriana poucas vezes a sensibilidade artística se fez presente, mesmo quando o autor insistia em criar regras para a literatura de criação artística, estilo e linguagem, ainda assim a intuição crítica era limitada.

As limitações de Sílvio Romero no campo da crítica fizeram-no adquirir inúmeros desafetos, muitas vezes, expostos em debates e polêmicas pela imprensa da segunda metade do século XIX. Dentre tais embates podem-se destacar aqueles que combateu com os seus contemporâneos Araripe Júnior (1848-1911), José Veríssimo (1857-1916), Machado de Assis (1839-1908), Lafaiete Rodrigues Pereira (1834-1917), Valentim Magalhães (1859-1903), Laudelino Freire (1873-1937), Manoel Bomfim (1868-1932), Capistrano de Abreu (1853-1927) e o português Teófilo Braga (1843-1924).

Os livros *Zeveirissimações ineptas da crítica* e *Minhas contradições* são exemplos de crítica em que Sílvio Romero se refere mais ao autor do que aos posicionamentos contrários. Alguns opositores chegaram a receber apelidos, os quais de certa forma reafirmam mais uma vez o espírito combativo do autor.

Assim, Teófilo Braga foi chamado de Joaquim da Terceira ou Mané Teófilo; José Veríssimo de Zé Burríssimo ou o Quasimodo; Valentim Magalhães, o Coringa; Laudelino Freire, o Lomelino, o Burregote; Rosendo Barreto, o Horrendo e Capistrano de Abreu, o Caspento, o Seboso.

Contudo, a crítica feita por Machado de Assis (1839-1908) no ensaio *A Nova Geração* (1789) à falta de qualidades poéticas em *Cantos do fim do século*, foi um dos motivos que mais aguçou o crítico. Citemos Machado:

Os Cantos do fim do século podem ser também documentos de aplicação, mas não dão a conhecer um poeta; e para tudo dizer numa só palavra, o Sr. Romero não possui a forma poética (...). No livro do Sr. Romero achamos essa luta entre o pensamento que busca romper do cérebro, e a forma que não lhe acode ou só lhe acode reversa e obscura: o que dá a impressão de um estrangeiro que apenas balbucia a língua nacional. (ASSIS, 1959, p. 224-5).

Em resposta a Machado, Sílvio Romero publicou, em 1897, o livro intitulado *Machado de Assis. Estudo Comparativo de literatura brasileira*.

Longe de qualquer elogio ao autor de *Brás Cubas*, o intuito de Sílvio Romero foi demonstrar que Machado de Assis não passava de um pessimista que pouco influiria para os novos rumos da arte literária brasileira. Cita-se o que Romero nos *Estudos de Literatura Contemporânea*:

O Sr. Machado de Assis simboliza hoje o nosso romantismo velho, caquético, opilado, sem idéias, sem vistas, lantejoulado de pequeninas frases, ensebadas fitas para efeito. Ele não tem um romance, não tem um volume de poesias que fizesse época, que assinalasse uma tendência. É um tipo morto antes do tempo na orientação nacional. (ROMERO, 1885, p. 18)

Apesar de Machado de Assis não ter respondido as questões levantadas por Romero, o escritor fluminense contou com o apoio de Lafaiete Rodrigues Pereira, que sob o pseudônimo de Labieno, manifestou-se no *Jornal do Commercio* em defesa da obra machadiana.

Para Labieno, Sílvio Romero não passa de um retórico incapaz de compreender a produção machadiana justamente porque não consegue classificá-la nos critérios preestabelecidos de sua crítica. Além disso, o livro *Machado de Assis* não seria bem destinado ao autor que o nomeia:

Machado de Assis é o pretexto. O objeto do livro é Tobias, é a glorificação do Teuto sergipano. Bem sabia o Sr. Romero que se houvesse dado ao livro sua verdadeira denominação – Tobias Barreto – não teria leitores. A botica em tempo reivindicaria os seus direitos. Daí a fraudulenta substituição de Tobias Barreto por Machado de Assis. A crítica também tem as suas pias fraudes. (IN: BUENO e ERMAKOFF, 2005, p. 416)

Em *Repensando o Brasil com Sílvio Romero*, João Cezar Rocha (2001) propõe uma nova releitura da obra romeriana, que invés de enumerar os equívocos ou embates que o autor se envolveu ao longo da vida, releia “sua obra através dos equívocos” cometidos. A metodologia de leitura proposta se pauta no ensaio *Tradição literária e consciência atual da modernidade*, de Hans Robert Jauss, onde se verifica uma reconstrução do conceito de modernidade, através da clássica oposição entre o novo/antigo, sempre em relação ao tempo.

Ainda na visão de Rocha a leitura de Sílvio Romero a partir de seus equívocos permitirá perceber a compreensão do crítico de certos traços da obra machadiana totalmente desprezados por muitos críticos que se prenderam apenas aos recursos estilísticos de sua obra. Citemos:

Por tudo dizer sem rodeios, Sílvio Romero talvez tenha sido o leitor contemporâneo mais agudo de Machado de Assis, porque foi o único que destacou, com ênfase, as qualidades que hoje reconhecemos como tipicamente machadianas. 'Somente' Romero viu nessas características defeitos que comprometeriam o talento que nunca negou ao escritor fluminense (...): a fragmentação narrativa; a recusa grandiloquente; a visão de mundo cética; (...) (ROCHA, 2001, p. 84-5).

Tal argumento vai ao encontro da necessidade de se realizar uma releitura de Sílvio Romero no contexto em que sua obra se insere, evitando incorrer no risco de descaracterizar o pensamento de um dos críticos mais importantes do século XIX.

Em *Itinerário de Sílvio Romero* Sylvio Rabello enfatiza que dentre todos os críticos brasileiros, incluindo os oitocentistas Araripe Júnior e José Veríssimo, a figura de Sílvio Romero se destacava como o de maior erudição. Porém, tamanha experiência intelectual se contrapôs à falta de sensibilidade artística necessária para o trabalho de um crítico de literatura.

Neste sentido, Rabello propõe uma divisão da atividade crítica de Romero em duas instâncias que permitem perceber com evidência onde a produção do autor sergipano foi mais eficaz: o crítico de doutrina e o crítico de literatura. É naquela instância da crítica que Sílvio Romero realiza-se de modo mais coerente interferindo em discussões da ordem de doutrina e de escolas, sem que para isso fosse necessário utilizar as tão questionadas aptidões artísticas que possuía.

No entanto, a insistência de Sílvio Romero na criação de um discurso crítico de literatura realizava-se apenas na repetição constante das doutrinas aplicadas em outros ramos do conhecimento como a história, a etnografia, e a sociologia. Segundo Rabello:

Por mais que insistisse no propósito de realizar, como um árbitro, a crítica literária, por mais que procurasse ditar normas de bom gosto em assunto de literatura – de concepção artística, de linguagem e de estilo – Sílvio Romero seria sempre o mesmo autor sem a sensibilidade e a imaginação necessárias a um crítico de literatura. A sua incapacidade de sentir e de compreender autores e obras do mais puro gosto artístico, como as obras de certos poetas e de certos humoristas, é a prova de quanto era limitada a sua intuição crítica. (RABELLO, 1944, p. 94)

Por tudo o que foi exposto até o momento é possível concluir que a notoriedade da crítica literária romeriana pouco tem a ver com a capacidade de intuição artística e de sistematização do autor. Como explicar então a fundamentação de sua crítica literária, e a repercussão de seus julgamentos?

Primeiramente, é preciso lembrar que o autor da *História da Literatura Brasileira* foi um típico homem do século XIX, adepto das idéias deterministas e do naturalismo científico que condicionaram as transformações da sociedade brasileira. Por isso, Antonio Candido registra que o criticismo de Sílvio Romero só pode ser entendido como parte de um fenômeno mais geral de revolução social e ideológica.

O fenômeno mais geral que Candido alude aqui explica também a aplicação do determinismo à literatura; para Sílvio Romero esta só poderia ser analisada em relação aos fatores sociais que a condicionavam. Sabe-se atualmente que o estudo das determinantes sociais na produção artística como queria Romero é uma vertente a mais na compreensão do fato literário, por isso é necessário a reinvidicação do que Candido chamou de determinismo literário.

É com o empenho combatente que Sílvio Romero criticava autores e idéias que pareciam negar o progresso, misturando crítica e polêmica sempre com a finalidade de construir um discurso a favor de uma nação que não podia mais esperar para fundamentar, por meio da literatura, da língua, do folclore, as bases culturais daquilo que a fazia de outras nações,

2. O contradiscurso



FIGURA 2: Manoel Bomfim
Disponível em: < <http://criticadialetica.blogspot.com/2009/01/para-pensar-o-brasil-manuel-bonfim.html> >
Acessado em: 29/10/2009.

2.1. Manoel Bomfim: o intelectual das massas

Dentre os escritores que mais sofreram com a crítica polemista de Sílvio Romero, como já foi dito, está o também sergipano Manoel Bomfim. Nascido em 1868, na cidade de Aracaju, Manoel Bomfim formou-se na faculdade de medicina no Rio de Janeiro em 1890, quando concluiu o curso com a tese *Das Nefrites*.

Foi na Faculdade de Medicina da capital do país que Manoel Bomfim encontrou a agitação da vida intelectual disseminados pelos jornais em forma de debates e polêmicas, das quais muitas vezes seus amigos Olavo Bilac (1865-1918) e José do Patrocínio (1853-1905) faziam parte⁵.

Apesar do gosto pela medicina Manoel Bomfim exerceu múltiplas funções como os cargos de redator da revista *Pedagogium*, professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, secretário de Educação do Distrito Federal, além de ter sido deputado federal juntamente com os conterrâneos Sílvio Romero e Felisberto Freire. Deve-se levar em conta também a ressalva que Lília Schwarcz (1993) faz a respeito da profissionalização da medicina enquanto um exercício em construção naquela época, por isso era comum que muitos médicos ou mesmo bacharéis se dedicassem a áreas das letras e do pensamento.

A biografia do autor de *A América Latina: males de origem* comprova o constante interesse com que Bomfim dedicou-se a educação no Brasil. Para ele, a educação era o único 'remédio' capaz de tirar o Brasil do atraso e da opressão dos países dominantes.

No ano de 1897 funda os periódicos *Educação e Ensino* e *Revista Pedagógica*. Logo em seguida, é nomeado diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro onde lhe caberia a função de escolher o livro que seria adotado nas escolas do Distrito Federal.

⁵ De acordo com Aguiar (2000), Manoel Bomfim era assíduo freqüentador das casas de café e livrarias da rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, um espaço até então exclusivo das elites e dos ícones intelectuais da época. Porém, a consagração intelectual do autor veio do convite para ocupar um posto na Academia Brasileira de Letras, que Bomfim recusou, tornando membro apenas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 1912.

Neste sentido, o autor foi inovador ao realizar diversas parcerias intelectuais para a produção de livros didáticos⁶. Entre essas parcerias destaca-se a união com Olavo Bilac para a produção de *Livro de Composição para o curso complementar das escolas primárias* (1899), *Livro de Leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1901) e *Através do Brasil* (1910), que fora destinado como livro de leitura para o curso médio. Também participou juntamente com José Veríssimo (1857-1916) da criação da *Universidade Popular de Ensino livre* (1904) com o intuito de dar instrução popular ao proletariado.

Em 1903, durante uma viagem a Paris para estudar pedagogia e psicologia Manoel Bomfim escreveu e publicou *A América Latina: Males de Origem* obra esta que trazia uma interpretação distinta da até então em voga para o processo de formação do povo brasileiro e latino-americano.

Manoel Bomfim chegou ainda a publicar outras obras que sempre expressavam o diálogo com a política brasileira, tais como: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1926); *O Brasil na história: deturpação dos trabalhos, degradação da política* (1928); *O Brasil nação I. Realidade da soberania brasileira* (1929) e *O Brasil Nação* (1930). Porém, para limitarmos nossa análise e alcançarmos os objetivos propostos deste trabalho, enfocamos aqui apenas a obra *A América Latina*.

Ainda que adepto da miscigenação no Brasil, Manoel Bomfim não concordava com grande parte dos postulados disseminados no meio intelectual que insistiam em inferiorizar o resultado dessa mistura, o mestiço.

O posicionamento de Bomfim foi de encontro principalmente às convicções defendidas por Sílvio Romero para as quais a miscigenação era um processo necessário para civilizar as raças consideradas inferiores – o negro e o índio.

Dessa forma, Sílvio Romero imbuído da autoridade européia da ciência do século XIX, representada pela figura do Conde de Gobineau, afirmava a teoria do branqueamento como forma de corrigir o defeito de formação do brasileiro percebido através da composição étnica.

Quando Manoel Bomfim publicou *A América Latina* em 1905, Sílvio Romero ocupava o posto de um dos maiores nomes da intelectualidade brasileira, e sentiu-se afrontado por um conterrâneo recém-conhecido no cenário nacional.

⁶ Ainda com Aguiar (2000), as primeiras décadas da República viram o nascer de um mercado de livros didáticos que proporcionou mais visibilidade aos novos escritores.

O espírito polêmico de Sílvio Romero definido por Antonio Candido na melhor expressão de verdadeiro ‘turbilhão de idéias’ escrevia artigos de polêmica como se estivesse na presença de seus debatedores. Numa das respostas ao livro de Manoel Bomfim, o autor foi surpreendido por um dos seus filhos, Nelson Romero, falando alto: “- Fica quieto rapaz!”. Além disso, segundo Nelson, era comum ouvir Sílvio Romero interromper o trabalho para declarar com vitória: “- Estás vendo, Manuelzinho, como não tens razão”.

A crítica combatente de Sílvio Romero ao livro de Manoel Bomfim também pode ser entendida a luz da destreza de Romero ao ver um novato realizar um trabalho sobre os continentes latino-americanos, que sempre fora vontade de Sílvio realizar.

Num primeiro instante o autor da *História da Literatura Brasileira* tenta desmerecer o estudo do conterrâneo afirmando que os problemas abordados no novo livro já haviam sido tratados por ele em estudo sobre o Brasil. Na seqüência ataca: “O quadro é apenas mais vasto porque ele (Bomfim) cogita de todo o continente e eu me refiro somente ao Brasil.” (ROMERO, 1906, p. 10)

Ao que parece Manoel Bomfim reuniu todos os motivos para receber os vinte e cinco artigos (quase quatrocentas páginas) de ataques contundentes e injúrias que Sílvio Romero publicou na revista *Os Anais* de Domingos Olímpio que, mais tarde, foram reunidos no livro homônimo ao de Bomfim publicado pela Livraria Chardron, em 1906.

Vale lembrar que o periódico *Os Anais*, lançado em 8 de outubro de 1904, era uma publicação mensal, que contou com a colaboração de críticos e poetas como Evaristo de Moraes (1871-1939), João do Rio (1881-1921), José Veríssimo (1857-1916), Coelho Neto (1864-1934), Rocha Pombo (1857-1933), Araripe Júnior (1848-1911), além de Sílvio Romero (1851-1914) e Manoel Bomfim (1868-1932). Após a morte de Domingos Olímpio, em 1906, o periódico parou de circular.

A respeito da polêmica travada entre Manoel Bomfim e Sílvio Romero, Wilson Martins (1977) afirma que os ataques e injúrias proferidos por Sílvio Romero só podem ser explicados à luz de uma “perspectiva subjetiva ou da inveja”, já que Manoel Bomfim não só enfrentou sozinho as duras críticas voltadas contra ele, como também concretizou um estudo sobre o continente americano que Sílvio Romero planejava realizar.

Apesar de subjetiva, a crítica de Sílvio Romero era justificável tanto pela defesa de seus ideais enquanto estudioso consagrado, quanto pela legitimação da importância da obra de Manoel Bomfim. Ao tentar explicar a ‘inveja doentia’ que dominava as atitudes de Romero, Antônio Candido enfatiza que o livro de Manoel Bomfim constituiu um contradiscurso à ideologia da época. Isso porque era comum a crença de que havia diferenças entre as raças que compunham o povo brasileiro, e os críticos da época discordavam apenas se o fato da miscigenação era degenerativo ou não.

Manoel Bomfim intitula a teoria da inferioridade racial tão propagada na época de “ciência barata, covardemente aplicada à exploração dos fracos pelos fortes”, o que animou muito Sílvio Romero para mais uma polêmica.

Considerado como um dos maiores intérpretes do século XIX, Sílvio Romero defendia que o futuro do Brasil estava no branqueamento da população, uma visão contrária ao darwinismo social, na crença de que o branqueamento corrigiria o “defeito de formação” do brasileiro, percebido através da sua composição étnica.

2.1. *A América Latina: males de origem*

Manoel Bomfim escreveu *A América Latina: Males de origem* durante uma viagem feita à Paris em 1903. Acreditava que só poderia ter escrito tal obra fora do Brasil, onde a saudade da terra aliada à má reputação que os europeus tinham da América do Sul provocaria o desejo de reação em forma de palavras.

É interessante notar que vários dos intelectuais do século XIX e início do XX tomaram o mesmo posicionamento que Bomfim após terem contato com a realidade européia e com o velho continente.

As idéias para a realização desta obra já vinham sendo pensadas declaradamente pelo autor há pelo menos nove anos, tanto que, antes de serem publicadas em livro, elas já tinham sido também apresentadas num parecer da *História da América*, livro didático de Rocha Pombo (1857). O parecer da obra de Rocha Pombo surgiu quando o diretor geral de instrução pública anunciou o concurso de um *Compêndio de História da América*, e Manoel Bomfim na qualidade de membro do conselho superior de instrução pública, solicitou o prazer de dar o parecer das obras que porventura surgissem.

Quando a obra de Manoel Bomfim foi publicada em 1905, a elite letrada não foi receptiva ao texto que dentre outros pontos relevantes apresentou uma interpretação das sociedades latino-americanas, e em especial da brasileira, a fim de compreender “os males” que se abateram sobre tais populações.

Num ensaio clássico da fortuna crítica de Bomfim intitulado *Uma teoria biológica da mais-valia?*, Roberto Ventura e Flora Sussekind realizaram uma comparação entre a metáfora do “parasitismo” criada pelo sergipano e o *Manifesto de 1848*, de Marx e Engels, demonstrando a similaridade existente entre os dois discursos. Citemos: “Os parasitados nada têm a perder na revolução a não ser os ferrões. Têm um mundo a ganhar. Parasitados de todos os países, uni-vos!”. (VENTURA & SUSSEKIND, 1984, p. 11).

Segundo esta leitura, a transposição do *Manifesto* recebeu ares do cientificismo naturalista de fins do século XIX através, principalmente do emprego do termo biológico “parasitismo” aplicado a sociedade, entretanto a essência do discurso de Marx, isto é, a luta de classes permaneceu viva no texto de Manoel Bomfim.

O estranhamento que a obra de Bomfim gerou na crítica refere-se tanto ao uso da metáfora criada, que gera múltiplas interpretações, quanto à racionalidade científica exigida na época. Para os críticos contemporâneos a Bomfim, a linguagem metafórica impede a conceituação e a subsequente classificação do objeto estudado, contrariando assim os princípios de suas próprias fontes de estudo.

Manoel Bomfim pretendeu nesta obra desmascarar os interesses de cunho político e econômicos camuflados por trás do conhecimento científico, negando assim a pretensa imparcialidade com que a ciência era vista no final do século XIX. O autor ressalta quanto à neutralidade científica, que “seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem, e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!” (BOMFIM, 1905, p. 11 e 12).

Imbuído de tais preceitos, Bomfim demonstrou que a escravidão negra e todo processo de colonização vividos na América Latina obedeceram a critérios de ordem política e social, e a ciência não poderia ser usada para esconder essa realidade.

Ao posicionar-se, portanto, contra a verdade científica propagada pelos intelectuais do século XIX, como Sílvio Romero, Manoel Bomfim nega a própria ciência de que também se valeu para escrever *A América Latina: Males de Origem*.

De acordo com Nina Rodrigues (1862-1906), médico que dedicou parte dos estudos ao negro no Brasil, o pensamento de Manoel Bomfim era despropositado e não tinha nenhum respaldo teórico. Ademais, a inferioridade dos negros em relação aos demais povos era um fenômeno de ordem natural que a ciência se propôs a estudar, mas que em nada tinha a ver com a ideologia do regime escravista.

Porém, há uma deturpação do discurso de Bomfim na medida em que este não atribui à ciência a causa dos males da população, mas sim ao uso que a elite política e intelectual, principalmente européia, fazia desta para justificar suas próprias ações. Citemos:

No texto de Manoel Bomfim, que se imiscui no panorama brasileiro de princípio do século transparece a mancha de sangue nos lençóis da intelectualidade. Essa mancha, onde se confundem a seiva do algôz e a da vítima, atesta a “união” entre ambos, que a vítima-ciência se esforça em negar. Desvelando o desejo da ciência, seu interesse de exploração econômica, desmente Bomfim tal neutralidade. (VENTURA & SUSSEKIND, 1984, p. 14).

A linguagem utilizada por Manoel Bomfim obedece aos critérios estabelecidos pela ciência do século XIX e início da XX na medida em que formulou sua teoria com base na categoria do “parasitismo”, termo emprestado das ciências naturais.

É possível concluir que a distinção de Bomfim não se refere ao objeto estudado – a sociedade – nem ao critério científico, mas ataca com veemência a ideologia do discurso dominante.

Passemos agora ao estudo dos principais temas abordados no livro de Manoel Bomfim para que possamos compreender com exatidão a contestação e a crítica feita por Sílvio Romero.

A obra *A América Latina: Males de Origem* está estruturada em cinco partes e foi elaborada com o intuito de explicar os “males” que afetaram os povos latino-americanos desde a época da colonização ibérica. Assim, o livro encontra-se dividido em: *A Europa e a América Latina*, onde Bomfim expôs em dois capítulos a opinião corrente na Europa sobre o novo continente e as conseqüências que a colonização mal estruturada gerou para o povo; na segunda parte do livro o autor lança mão de sua tese a respeito da teoria do parasitismo, utilizando o Darwinismo social para explicar a relação existente entre os organismos de ordem biológica e os de ordem social. É nesta parte, curta em relação às outras partes do livro, que podemos verificar com exatidão o quanto Manoel Bomfim também esteve imbuído do caráter da ciência da época, já que tomou de empréstimo das ciências naturais o termo “parasitismo” para explicar o processo de colonização latino-americano.

Na terceira parte de *A América Latina* temos um longo estudo sobre *As nações colonizadoras da América do Sul*, em que Bomfim alude à formação do povo ibérico para explicar a origem de suas características como o gosto pela guerra e o pensamento depredador.

A quarta parte intitulada *Efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades* é reconhecida por Romero (1906) como a mais importante do livro de Manoel Bomfim, pois se refere mais diretamente ao Brasil e é onde se encontra a porção prática da obra.⁷

Na quinta e última parte *As novas sociedades* o autor se deteve nos efeitos dos cruzamentos entre raças e no posicionamento que as nações sul-americanas deveriam ter frente à civilização e ao progresso europeu. Há ainda um *Resumo e Conclusão* em que Bomfim retoma os principais temas abordados em sua obra.

⁷ Manoel Bomfim expôs a formação das populações nacionais na quarta parte do livro, porém Romero afirma que nesta parte o autor obteve mais erros que acertos. “Entre os assuntos, acerca dos quais entendeu o Sr. Bomfim dissertar a rédeas soltas, dizendo, na 4ª parte de seu livro, as coisas mais arriscadas e aventurosas, figura a formação das populações nacionais. (ROMERO, 1906, p. 171)

Segundo Bomfim, a Europa reconhece a existência da América Latina como um continente vasto que vive em constante conflito. Porém, a falta de ancianidade faz com que seja criado um mundo lendário sobre esse continente o que não representa de forma alguma a realidade, trazendo o desprestígio perante os demais países.

Ao que parece o autor não aceita o pensamento europeu sobre o continente porque conhece a realidade do mesmo muito mais que os teóricos das leis de inferioridade racial como Gobineau, portanto não teve um olhar exótico ou de estranhamento para sua sociedade, daí Antonio Candido se referir à obra de Bomfim como um contradiscurso do início do século XX.

A crítica de Bomfim incidiu principalmente sobre a imprensa e alguns doutores e publicistas da política mundial que mal conheciam as Repúblicas latino-americanas e, no entanto, faziam seus julgamentos condenatórios. Cita-se a passagem:

Condenando as sociedades que vivem sobre ele, os porta-vozes das opiniões correntes no Velho Mundo, não conseguem ocultar os seus sentimentos, quanto ao futuro que aspiram para as nações sul-americanas. (...) Está verificado que eles são incapazes de organizar verdadeiras nacionalidades; o que a Europa tem a fazer é deixar-se de idiotas contemplações e contemporizações. (BOMFIM, 1944, p.3)

O autor ressalta ainda que apenas os Estados Unidos não atribuíam uma valoração negativa ao continente americano, e se não fosse por tal apoio a América Latina já estaria “infinitamente ensangüentada”.

Por outro lado, Bomfim alerta para um possível ataque às nossas soberanias de povo independente, já que a opinião pública norte-americana poderia também refletir os pensamentos impostos pela Europa o que não garantiria o papel dos Estados Unidos como salva-guarda e defensor das nações sul-americanas.

Além disso, entre os países latino-americanos, principalmente a Argentina, havia constantemente o receio de que os Estados Unidos utilizasse a Doutrina Monroe para invadir o território da América Latina sob o falso propósito de garantir a segurança dessas nações.

Registremos esta passagem:

A soberania de um povo está anulada no momento em que ele se tem de acolher à proteção de outro. Defendendo-nos, a América do Norte irá, fatalmente, absorvendo-nos. Acredito que essa absorção não esteja nos planos dos estadistas americanos, mas é ela uma consequência natural da situação de protegido e protetor. (BOMFIM, 1944, p. 12-3)

Observa-se que em Manoel Bomfim a relação entre “centro” e “periferia” está presente a todo instante, inclusive no receio de que os Estados Unidos possam vir a se transformar na nova metrópole e, assim se impor aos latino-americanos.

Porém, estes não são os únicos males que evitam o nosso progresso visto que quando os publicistas europeus atribuem aos países da América Latina a condição de atrasadíssimos, segundo o autor, eles certamente têm razão, por isso é necessário rever as causas reais que induziram a essa condição.

Bomfim era seguidor do pensamento positivista Augusto Comte assim como Sílvio Romero, por isso seus estudos se valem do princípio de que as sociedades existem como verdadeiros organismos, e, portanto estão sujeitas a leis próprias. Desse modo, a sociologia passa a ser considerada uma ciência a qual nenhum homem pode abdicar: “As sociedades obedecem a leis de uma biologia, diversa da individual nos aspectos, mas em essência idêntica.” (BOMFIM, 1944, p.21)

A realização de uma análise dos costumes e do caráter das nações colonizadoras da América do Sul permitiu ao autor concluir que nelas encontram-se os mesmos males de formação encontrados nas nações latino-americanas. No caso da Espanha, o estado de degradação é até pior, pois em tempos de liberdade no continente europeu os espanhóis apropriaram-se de políticas impetuosas como a Inquisição Católica.

Ao longo do livro, Manoel Bomfim apontou especificadamente as características negativas intituladas de “defeitos de formação” que propiciaram o surgimento do parasitismo nas relações entre os países ibéricos e suas colônias recém-descobertas.

Se no caso das ciências naturais a relação parasitária culmina na degeneração dos organismos parasitados, com os organismos sociais não será diferente, tendo estes, aliás, o agravante de estarem ancorados em outro pelo sentimento e moralidade. O autor nos diz: Os organismos sociais regem-se por leis peculiares a eles, mas estas leis não podem estar em oposição com as que regem a vida dos elementos sociais em particular; o todo participa das qualidades das partes, e delas depende. (BOMFIM, 1944, p. 32).

Na tentativa de revelar as causas que levaram os ibéricos a explorar com violência os povos colonizadores da América, Manoel Bomfim traçou um histórico das origens de Espanha e Portugal.

Além do parasitismo, há nas nacionalidades peninsulares duas características primordiais: a hombridade patriótica, responsável pelos exageros e perversões guerreiras dos povos ibéricos; e também o extraordinário poder de assimilação. Sobre a facilidade de assimilar fatos e costumes, o autor afirma:

Não se conhece outro caso de se fundirem, assim rapidamente e tão perfeitamente, raças tão diversas e tantas, como na península. (...) Este poder de assimilação deriva de uma grande plasticidade intelectual, e duma sociabilidade desenvolvidíssima qualidades preciosas para o progresso, e mercê das quais estas nacionalidades seriam hoje entre das primeiras do Ocidente, se não tivessem derivado para o parasitismo que as degradou. Essa degradação, porém, não será absoluta; o parasitismo social não ocasiona modificações orgânicas como o parasitismo biológico; seus efeitos são de ordem moral, devidos a um conservantismo desvairado a que as classes sociais se aferram, e à falta de observação da vida real. (BOMFIM, 1944, p.266).

No caso da Espanha, observou que as guerras por território iniciadas a partir das invasões cartaginesas na península, no século IV a.C., influenciaram o desenvolvimento de uma cultura bélica. Citemos a seguinte passagem: “Esta perversão toma aspectos vários a audácia do bandido, a intrepidez cruel do toureiro, a selvageria das festas e torneios – tudo resulta, na península, dessa cultura intensiva dos instintos guerreiros.” (BOMFIM, 1944, p.53)

A história da expansão portuguesa, por sua vez, foi marcada pelas tentativas persistentes de dominar outros povos evidenciando o pensamento ibérico de absorver para se impor com glória absoluta, pois o luxo e a repugnância ao trabalho já compunham seus costumes e a sua percepção de mundo.

Entretanto, assim que as riquezas da América começaram a se esgotar, os espanhóis tornaram-se sedentários e escravizaram os restos de populações que sobreviveram à matança, o que acentuou ainda mais a decadência e a degeneração.

No caso de Portugal, a perda do império e do comércio que mantinha nas Índias não fez tanta diferença, já que estes não deixaram de viver parasitariamente devido, sobretudo, ao controle que ainda possuíam sobre o Brasil e a África. Assim, enquanto cabia ao Brasil a função de pagamentos dos tributos, dízimos e monopólios, à África ficou com o comércio do tráfico de negros.

Desse modo, o parasitismo proveniente da península ibérica foi transplantado no caráter das nacionalidades latino-americanas por meio da cultura e dos costumes, obedecendo às seguintes fases elencadas por Manoel Bomfim: a educação agressiva; a expansão depredadora e a fixação sedentária.

As populações parasitadas acabaram se ajustando ao modo de vida imposto pela colônia e, muitas vezes, defendiam os privilégios da metrópole frente aos países rivais. Para exemplificar isso, basta pensarmos nos ataques franceses (ao Norte e ao Sul) e holandeses em Pernambuco, contidos pela ajuda do próprio povo brasileiro.

Outro exemplo de adaptação do parasitado às condições impostas para atender à necessidade do parasita, ocorre, segundo Bomfim, na acomodação dos escravos negros que, coagidos pelo açoite, se submetem a um modo de vida tão miserável.

A posição defendida sobre o regime escravista evidenciou uma clara distinção frente à ideologia da época. Enquanto muitos estudiosos, como o médico Nina Rodrigues, dedicaram-se a comprovar a inferioridade racial como um fenômeno de ordem natural, Manoel Bomfim deu ênfase no interesse político e econômico que esta tese esconde. A exploração negreira não esteve ligada apenas às práticas sociais, ao contrário, o apoio dado pela ciência e seu caráter imparcial legitimou sua atuação impedindo qualquer forma de contestação.

Ainda sobre a situação dos escravos, Bomfim contestou o discurso da época ao afirmar a inexistência de humanidade nas relações de senhor e escravo, já que o elemento que havia na verdade era o interesse político de dominação e de manutenção do sistema parasitário de enriquecimento sem esforço.

Para finalizar os principais temas abordados n' *A America Latina: Males de Origem* é preciso atentar para a definição de três características dos efeitos especiais do parasitismo ibérico sobre as nacionalidades sul-americanas: a herança; a educação e a reação.

Antes, porém, de entendermos a hereditariedade social deve-se lembrar que ela consiste na transmissão de qualidades psicológicas comuns e constantes que foram apenas legitimadas pelo governo, e não inventadas por ele.

A primeira qualidade que nos é transferida refere-se ao conservantismo, que o autor admite ser em grande parte é inconsciente, mas também essencial, porque é “mais afetivo que intelectual”. O erro das classes dirigentes de cada país latino-americano foi não saber relacionar as idéias herdadas com a circunstância de cada país, fazendo do conservadorismo uma característica de regresso.

A falta de observação dos povos sul-americanos constitui o segundo traço dominante do seu caráter. Isso porque, segundo o autor, na América do Sul não existia ciência de verdade, e menos ainda livros americanos com temas relativos ao continente. Além disso, os intelectuais da época eram incapazes de acompanhar os efeitos sociais em sua origem – “(...) fazem doutores, para boiar sobre uma onda de analfabetos.” (BOMFIM, 1944, p.201)

A crítica aos intelectuais da época incide também na preferência que estes têm pela mão-de-obra dos imigrantes à força escrava ou mestiça, sem, entretanto, pensar num plano educacional para a adaptação destes. Apesar de Manoel Bomfim não citar nenhum intelectual em específico sabe-se que Sílvio Romero dissertou a favor dos imigrantes no intuito de balancear a influência do índio e do negro sobre o mestiço.

No que diz respeito à influência das raças para a formação do Brasil, Manoel Bomfim destacou o jogo de interesses em que se fundamentou a teoria da superioridade entre as raças, principalmente a condição de inferioridade atribuída ao elemento africano.

Desse modo, a questão da superioridade das raças, como já foi declarado por Ventura e Sussekind (1984), em Bomfim representa mais a relação de poder entre os países, do que uma consequência própria da natureza humana.

Ademais, o autor da *A América Latina: males de origem* e fiel leitor da obra de Darwin afirmou que este nunca pretendeu ver a teoria da seleção natural aplicada à espécie humana. Darwin alertou para a necessidade das sociedades cuidarem dos velhos, inválidos e enfermos, por mais inúteis que eles possam parecer, pois o sentimento de altruísmo é importante na luta para o progresso social.



Figura 4: Capa do livro *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2005. Disponível em: <
<http://maldeiaexploratoria.wordpress.com/2009/10/09/o-pensamento-contra-hegemonico-de-manoel-bomfim> >
acessado em: 25/11/2009.

2.3. Sílvia Romero leitor de Manoel Bomfim: a impertinência de um polemista

A tese básica defendida ao longo dos cinco capítulos de *A América Latina: males de origem* de Manoel Bomfim refere-se à teoria do Parasitismo biológico-social aplicada à colonização empreendida pelos povos ibéricos na América. Entretanto, Sílvia Romero contesta os argumentos expostos pelo autor na defesa da doutrina do parasitismo, especialmente no uso de fontes e dados pouco confiáveis definindo a teoria do conterrâneo como uma “desazada geringonça, sem base nos fatos, falsa sob quase todos os aspectos”. (ROMERO, 1906, p.).

Ademais, na visão de Sílvia Romero o parasitismo social não deve ser compreendido no sentido pejorativo e pessimista atribuído por Bomfim como fenômeno particular do Brasil, ao contrário, o parasitismo configura-se num fato generalizante e indispensável para a organização da natureza, assim como da sociedade humana.

É preciso lembrar também que para Romero o conceito de parasitismo social é sempre a exceção de um dado povo e, portanto não pode ser válido como argumento para explicar toda a atividade colonizadora de Espanha e Portugal na América.

Aliás, a acepção que o termo parasita adquire quando aplicado na sociedade só pode ser entendida à luz de uma interpretação metafórica, onde parasita significa o mesmo que viver à custa da riqueza ou do trabalho alheio. Sílvia Romero é ainda mais radical na definição do termo:

Nas relações sociais (...) parasito passa a ser sinônimo de papa jantares. (...) em tal acepção, pequenina e pulha, é uma verdadeira aberração assentar em base tão frágil e mesquinha a filosofia da civilização peninsular e do valor das nações que ela veio a produzir na América. (ROMERO, 1906, p. 48)

Ainda que o conceito do “parasitismo” aplicado a sociedade tenha sido usado por Ives Guyot em *La science economique*, A. Bordier em *La vie de sociétés* e E. Demolins em *La science sociale*, Sílvia Romero o considera inconsistente para explicar as mazelas do povo brasileiro, visto que o parasitismo social é antes uma metáfora desprovida de cientificidade.

Segundo Ventura e Sússekkind (1984), a base da crítica de Sílvio Romero a Manoel Bomfim refere-se à clássica oposição entre o uso da metáfora do parasita e o conceito. Isso porque a compreensão do termo precisa necessariamente ser estendida para um significado distinto do aplicado no ramo da biologia, gerando uma dubiedade textual que vai de encontro ao sentido rigoroso proposto pelo discurso científico.

Aliás, as principais críticas ao livro de Manoel Bomfim sempre mencionam a questão da linguagem pouco objetiva e excessivamente passional. Dentre elas, podemos destacar a afirmação de Nelson Werneck Sodré: “Apesar de suas paixões, de seus desvios e de suas deficiências, a obra histórica do escritor sergipano oferece muitos pontos dignos de estima.” (SODRÉ, 1959, p. 368).

Antonio Candido mantém o posicionamento de Sodré sobre a linguagem de *A América Latina: males de origem*, enfatizando, sobretudo, a rigidez das analogias organicistas realizadas pelo autor. Citemos: “Embora declare separar-se dos que vêem na sociedade um organismo animal, acha que ela é um organismo vivo que se rege por leis próprias. No seu estudo parece, todavia pender irresistivelmente para o primeiro ponto de vista, aplicando com estreiteza analogias organicistas.” (CANDIDO, s/d, p. 210-1).

O crítico Wilson Martins (1977), porém, destaca como positiva o emprego da metáfora criada por Bomfim, já que o autor transformou a teoria do parasitismo num pressuposto de investigação.

Segundo Silvio Rabello, os livros de polémica de Sílvio Romero configuram-se mais como modelos de crítica professoral ou didática em que o mestre-escola pretende sempre diminuir a autoridade do escritor. Entre os modelos de crítica professoral estão os livros *A América Latina* e *a Pátria Portuguesa* feitos como lições aos trabalhos de Manoel Bomfim e Teófilo Braga, respectivamente.

No caso de Manoel Bomfim a própria reprodução do título *A América Latina* já manifesta o desejo de Silvio Romero em se mostrar superior ao outro, sendo a última palavra sempre dada por ele.

Ao criticar Bomfim, Sílvio Romero opta por seguir estritamente “o método objetivista de mostrar a verdade rigorosamente documentada”, um claro resquício, como já foi dito, de sua filiação à corrente naturalista tão em voga no século XIX. Porém, o que se verifica é um constante erro no procedimento adotado pelo próprio autor que oscila entre o objetivismo declarado e o subjetivismo evidente.

Num dos primeiros artigos que dedica a Manoel Bomfim o autor declara:

Não é o talento do autor que vai entrar em jogo – é, sim, a pouca segurança de muitas de suas vistas, a errônea das suas doutrinas capitais, a falsidade da maior parte de seus conceitos, a precipitação de suas conclusões, o nenhum valor das fontes em que bebeu. (ROMERO, 1906, p. 12)

Na seqüência desse excerto, Sílvia Romero tendo consciência da polêmica que criou na imprensa passa o poder de decisão para o leitor que deve avaliar aquele que mais ‘seguiu a severa trilha da ciência’.

A incoerência da análise romeriana está presente desde o teor da reivindicação, já que como foi dito anteriormente, os dois comungam de algumas idéias e fontes semelhantes como a importância do negro para a formação cultural brasileira; mas também podemos observar o quanto Sílvia Romero trai o método objetivista ao criticar Manoel Bomfim por uma perspectiva pessoal. “Um ‘manuelzinho’, diz ele, é o que nos surge como essas novidades de leituras mal digeridas.”

Sílvia Romero desenvolveu ao longo de sua atividade crítica uma técnica própria de análise das obras com que desejava polemizar. Desse modo, o autor extraía trechos do livro criticado que mais lhe chamavam a atenção e, em seguida, se propunha a realizar as correções que julgava necessárias. Citemos Rabello, a respeito dessa técnica de análise: “Naqueles livros de polêmica (*A América Portuguesa* e *A América Latina*, contra respectivamente Teófilo Braga e Manoel Bomfim) – a sua crítica se transformava quase sempre em ácida polêmica – usou uma técnica de que foi o inventor exclusivo.” (RABELLO, 1944, p. 104)

Assim, em *a América Latina* de Sílvia Romero é comum encontrarmos várias passagens de Manoel Bomfim que se encontram praticamente reescritas naquilo que contrariava a posição do crítico. Romero satirizava ainda mais o discurso do conterrâneo ao intercalar o trecho citado da primeira obra entre parênteses de pura ironia.

Na análise da terceira parte do livro de Manoel Bomfim intitulada *As nações colonizadoras da América do Sul* é possível verificar o uso da técnica de Sílvia Romero. Primeiramente, o crítico alerta o leitor de que a partir daquele momento Bomfim apenas desenvolverá com improviso as premissas desenvolvidas anteriormente no livro.

Neste sentido, Sílvia Romero prefere citar longamente a passagem da obra de Manoel Bomfim para, em seguida, refutá-lo com maior segurança. Segue o trecho:

Mas ouçam o parasitista da história: “Foi assim que a Hespanha se formou; não há que separar o pequeno reino portuguez – a história é a mesma (Falso). Oito séculos de luta contra o Sarraceno, e, depois, Ella aparece organizada, vigorosa, intrépida, unificada, possuída de um pensamento único: conquistar o mundo, diz um de seus panegyristas. Sim, e se Ella o queria conquistar é porque o movimento adquirido a precipitava a isto; porque se habituara a viver exclusivamente do fruto das conquistas (Antes de conquistar, já vivia do fruto das conquistas! É de mais!...) porque não sabia fazer outra coisa senão guerrear; porque cultivara, intensamente, por onze séculos (Agora já não são oito!) os instintos guerreiros e agressivos, e guerrear se tornara para os homens uma necessidade orgânica; porque, em contato por oito séculos com o árabe depredador e mercantil, tomara gosto ao luxo e a riqueza facilmente adquiridos... (Segue um trecho de Martins)”. (ROMERO, 1906, p. 95)

A citação acima foi transcrita na íntegra para elucidar um pouco do teor e método crítico encontrados na obra romeriana.

Desse modo, observa-se que Sílvia Romero pretendia citar o trecho de Bomfim para contrariá-lo na sequência seguindo uma análise positivista de leitura, mas a sua revolta é tamanha que acaba por intercalar o texto aludido com parênteses de sua crítica.

No final desse excerto o autor da *História da Literatura* acusa Manoel Bomfim de plágio, já que a verdadeira autoria da teoria do parasitismo dos povos ibéricos é de Oliveira Martins. Segundo Romero, Bomfim teria criado um trabalho a partir da cópia de trechos da obra não só de Martins, mas também de Rocha Pombo que havia escrito a *História da América* (1899), cujo parecer à obra foi dado pelo próprio Bomfim.

Outro momento de plena desqualificação do trabalho intelectual de Manoel Bomfim refere-se à passagem em que Manoel Bomfim contesta os conceitos de Gustavo Le Bon (1841-1931) a respeito das nacionalidades sul-americanas. Porém, Sílvia Romero rebate o discurso de Bomfim ao afirmar que o francês Le Bon é tão pessimista quanto ao futuro dos povos da América Latina, quanto é o “psicólogo do pedagogium”. Citemos:

É preciso citar o disparate (...) dos que nos assinalam como decaídos, nomeamos o sr. G. Le Bon; é ele o mais categórico e completo (menos do que o sr. Bomfim) na espécie; (...) A ouvi-lo, os americanos do sul não prestariam nem para adubar (Isso é pilhéria do dr. Manoel Bomfim) as terras que ocupam. (ROMERO, 1906, p. 18)

O exemplo acima nos permite observar mais uma vez que o crítico sergipano não era capaz de, ao menos fazer a citação de Bomfim para depois emitir o seu posicionamento, enfatizando o temperamento impulsivo que tinha. Além disso, o julgamento de Sílvio Romero sobre a leitura que Bomfim realizou da América Latina oscila entre o método objetivista e o subjetivo, conforme percebemos no trecho:

O Sr. Manoel Bomfim tem momentos de cólera e não trepida em injuriar um homem como Gustavo Le Bon, cujo crime é ter dito antes dele, metade das coisas feias com que brinda os povos enfaticamente apelidados os latinos da América. (...) É um claro sintoma da contradição ingênita, orgânica, constitucional da obra do autor brasileiro. (ROMERO, 1906, p. 16)

A crítica de Sílvio Romero tentou sempre desmontar o perfil de Manoel Bomfim enquanto homem de ciência posicionando-o ora como o simples “psicólogo do pedagogium”, ora como um despreparado para a atividade intelectual. Isso porque o último artigo que compõe *A América Latina*, de Romero, é dedicado a identificar os problemas estruturais do texto de Manoel Bomfim. Citemos Romero:

O Sr. Manoel Bomfim escreveu *A América Latina* para tomar posto no grupo; mas, - coitado! – foi tão infeliz que o mandaram voltar a prosseguir nos preparatórios, tais e tantos são os erros de linguagem que pesam nas páginas do livro. Ao correr da leitura – meu lápis marcou diversos que vou mostrar. (ROMERO, 1906, p. 351)

Em tom agressivo o autor ainda desabafa: “É a primeira vez, em trinta e seis anos de crítica, que desço a indicar erros de linguagem, quedas gramaticais.” (ROMERO, 1906, p. 361).

Desse modo, Romero enumerou muito dos erros de ortografia e sintaxe encontrados para mostrar ao leitor o quanto Manoel Bomfim era despreparado, e por isso, sua teoria a respeito do atraso latino-americano não poderia ser levada a sério.

Ao concluir o livro, Sívio Romero pede desculpas aos leitores que leram *A América Latina: Males de Origem* e se depararam com tamanhos erros de teoria e linguagem, os quais foram levantados por ele no intuito de prestar um serviço também a Manoel Bomfim.

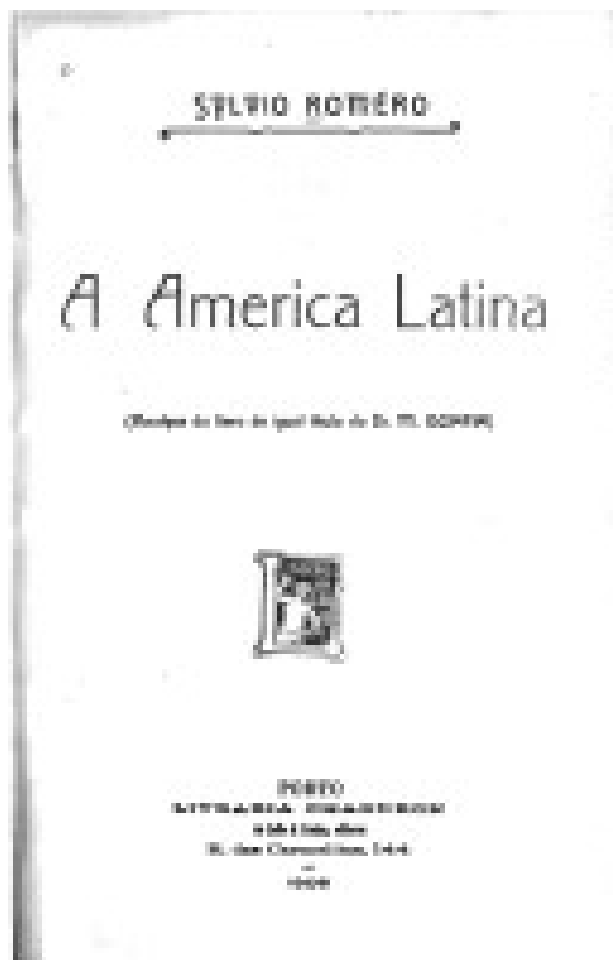


FIGURA 5: Capa de rosto da única edição de *A América Latina*: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim (1906), de Sívio Romero pela Editora Chardron.
Disponível em: < <http://www.archive.org/stream/aamericalatinaa00romegoog> >
Acessado em: 07/09/2009.

2.4. Artigos XVII e XVIII de Sílvio Romero: Breves Considerações

Neste capítulo, realizamos uma breve análise dos artigos XVII e XVIII do livro de Sílvio Romero que tratam especificamente da leitura deste autor sobre os capítulos IV “Efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades” e V “As novas sociedades”, que compõe a obra de Manoel Bomfim.

Este recorte foi elaborado como critério de delimitação da análise aqui realizada, a fim de evidenciar a abordagem de Sílvio Romero nas análises sobre *A América Latina: males de origem*. Por conta da multiplicidade de temas e assuntos abordados durante a leitura das obras que compõem o corpus deste estudo, foram selecionados, para efeito de análise elucidativa, um tema extremamente recorrente na crítica romeriana: as implicações que o parasitismo trouxe para as nações latino-americanas, principalmente a brasileira.

Ressaltamos que os artigos XVII e XVIII do livro de Sílvio Romero foram incorporados a este trabalho (ANEXO 1), para facilitar a compreensão e o acesso de outros pesquisadores ao estudo de Sílvio Romero. Conservamos ainda a estrutura textual, os grifos e erros existentes na obra original, salvo a atualização ortográfica, que para melhor compreensão foi modificada.

Segundo Romero (1906), a quarta parte intitulada *Efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades* configura-se como a parte mais importante do livro de Manoel Bomfim, porque se refere mais diretamente ao Brasil, identificando-o como exemplo do que ocorreu nos demais países da América do Sul.⁸

Notamos, entretanto, que a ênfase dada ao capítulo IV de Manoel Bomfim não corresponde a uma possível convergência de idéias, ao contrário, Sílvio Romero destaca esta passagem de compreensão da formação das populações nacionais como o momento mais aventureiro e leviano de toda a obra.

⁸ Manoel Bomfim expôs a formação das populações nacionais na quarta parte do livro, porém Romero afirma que nesta parte o autor obteve mais erros que acertos. “Entre os assuntos, acerca dos quais entendeu o Sr. Bomfim dissertar a rédeas soltas, dizendo, na 4ª parte de seu livro, as coisas mais arriscadas e aventureiras, figura a formação das populações nacionais. (ROMERO, 1906, p. 171)

É possível pensarmos também que o furor romeriano rebelou-se diante da iniciativa de Bomfim em tentar caracterizar não apenas o gênio latino-americano, mas especificamente o do brasileiro, um projeto que Romero já pensava estar realizado em suas obras. Daí, a acusação logo nas primeiras linhas do artigo XVII de que o “Diretor do *Pedagogium*” não passava de um plagiador. Citemos o crítico:

São duas notações simplíssimas, quintas vezes feitas antes do pretensioso desorganizador do *pedagogium*.
O que nelas, de fato, lhe pertence são as tolices com que teve a habilidade de as deturpar. (ROMERO, 1906, p. 191)

Dentre os aspectos definidores do gênio latino-americanos estão o conservantismo e a falta de espírito de observação, características estas que Sílvia Romero não ousa contestar, mas que foram deturpadas, no seu entender, por Manoel Bomfim com a finalidade única de impor a tese de que a deformidade não está na mistura de raças, mas sim na herança dos povos ibéricos.

A partir daí, a crítica romeriana centra-se na defesa ao conservadorismo como a única forma de mantermos a tradição e compreendermos a individualidade dos povos, ou seja, o discurso de Manoel Bomfim é dúbio porque ao mesmo tempo em que propõe reconhecer a identidade dos povos latino-americanos, ataca a tendência conservadora e a hereditariedade social. Registremos a passagem de Romero:

Sim, se Manoel mesmo escreve isto: Em que consiste a hereditariedade social? Consiste na transmissão, por herança, das qualidades psicológicas, *comuns e constantes* e que, por serem *constantes e comuns através de todas as gerações*, dão a cada grupo social um caráter próprio distinto: transmissão por herança, no grupo anglo-saxônico, das qualidades que caracterizam o tipo judeu anglo-saxônico, perpetuação nos judeus das qualidades típicas da raça; se Bomfim mesmo escreve isso, com que seriedade vem exprobrar aos latino-americanos o obedecerem a tais princípios e terem, pois, alguma coisa a *conservar*? (ROMERO, 1906, p. 196).

Outro tema apontado na leitura de Sílvia Romero diz respeito à falta de observação dos povos latino-americanos, a falta de espírito criativo para as artes e letras e a tendência para a imitação, características estas que já tinham sido expostas pelo autor da *História da Literatura Brasileira* em outros estudos.

A quinta e a última parte de *A América Latina: males de origem* nomeadas de *As novas sociedades*, o autor se deteve nos efeitos dos cruzamentos entre raças e no posicionamento que as nações sul-americanas deveriam ter frente à civilização e ao progresso europeu, destacando-se os seguintes assuntos: a hombridade dos ibéricos; o alto poder de assimilação, a reprodução destas qualidades nas colônias latino-americanas, a contribuição do índio e negro, dentre outros temas.

Para Sílvio Romero a quantidade de assuntos abordados capítulo V é antes “uma interminável miscelânea. Quase tudo errado. Bomfim abriu a torneira e deixou correr abundante a caudal dos espantosos... pensamentos.” (BOMFIM, 1906, p. 206)

Desse modo, o crítico prosseguirá a análise dos temas enumerados reinvidicando rigor científico para as argumentações de Bomfim, quando na verdade constrói sua crítica sem nenhum critério metodológico. Convém lembrarmos que Sylvio Rabello (1944) denominou de crítica professoral ou didática os livros de polêmica feitos em resposta a outros autores, como é o caso de *A América Latina: males de origem*.

O apontamento de Rabello vai ao encontro de diversas passagens do livro-resposta de Sílvio Romero como na fiel reprodução do título *A América Latina* e mais ainda na seguinte passagem:

O mestrinho do *pedagogium* ainda estava no *abc* nas classes primárias, quando eu já caracterizava os latino-americanos, *respectivité* os brasileiros, por estas palavras, que não troco por toda a *América Latina*, com todos os seus parasitismos, falsos ou verdadeiros. (ROMERO, 1906, p. 198).

Tendo em vista que no capítulo 3 realizaremos um cotejo entre os conceitos abordados por Sílvio Romero e Manoel Bomfim, podemos tecer algumas considerações sobre os aspectos estruturais da crítica romeriana.

O primeiro contato com *A América Latina* de Sílvio Romero nos impressionou devido à ausência tanto dos critérios científicos tão defendidos nas demais obras críticas, como pela descompostura textual em que articula sua argumentação. O uso de termos impróprios e xingamentos era particularidade própria e comum da “polêmica”, gênero este que Sílvio Romero era mais que especializado.

Cada um dos vinte e cinco artigos (mais de quatrocentas páginas) assemelha-se a forma de uma resenha crítica ao livro de Bomfim, no entanto, neste caso, o objetivo não era convidar os leitores a apreciar a referida obra, e sim oferecer ao público da revista *Os Anais* argumentos suficientes para desprezar o pensamento de seu conterrâneo.

O artigo *Polêmicas literárias e mercado editorial Brasil-Portugal na segunda metade do século XIX* de Valéria Augusti, apesar de trazer focalizar a recepção dos textos e polêmicas entre Portugal e suas ex-colônias, importa-nos, pois, como confirmação de que as polêmicas tinham grande aceitação do público-leitor em sua maioria pertencente à elite do país.

Assim, Sílvio Romero utilizou todas as ferramentas argumentativas para desqualificar obra e autor, reduzindo-o ao título de “mestrinho”, “diretor do Pedagogium” e “Manoelzinho” a fim de diminuir a força do discurso autoral claramente evidenciado nos escritos de Bomfim.

É importante salientarmos que a publicação de *A América Latina: males de origem* em 1906 se deu na fase mais pessimista de Sílvio Romero, que não mais propagava a evolução das raças através da miscigenação com a mesma certeza dos anos 80 do século XIX. Do contrário estaríamos incorrendo no erro de analisar a crítica romeriana apenas pelos perfil psicológico do polemista.

2.4. Manoel Bomfim e o tédio a controvérsia

A publicação de *A América Latina: males de origem* trouxe para o cenário intelectual brasileiro uma série de apontamentos relativos ao atraso dos países latino-americanos e que até o início do século XX não eram questionados, devido, sobretudo a crença totalitária de que haveria uma distinção entre os povos.

É nítido declarar que Manoel Bomfim tinha consciência do estranhamento que sua geraria não apenas pela inovação interpretativa dada ao processo de colonização latino-americano definido pela metáfora do parasitismo, mas principalmente pela acusação feita aqueles que se apropriavam do discurso científico para justificar o abuso de poder existente nas relações entre classes sociais ou países, e que na verdade encobriam os interesses reais.

Em nota para o lançamento da obra de Manoel Bomfim, José Veríssimo (1977) definiu tal produção como um erro dotado de “preconceito de ordem científica” pela aplicação indevida de termos das ciências naturais para explicar fatos sociais. Outros críticos, inclusive da atualidade como Maria Thetis Nunes () e Wilson Martins (1978), destacaram também o exagero dado à teoria parasitária e suas implicações.

No entanto, nenhuma crítica ao trabalho de Bomfim foi tão agressiva e rebatedora como a de Sílvio Romero. O conterrâneo de Bomfim escreveu vinte e cinco artigos na coluna intitulada “Uma suposta teoria nova da história latino-americana” da revista *Os Anais*, que, mais tarde, foram agrupados no livro *A América Latina: análise de igual título do Dr. Manoel Bomfim*, obra esta publicada em 1906 e que nunca foi reeditada.

Segundo Ventura (1991), as polêmicas tiveram grande aceitação no movimento da Escola do Recife, do qual Sílvio Romero era integrante, e representavam a interação entre a linguagem oral dos cantadores e repentistas antigos e a escrita bem elaborada dos bacharéis da época.

Sílvio Romero era conhecido entre a elite letrada como um polemista de esmero fôlego capaz de utilizar todas as ferramentas da Retórica para contrapor o oponente intelectual.

No caso de Manoel Bomfim, contudo, o crítico foi além da contestação das idéias e métodos utilizados no livro incidindo na figura do próprio Bomfim, conforme percebemos nos capítulos 2.3 e 2.4 deste trabalho.

O debate acalorado que se propagava pelas páginas da revista *Os Anais* não foi revidado por Bomfim, que reagiu às críticas do conterrâneo apenas uma única vez e a pedido do secretário da revista e amigo Walfrido Ribeiro. Até essa resposta, Sílvio Romero já tinha escrito dezenove dos vinte e cinco artigos contra Manoel Bomfim que, mais tarde, iriam compor o livro homônimo *América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*, publicado em 1906.

Nesta ocasião, entretanto, Manoel Bomfim não discutiu nenhuma das questões levantadas por Sílvio Romero, nem tentou explicar, mais uma vez, a origem de sua interpretação sobre o processo de formação das nações latino-americanas. Ao contrário, a opção metodológica do autor volta-se para a inferiorização da crítica romeriana desprovida de qualquer método e ou base científica.

Ao identificar as lacunas do pensamento de Sílvio Romero definido como um “disseminador de insanidades mentais; (...) um verbocitante, indigesto na forma, caótico na substância.” (BOMFIM, 1906, p.); o autor demonstra saber utilizar os mecanismos de ataque do polemizador.

Notamos, portanto, que a pretensa neutralidade de Manoel Bomfim foi antes uma atitude de repúdio as críticas desqualificadas do conterrâneo, que não soube equilibrar o descompasso existente entre o que produziu ao longo de sua atividade intelectual e o contradiscurso do incipiente escritor de A América Latina.

Por outro lado, não deixa de ser contundente o questionamento de Ronaldo Conde Aguiar (2000) a respeito do destaque que Manoel Bomfim teria na elite letrada do início do século XX se tivesse aceitado debater com Sílvio Romero.

As polêmicas em jornais e revistas eram comumente praticadas e tinham grande aceitação do público que acompanhava a cada edição o desafio dos adversários em comprovar sua superioridade demonstrando conhecimento do tema, assim como o domínio sobre os recursos argumentativos.

Independentemente das razões que desmotivaram Manoel Bomfim a contrapor a crítica romeriana, ou das suposições do que poderia ter sido, julgamos aqui mais importante destacar que apesar do esquecimento pelo qual *A América Latina: males de origem* foi relegada, o conteúdo desta obra e a atitude inovadora de Manoel Bomfim em nada foram abalados.

A comprovação desse fato se evidencia na quantidade mínima de pesquisas voltadas para as idéias de Manoel Bomfim, em contraposição das existentes sobre Sílvio Romero e demais defensores da imparcialidade da ciência e da suposta superioridade das raças.

Assim, como bem salienta André Botelho (2002), os estudos recentes costumeiramente atribuem a Bomfim os adjetivos de “rebelde esquecido”, “ilustre desconhecido”, “rebelde atual” e “ensaísta esquecido”, demonstrando a perplexidade diante de um autor que estruturou de maneira distinta e inovadora a realidade latino-americana.

3. A ciência a serviço de quem?

3.1. Dois cientificistas à procura da verdade.

O sergipano Sílvio Romero (1851-1914) proporcionou uma das mais espetaculares polêmicas de sua época, que variava entre ataques pessoais e pontos de vista diferentes, ao desmontar as idéias defendidas pelo contemporâneo Manoel Bomfim (1868-1932) no livro *A América Latina: males de origem*.

Quando esta obra foi publicada em 1905, Sílvio Romero já se posicionava como um dos maiores intérpretes do Brasil, respondendo pela autoria da consagrada *História da Literatura Brasileira* de 1888, além da personalidade forte que conquistou muitos admiradores, assim como desafetos.

Portanto, todo e qualquer discurso que contrariasse as idéias romerianas, principalmente a teoria do branqueamento da raça, era fonte para uma polêmica. Os embates críticos e políticos que Sílvio Romero acumulou ao longo da vida eram vistos como parte positiva e pouco abalaram a imagem do autor de homem sério, estudioso e comprometido com as causas do século XIX. Quando se efetivou como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Sílvio Romero foi aplaudido pela contribuição dada com o estudo sobre a cultura brasileira e, não menos importante, pela crítica feita ao livro *A América Latina* de Manoel Bomfim. Cito o orador do IHGB Sousa Pitanga: “As polêmicas tão renhidas quão eruditas que tivestes de sustentar nesse piedoso empenho constituíram tal patrimônio literário que, por si sós, justificariam vosso advento ao nosso convívio”. (IN: MENDONÇA, 1963, p.204).

A leitura feita por Sílvia Romero de *A América Latina* permite compreender com ampla exatidão a importância que o caráter científico adquiriu na crítica do autor. Isso porque a análise de Sílvia Romero se propõe a seguir o método objetivista expondo a ‘verdade’ rigorosamente documentada, de modo a mostrar a fragilidade das doutrinas e conceitos adotados por Manoel Bomfim no estudo feito sobre os males das nações latino-americanas. Segundo Romero: “O novo produto do jovem professor não passa de um acervo de erros, de sofismas e contradições palmares. Falsa é a sua base científica, falsa a etnográfica, falsa a histórica, falsa a econômica” (ROMERO, 1906, p. 207).

O que se verifica, contudo, é o claro exagero de Sílvia Romero nas proposições que utiliza para se opor a Manoel Bomfim.

Carlos Süßenkind afirma em *Sílvia Romero de corpo inteiro* que muitas das reivindicações de Manoel Bomfim como a que se refere ao papel do negro na formação cultural do Brasil, assemelham-se e muito ao pensamento de Sílvia Romero durante a fase acadêmica, antes de sofrer a influência do lusitanismo que marcou a sua maturidade. Porém, o crítico sergipano em nenhum momento relaciona os elementos comuns de seu pensamento ao livro de Bomfim.

3.2. A miscigenação brasileira

Sem dúvida alguma a causa que mais incitou Sílvia Romero a polemizar a propósito de *A América Latina: males de origem* está no radicalismo e inovação da análise sobre a teoria da mestiçagem. Isso porque o autor se propôs a revelar os interesses camuflados pela pretensa tese de diferenciação entre as raças.

Ao contemplar em seu estudo literário o fator raça, Sílvia Romero apela para a figura do mestiço como consequência das três raças – branca, negra e indígena – responsáveis pela formação da população brasileira.

A miscigenação representou para ele, antes de tudo, a desautorização de qualquer outra história literária que negasse a importância desse fenômeno na formação histórica e cultural do Brasil. Entre as leituras contrárias ao posicionamento de Sílvio Romero o historiador Alberto Luiz Schneider (2005) ressalta o posicionamento de Teófilo Braga, e a conseqüente resposta que este recebeu ao negar a importância do mestiço para a cultura brasileira.

Romero mescla história e literatura como processos interdependentes ocasionados por fatores etnológicos os quais permitem a diferenciação de toda e qualquer manifestação escrita de um povo, mesmo que esta não possua uma preocupação estética. Para o autor, o campo da história da literatura é amplo, como foi definido pelos críticos e historiadores alemães do século XIX.

Desse modo, a literatura é tida como expressão de um povo e a mistura das raças é o fator decisivo na formação da literatura brasileira. Nas palavras do autor: “No dia em que o primeiro mestiço cantou a primeira quadrinha popular, nesse dia começou a originar-se a literatura brasileira.” (ROMERO, 2000, p. 63)

Vale ressaltar, no entanto, que o autor acreditava no branqueamento da raça como meio de elevação da nação. Daí o impasse instaurado contra o estudo de Manoel Bomfim conforme veremos adiante.

Em sua obra principal, a *História da Literatura Brasileira*, o autor dedica dois capítulos intitulados “A nação brasileira como grupo etnográfico e produto histórico” e “Raças que constituíram o povo brasileiro: o mestiço” à compreensão dos fatores da literatura brasileira. Nesses capítulos, o lugar de honra entre as raças que constituíram o povo brasileiro é dado ao português. Ele é considerado o agente modificador de nossa cultura, capaz de unir a nação brasileira e a portuguesa para além dos limites do sangue.

Ao povo português se deve a colonização por uma civilização européia, o que faz, em certa medida, que pertençamos aos povos ocidentais. Por outro lado, Romero acentua o erro dos colonizadores portugueses de não dirigir sabiamente esse processo, iludindo-se com sua formação fanática e jesuítica. Isso porque os padres pertencentes à Companhia de Jesus protegiam o índio em detrimento dos negros que eram escravizados e indignos da catequização.

No que diz respeito à figura do índio nesse processo de miscigenação, o autor expõe alguns trabalhos sobre a situação intelectual dos tupis-guaranis, apontando as crônicas do Padre Ivo d'Evreux como a mais minuciosa descrição das populações selvagens.

Quanto ao surgimento dos índios no continente americano aponta o próprio meio – a América – como produtor dessa etnia, ou como ele denomina “nação”. Mesmo com essa defesa o índio é tido como um homem atrasado em seu período geológico. Vivia como um nômade caçava para sobreviver e o máximo de seu conhecimento encontrava-se na arte da cerâmica, sendo esta apreendida desde a infância.

A religião foi determinante no processo de dominação indígena, o que não significa dizer que o índio fosse monoteísta. Na visão de Sílvio Romero ele também não era politeísta, contestando assim, as posições do etnólogo Dr. Couto de Magalhães com quem Romero criou um verdadeiro embate. Citemos:

Não cumpre só dizer como fez o Dr. Couto de Magalhães, que o selvagem não era monoteísta; é mister mostrar o que ele foi. É claro que não era ainda politeísta, como talvez suponha o ilustre indianólogo. (ROMERO, 2000, p. 116)

A visão romeriana recebeu apoio dos estudos de José Veríssimo, com o qual mais tarde polemizará em inúmeros embates críticos acerca, principalmente, da literatura.

Convém lembrar a reflexão do crítico Silviano Santiago, no ensaio *O entre-lugar do discurso latino-americano* sobre a violência cometida contra os índios por questões religiosas. Os índios queriam apenas a representação dos acontecimentos, e a palavra se perdia naquilo que Silviano Santiago denominou de “imaterialidade de voz”. Entretanto, entre os conquistadores a imposição religiosa equivale à da língua capaz de gerar a plena dominação do colonizador.

Quando toca no elemento negro o faz de modo breve, considerando que a este se deve muito mais que ao índio, já que o negro é suscetível de aprender e adaptar-se ao meio americano. Além disso, Romero critica a exclusão no Romantismo brasileiro da contribuição do negro na formação nacional. Citemos:

O mestiço é a condição desta vitória do branco fortificando-lhe o sangue para habitá-lo aos rigores do clima, o resultado será a formação de um mestiço brasileiro, igual no aspecto ao branco europeu. Não deve aí haver vencidos e vencedores, o mestiço congraçou as raças e a vitória deve assim ser de todas três. Pela lei de adaptação, elas (raças) tendem a modificar-se nele. (ROMERO, 2000, p.136)

Observa-se que a crença de Sílvio Romero no fortalecimento de uma nação mestiça e a valorização de cada raça teve para a fundação de uma nacionalidade brasileira vai ao encontro das idéias do naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), apresentadas em 1847 para o concurso “Como se deve escrever a História do Brasil” promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O projeto historiográfico traçado por von Martius foi levado adiante na *História geral do Brasil* (1855) de Varnhagen e na *História da Literatura Brasileira* (1888) de Sílvio Romero, já que ambos pensaram o conceito de nação como unidade racial e cultural cabendo ao português a função civilizatória.

A questão étnica como elemento de formação e, conseqüentemente, de diferenciação nacional fez com que o autor se dividisse ora pelo cientificismo europeu em voga no século XIX, ora pela própria realidade brasileira. Isso porque a tese romeriana aceitava como científica a desigualdade entre as raças, mas não acreditava no caráter degenerativo da mistura delas. No entanto, no final do século XIX, o Brasil é visto como exemplo do mal da mestiçagem pelo pensamento cientificista do diplomata francês, conde Joseph Arthur Gobineau (1816-1882).

Compreendeu a mestiçagem como um fato perceptível independente se benéfico ou não, sendo necessário um equilíbrio entre a mescla índio-afro-portuguesa. Daí, a insistência em alertar para a possibilidade das três províncias do extremo sul se tornarem independentes, devido ao excedente, sobretudo da população germânica neste território. Sabemos que tal desconfiança do autor não se confirmou.

A miscigenação da forma como foi pensada no século XIX, principalmente por Sílvio Romero, não estava ligada ao ideal de coexistência de múltiplas vozes étnicas no Brasil. Atualmente, verifica-se que a definição do mestiço atuava como uma etapa na evolução natural em que o elemento branco, com sua influência européia, não só predominava como também ocasionaria o desaparecimento do índio e do negro pelo clareamento.

Quando afirma que “todo brasileiro é mestiço quando não no sangue, nas idéias”, Sílvia Romero afirma a necessidade de uma mistura interior, de pensamento, e a literatura é a expressão maior desse fenômeno. A diferenciação nacional advém justamente desse processo, caso contrário, se unificássemos o país através de representações particulares como o elemento luso, o sertanejo, o negro ou o caipira, estaríamos incorrendo no mesmo erro do indianismo-nacionalista do Romantismo.

Desse modo, instaura-se um paradoxo na função da miscigenação exposta por Romero. Isso porque o autor define o mestiço tanto como o elemento diferenciador da cultura brasileira, como o estágio necessário para o branqueamento da população. A contradição sentida por Sílvia Romero foi compartilhada por outros críticos da geração de 70, sendo denominada por Ventura (1988) de *auto-exotismo*, isto é, o intelectual cria um distanciamento da sociedade que o rodeia e só consegue perceber a sua própria realidade através da perspectiva eurocêntrica.

Ao desmontar o argumento racista propagado pela ciência do final do século XIX, Manoel Bomfim assumiu uma postura frente a este *auto-exotismo*, posicionando-se a favor da realidade brasileira e da necessidade de uma transformação em todos os âmbitos. Citemos o autor:

São defeitos mais de educação, devidos à ignorância em que vivem, ao abandono a que os condenam. Não trabalham porque não sabem trabalhar, não conhecem o valor do trabalho. (...) Como ter amor ao trabalho, quem não vê outra perspectiva, se não a enxada (...) em tais condições, ele não trabalha, não trabalhará nunca, a não ser que o escravizem”. (BOMFIM, 1993, p. 265-66).

É preciso ponderar que o fato de Bomfim negar a inferioridade das raças não faz dele um precursor dos estudos étnicos no Brasil, já que seu objetivo primordial era mostrar as causas do atraso das nações da América do Sul e as influências negativas que os países ibéricos nos transmitiram.

Quanto à influência do índio, o autor afirmou que a coragem que este possuiu ao longo de toda a colonização, principalmente na América espanhola, se configurou numa desmaterialização da vida por não temer a morte ou as conseqüências do castigo físico, e a instabilidade dos indígenas americanos pode ser corrigida por meio de uma educação que privilegie a cultura dos mesmos.

Neste sentido, a contribuição do índio foi mais importante que a passividade do elemento negro, o qual poucas vezes se rebelou contra o sistema escravista. As qualidades observadas no índio provêm do seu amor à liberdade e da relação que mantêm com o ambiente. Citemos:

O indígena americano, quanto a qualidades positivas se caracteriza por: um amor violento a liberdade, uma coragem física verdadeiramente notável, e uma grande instabilidade intelectual, direi mesmo uma grande instabilidade de espírito. (BOMFIM, 1944, p.272)

A opinião de Bomfim a respeito do processo de miscigenação das raças brasileiras foi mais categórica que a Sílvia Romero. Enquanto o autor da *História da Literatura Brasileira* apenas apontou para o caráter não degenerativo das raças, Manoel Bomfim posicionou-se contrário a esta argumentação por entendê-la não como uma verdade científica, mas sim uma manipulação de interesse político e econômico.

Além disso, o autor de *A América Latina* destacou a notoriedade do caráter intelectual encontrados nos mestiços do continente latino-americano:

“(…), sobretudo no Brasil, onde, não existindo preconceito de cor, os mestiços tem podido desenvolver as suas aptidões, e têm mostrado ‘uma decidida superioridade artística sobre as raças mães(...) Na Venezuela os mulatos tem-se distinguido como oradores, publicistas, poetas. (BOMFIM, 1944, p.309-310).

Parece-nos, contudo, que a astúcia e a competência do mestiço também foi observada por Sílvia Romero como um elemento positivo para a adaptação da raça branca ao solo brasileiro, visto que era cada vez mais notório a participação do mestiço tanto nas criações artísticas, quanto no trabalho em repartições públicas.

É interessante notar que pela primeira vez em Sílvia Romero o caráter etnográfico tem uma mobilidade vertical, isto é, ele atinge as camadas sociais e atribui valorização a inteligência do mestiço brasileiro. Tal concepção será mais tarde explorada por um dos maiores intérpretes da história do Brasil do século XX, Gilberto Freyre.

Assim, qualquer leitura sobre o racismo científico identificado em Sílvia Romero deve atentar para a valiosa ressalva de Antonio Candido (1988) para a necessidade de compreendermos esse pensamento através de sua época e pela sociedade em que se originou.

3.3. O debate no campo da Literatura

Silvio Romero foi um dos primeiros críticos brasileiros a sistematizar uma história literária a partir de critérios característicos próprios de nossa realidade, independentemente do valor estético que a obra possa ter. O autor conceitua a literatura como:

Cumprir declarar (...) que a divisão proposta não se guia exclusivamente pelo fator literário (...) a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas belas-letas, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia. (ROMERO, 2001, p. 61)

A abrangência desta concepção evidencia a importância atual da obra de Romero como um estudo de relevância cultural que auxilia na compreensão dos fundamentos, tradições e preconceitos da sociedade brasileira.

Segundo Antonio Candido (1988), a preocupação sociológica do estudo de Sílvia Romero não exclui o seu valor literário já que o esforço do autor se baseava na tentativa de determinar uma literatura a partir de elementos característicos do Brasil.

A *História da Literatura Brasileira*, obra mais importante de Sílvia Romero, é antes de tudo uma história da cultura que contempla os seguintes critérios de análise: a ação do clima sobre o indivíduo, a formação racial e o folclore. Quando cita o fator raça apela para a figura do mestiço como consequência das três raças (branco, negro e índio) que formaram a população brasileira e representam a vitória do homem branco sobre o ambiente tropical.

Apesar da pluralidade de áreas que Manoel Bomfim se pôs a dissertar não há nenhum estudo que contemple a crítica literária, entretanto, em *A América Latina* se arriscou a definir o fato literário como consequência das condições sociais e políticas de uma sociedade. No caso brasileiro, o autor observou ainda a imitação desenfreada dos poetas aos moldes europeus que em nada refletiam a realidade do país. Citemos Bomfim: “As produções intelectuais – poemas, códigos, discursos, tratados ou leis são todas igualmente incaracterizadas. Os Códigos e Constituições não são simplesmente estatutos gerais: são compilações quase abstratas, indiferentes, estranhas ao meio onde se aplicam.” (BOMFIM, ano, p.).

Em Sílvio Romero verifica-se o mesmo repúdio a relação passiva com que a literatura no Brasil, assim como em toda a América, se adaptou aos valores e estilos próprios da metrópole, reinvidicando a favor de uma interação entre elas.

O desvencilhamento cultural necessário para a independência da literatura brasileira sempre esteve na pauta de discussão da crítica literária nacional. Em *Tal Brasil, Qual Romance?* Flora Sussekind (1984) afirma que na historiografia literária brasileira sempre se buscou ‘influências’ e ‘autenticidades’. No caso específico de Sílvio Romero verifica-se que o problema da importação é antes uma recusa pelo caráter de dependência que se atribui à cultura receptora, no caso a brasileira.

3.4. A busca pela Identidade Nacional

A obra romeriana é constituída de um projeto historiográfico que fundamenta as bases da memória nacional ao unir o estudo das tradições folclóricas e ao fator etnológico, sendo o último eleito como o critério de diferenciação do brasileiro.

Daí a intensa dedicação do crítico sergipano para os estudos que privilegiassem a questão do mestiçamento, isto é, para o encontro das três raças – índio-afro-portuguesa, que seriam responsáveis tanto pela distinção cultural, quanto pelo atraso da sociedade em relação ao velho continente.

Verifica-se, contudo, que, na tentativa de legitimar o mestiço, Sílvio Romero instaura o paradoxo entre os benefícios que a mistura das raças trouxe e a suposta lei da superioridade/ inferioridade delas. Isso porque o autor aderiu com veemência às teorias científicas disseminadas no final do século XIX sobre as diferenças raciais, e, ao mesmo tempo, contestava a possibilidade da degeneração mestiça tida como o resultado do encontro entre raças superiores e inferiores.

Para provar que a mestiçagem não causava a degenerescência do brasileiro era preciso que Romero buscasse novas soluções para o futuro do país, como a política de embranquecimento da população ou mesmo o apoio à imigração européia. A contradição encontrada em Sílvio Romero era um problema comum a toda intelectualidade da época. Citemos Lilia Schwarcz:

Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhes deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado. (SCHWARCZ, 18-9)

Para Sílvio Romero a contribuição que o mestiço daria para a nacionalidade estaria na homogeneização étnico-cultural desta, em que o elemento branco, supostamente mais forte, sobressairia em relação ao índio e ao negro.

O tom apaixonado com que o autor se refere à nacionalidade aliado ao caráter idealizado de busca pela essência do brasileiro nos remete aos princípios do movimento romântico. A diferença é que o crítico realista não só negou o movimento que o antecedeu, como também afirmou seu discurso no caráter científico dado pela ciência de leis comprováveis o que justifica a intensa recorrência a termos específicos do vocabulário científico, tais como, o evolucionismo, o darwinismo, a lei natural e a degeneração das raças.

A busca pelo nacionalismo também incidiu na obra *A América Latina* de Manoel Bomfim através do delineamento das características formadoras do mestiço brasileiro, e que possibilitaram o surgimento de um povo forte e cordial.

Convém lembrar que Manoel Bomfim cita o Brasil apenas para exemplificar determinado fato, mas em nenhum momento da obra aqui analisada alude ao “povo brasileiro”, mas sim “povo americano” confirmando a semelhança existente na formação destes povos.

Ao eleger o índio como o elemento determinante da formação da cultura brasileira – entendida como a literatura, língua, tradição - em detrimento da pouca influência africana, Bomfim não aderiu aos princípios do movimento romântico, já que os interesses destes envolviam interesses de outras ordens.

Como bem salienta Celso Uemori (2006), o texto de Manoel Bomfim pode ser entendido mais como um projeto anti-romântico de resgatar o passado e mostrar a realidade de um país desestruturado, pobre e sem perspectivas de superação.

O autor traça ainda o estudo da formação do caráter nacional de Portugal e Espanha para evidenciar que o espírito belicoso, a tendência parasitária e a intransigência sempre estiveram na história desses povos e foi um obstáculo para o desenvolvimento da cultura e intelectualidade latino-americana.

É nítido declarar a ressalva dada por Bomfim ao admirável poder de assimilação social dos povos ibéricos capaz de gerar qualidades importantes para o progresso de qualquer nação. No caso da América Latina essa característica foi transplantada e determinante para a mistura dos povos colonizadores ao índio e ao negro.

Já Sílvia Romero mantinha uma postura radical ao destacar a influência dos costumes e língua das nações ibéricas como a única saída dos latino-americanos atingirem o estágio de povo civilizado. Além disso, era necessário eleger o elemento que nos diferenciava enquanto brasileiros e que teria no folclore e nas tradições populares o cume de sua representação.

O fundamento teórico que declaradamente inspirou o crítico sergipano na construção nacional foi Johann Gottfried Herder (1744-), além dos irmãos Jakob Grimm (1785-1863) e William Grimm (1786-1859). Enquanto Herder lutava pela unificação da Alemanha por meio da língua, os irmãos Grimm valorizavam o povo e a cultura popular.

Tais influências alemãs revelam mais uma vez que o autor assimilava determinados elementos do Romantismo. Aliás, Sílvia Romero afirma que o erro do Romantismo foi não conduzir sabiamente o processo nacionalista, atribuindo apenas ao índio a responsabilidade pela origem da formação genuinamente brasileira. Para Romero, o nacionalismo:

Deve estar no sentimento original, no sentir especial do brasileiro. O nacionalismo não há de, pois, ser uma tese objetiva da literatura, a caçada de um título, deve-se estudar o nosso povo atual em suas origens, em suas produções anônimas, definindo a sua intimidade emocional, a sua visualidade estética. (ROMERO, 2001, p. 125)

A conceituação de nacionalismo está na importância do estudo das tradições populares, principalmente no folclore.

Sílvio Romero dedicou os livros *Cantos populares do Brasil* (1883) e *Contos populares do Brasil* (1885), para coligar as principais produções populares desse período. No entanto, em sua periodização literária, não cria um capítulo específico para o estudo, deixando-o mais na condição de fator da literatura brasileira que resultado desta literatura.

Ao falar sobre sua primeira experiência com o folclore, em carta a João do Rio (1904), o crítico Sílvio Romero apela para o lado emotivo de sua infância na cidade de Lagarto, em Sergipe, afirmando que sua pesquisa não era meramente intelectual, mas sim herança do 'brasileirismo' próprio de cada nativo desse país.

Quanto ao fator nacional, Alberto Luiz Schneider ressalta que a invenção do nacionalismo brasileiro surgiu mais da necessidade de criar um vínculo subjetivo entre o povo e o Estado, então independente, que pela consciência dos intelectuais. Cita-se Schneider: "O sentimento nacional não é o despertar das nações para a autoconsciência, mas a invenção das nações onde elas não existiam." (SCHNEIDER, 2005, p. 46)

É justamente neste ponto que o estudo de Sílvio Romero e Manoel Bomfim estão inseridos na procura, ainda que por caminhos distintos, dos elementos caracterizadores de cada nação como a língua, a cultura e os costumes.

3.5. Dois projetos românticos: uma aproximação

Neste subcapítulo intentamos realizar uma aproximação entre Sílvia Romero e Manoel Bomfim, não pelo cotejo de suas obras, e sim pelo projeto que estes conceberam para definir a identidade nacional a partir da realidade de um país que, desde os fins do século XIX, assistia a inúmeras transformações pela busca de uma modernização traçada segundo os moldes europeus. Dentre as transformações sócio-políticas ocorridas na década de 1880 merecem destaque o fim do regime de escravidão e a queda da Monarquia que possibilitou a instauração do Regime Republicano.

Esses intelectuais, assim como tantos outros vivenciaram a contradição entre a modernização dos grandes centros urbanos, reivindicações por reformas políticas e pela representação real da nação, enquanto do outro lado a maior parte de população encontrava-se relegada à condição miserável e alheia a tais acontecimentos. Esta contradição é um dos motes responsáveis pelo surgimento do livro de Manoel Bomfim. Citemos o autor:

São povos que possuem todos os elementos para ser prósperos, adiantados e felizes, e que, no entanto, arrastam uma vida penosa e difícil: por quê? (BOMFIM, 1993, p. 65).

Como assinalamos no subcapítulo anterior, a busca incessante de Sílvia Romero pela essência do “sentir” brasileiro a partir de nosso acervo cultural, nos remete aos princípios do movimento romântico. Guardadas as devidas proporções, o nacionalismo romeriano advém da procura pelo original, o autêntico e representativo, não pode ser entendido como continuação do movimento literário romântico, já que o autor não escondia a verdadeira antipatia que tinha pelos propagadores do indianismo. Citemos a crítica feita a estes literatos:

A índio-mania cresceu por fatalidade e acabou por inconsciência. Vulgarizou idéias incorretas sobre os aborígenes que a Ciência ainda não corrigiu entre nós. Esta poesia sublime de que eram dotados, sua civilização tão prometedora, a teologia fecunda, resultado de suas cabeças bem formadas, todos estes levianos avanços para o erro, estão por ser desfeitos neste país. (ROMERO, 1888, p. 6-9).

Assim, a fase indianista do Romantismo brasileiro falhou não porque buscava o nacionalismo, mas porque o definiu apenas na figura do indígena.

Para Schneider, o caráter romântico em Sílvio Romero configurava-se na idealização de um sentimento que pudesse unir todas as raças a favor deste país. Citemos Schneider:

O problema que Romero se impôs foi hercúleo: como fazer dos descendentes dos escravos negros, dos índios desaldeados, da vasta gama de mestiços pobres, dos portugueses imigrados e dos novos imigrantes europeus que chegavam integrantes da mesma nação? (SCHNEIDER, 2005, p. 55)

De fato, a saída encontrada por Sílvio Romero para este impasse foi recorrer à tradição romântica na medida em que incorporou expressões de efeito como “povo”, “nação” e “espírito”, ao naturalismo crítico.

A busca pelo nacionalismo também incidiu na obra *A América Latina* de Manoel Bomfim através do estudo das mazelas, principalmente sociais, que se abateram pelo país. Convém lembrarmos que Manoel Bomfim cita o Brasil apenas para elucidar determinados fatos, mas em nenhum momento da obra aqui analisada aludiu apenas ao “povo brasileiro”, mas abordou o “povo americano” como uma um bloco único devido à semelhança existente na formação destes países.

Se por um lado Manoel Bomfim utilizou a metáfora do parasitismo para expor a realidade da formação das nações latino-americanas, inserindo sua obra no projeto “anti-romântico”⁹, de outro, podemos conferir à América Latina: males de origem o título de obra romântica, já que o próprio autor admitiu ter escrito o livro impelido não por interesses pessoais, mas pelos sentimentos que:

(...) só aspira alcançar a verdade – a causa efetiva desse males, dentro dos quais somos todos infelizes, o desejo de subir à civilização, à justiça, a todos os progressos. (BOMFIM, 1993, p. 35).

O discurso romantizado do autor aparece na defesa quase que utópica da instrução popular entendida aqui como o único meio capaz de dar valorização aos latino-americanos, porém, ainda que subsista em sua linguagem indícios de cientificismo como de um médico que prescreve o “remédio”¹⁰ para a cura de uma doença.

⁹ Termo utilizado por Celso Uemori na tese *Explorando em campo minado*: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional.

¹⁰ A metáfora do “remédio” foi retirada do livro de Manoel Bomfim: “É a ignorância, é a falta de preparo e de educação para o progresso, eis a inferioridade efetiva: mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado. (BOMFIM, 1905, p. 339)

Sílvio Romero mostrou-se imensamente contrário a tese do conterrâneo negando a educação intelectual o poder de transformar os indivíduos, visto que o problema do povo brasileiro residia “na índole, na transmissão do caráter”, e apenas uma instrução moral poderia saná-lo.

Estes apontamentos confirmam mais uma vez que Manoel Bomfim, assim como Sílvio Romero, pensou sua época a partir de sua própria realidade, valendo-se da ciência naturalista do século XIX para explicar que toda a fundamentação da teoria do atraso latino-americano, principalmente no caso brasileiro, está no empréstimo do termo biológico “parasitismo” utilizado como metáfora do processo de colonização sofrido pelas nações do novo continente, exceto a América do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, objetivamos analisar a polêmica instaurada por Sílvio Romero (1815-1914) sobre o livro *A América Latina: males de origem*, de seu conterrâneo Manoel Bomfim (1868-1932) a partir do cotejo entre as obras desses autores.

Antes de entrarmos especificamente nestas leituras, julgamos necessário analisar tanto o percurso de formação de Sílvio Romero enquanto crítico e polemista das letras nacionais e estrangeiras, quanto à contextualização dos interesses, meios e práticas que envolveram o debate do referido crítico acerca do estudo de Manoel Bomfim. Daí, a necessidade de adotarmos uma postura comparatista no trato dessas obras.

Observamos, através dos jornais e livros publicados nas primeiras décadas do século XX, que as questões levantadas por Sílvio Romero e Manoel Bomfim incidiam sobre toda a intelectualidade gerando uma diversidade de pensamentos antagônicos. Entretanto, além da época vivenciada, o elemento que os unia era a necessidade de explicar o passado e o presente do país para propor os rumos da nação.

A compreensão do “campo intelectual” romeriano nos permitiu observar que a polêmica travada contra Manoel Bomfim insere-se na luta pelo domínio do discurso uma prática, conforme assinalou Bordieu (1968), comum a intelectualidade. No caso da elite letrada brasileira de início do século XX, verificamos que a autonomia intelectual era ainda mais dependente de ações políticas e econômicas, o que gera ambigüidade em relação ao discurso imparcial propagado pela intelectualidade de então.

Pudemos constatar também que a diferença de Manoel Bomfim em relação aos seus contemporâneos não está no rigor científico empregado, nem na inovação de linguagem, ao contrário, o autor ampara sua tese nos mesmos esquemas e termos validados pelo discurso dominante. Bomfim questionou, entretanto, o caráter neutro imposto ao discurso científico que impediu a percepção dos interesses político-econômicos existentes por trás da teoria da superioridade das raças.

Convém, mais uma vez, destacarmos o que autor disse quanto à neutralidade científica, que “seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem, e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!” (BOMFIM, 1905, p. 11 e 12).

É neste sentido que Antonio Candido compreendeu a obra de Manoel Bomfim como um *contradiscorso* à ideologia dominante da época, em oposição ao espírito romeriano de “verdadeiro turbilhão de idéias, no sentido próprio e figurado.”

Notamos que entre 1850 e 1930, o pensamento e a literatura brasileira foram marcados por gerações que se dispuseram a entender o país como uma nação mestiça, sendo Sílvio Romero e Manoel Bomfim representantes antagônicos desta linhagem interpretativa.

O projeto de fundar uma “nova” visão do país a partir do passado já estava presente nos livros aqui analisados, mas comumente atribuímos apenas aos modernistas de 22 o surgimento destas análises interpretativas. De acordo com Francisco Foot (1992), o prestígio intelectual e o caráter inovador dos modernistas de 22 impediram o desenvolvimento de estudos sobre outros discursos modernos.

Assim, é possível realizarmos uma aproximação entre as obras de Romero e Bomfim com a produção ensaística e literária surgida a partir dos anos 20, representada principalmente por Paulo Prado, Mário de Andrade e Gilberto Freyre. Respeitando as demarcações existentes quanto ao tempo e estilo de cada autor, poderíamos posicionar Sílvio Romero e Manoel Bomfim como integrantes desta tradição intelectual comprometida com o caráter heterogêneo da cultura brasileira.

Não foi nosso intuito nesta pesquisa identificar os aspectos semelhantes desta tradição intelectual, mas sim mostrar esta observação como consequência do cotejo realizado entre *As Américas* de Romero e Bomfim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DA PESQUISA:

BONFIM, Manoel. *A América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BONFIM, Manoel. *Uma carta*: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro *A América Latina*. In: *Anais* (Rio de Janeiro), 74: 169-70; 1906.

ROMERO, Sílvio. *A América Latina*: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bonfim. Porto: Lello & Irmão Editores, 1906.

DE SÍLVIO ROMERO:

ROMERO, Sílvio. *A América Latina*: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim. Porto: Lello & Irmão Editores, 1906.

_____. *A filosofia no Brasil*: ensaio crítico. Tipografia Deutsche Zeitung, 1878.

_____. *A literatura brasileira e a crítica moderna*: ensaio e generalização. Rio de Janeiro: João Ferreira Dias, 1880.

_____. *A pátria portuguesa*: o território e a raça. Apreciação do livro de igual título de Teófilo Braga. Lisboa: A. M. Teixeira, 1906.

_____. *Cantos do fim do século*. Rio de Janeiro: Tipografia fluminense, 1878.

_____. *Contos populares do Brasil*. Introduções e notas de Teófilo Braga. 2v. Lisboa: 1883.

_____. *Compêndio da História da Literatura*. Em colaboração com João Ribeiro. Rio de Janeiro: Alves, 1906.

_____. *Estudos de literatura contemporânea*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1885.

_____. *História da Literatura Brasileira*. (org. Luiz Antonio Barreto). Rio de Janeiro/ Aracaju: Imago / Universidade Federal de Sergipe, 2001.

_____. *História da Literatura Brasileira*. 4 tomos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *Minhas Contradições*. Com prefácio de Almqüio Diniz. Bahia: Catilena, 1914.

_____. *Novos estudos de literatura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garnier, 1898.

_____. *Obra filosófica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

_____. Silvio Romero. In: Rio, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. P. 23-31.

_____. *Outros estudos de literatura contemporânea*. Lisboa: A Editora, 1905.

_____. *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto: Chardron, 1910.

_____. *Quadro Sintético da evolução dos gêneros da literatura Brasileira*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1911.

_____. *Realidades e ilusões no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Zeveirissimações ineptas da crítica*. Porto: Oficina do Comércio, 1909.

DE APOIO À PESQUISA:

ABDALA JUNIOR, Benjamim. Sílvia Romero: História da Literatura Brasileira. In: *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo: Editora do Senac – SP, 2001.

ABREU, Capistrano. *Ensaio e estudos: crítica e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília _DF: INL, 1975, 2ª ed..

ADORNO, S. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

AGUIAR, Flávio Wolf de e CHIAPPINI, Ligia (Orgs.) *Literatura e História na América Latina*. São Paulo-SP: Centro Ángel Rama/ EDUSP, 1993.

ALENCAR, José Almino de. O Brasil é fatalmente uma democracia: Sílvia Romero. In: *Tempo Brasileiro: Repensando o Brasil com Sílvia Romero*. Rio de Janeiro, n. 145, abr/jun. 2001.

ALVES FILHO, Aluísio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*, Rio de Janeiro, Achiamá, 1979.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1998, 224 p. (Tese de Doutorado).

BARBOSA, João Alexandre. *Alguma crítica*. São Paulo-SP: Ateliê, 2002.

_____. *A tradição do impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.

_____. *Opus 60*. São Paulo. Duas Cidades, 1980.

BERTONHA, Ivone. *Manoel Bomfim: um ilustre desconhecido*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987. (Dissertação de Mestrado).

BEVILÁQUA, Clóvis. *Sílvio Romero*. Lisboa: A Editora, 1905.

BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador In: Pouillon, Jean (Org.). *Problemas do Estruturalismo*, Rio de Janeiro, Zahar. 1968.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo-SP: Cultrix, 1994.

BUENO, Alexei. & ERMAKOFF, George (Orgs.). *Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil. (1850-1950)*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

CAIRO, Luiz Roberto. A geração de 70 do século XIX e a construção da história da literatura brasileira. In: *Estudos de Literatura e Lingüística* (Orgs. H.C. Milton e J. M.S. Spera). Assis/ SP: FCL- UNESP- Assis Publicações, 2001, p. 10-31.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, 1971.

_____. *Noções de análise histórico-literária*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

_____. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: *Literatura e sociedade*. 8 ed. São Paulo: TA Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. A sociologia no Brasil. IN: *Enciclopédia Delta Larousse*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Delta, s/d, v. 4.

_____. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Ed. da USP, 1963.

_____. Os brasileiros e a nossa América. In: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. A cultura do contra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7.5.1978. Folhetim, p. 8-9.

CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro-RJ: Ediouro, s/d.

CARVALHAL, Tania Franco O próprio e o alheio. São Leopoldo-RS: UNISINOS,

_____. (Coord.) *Culturas, contextos e discursos: limiares críticos do comparatismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

CARVALHO, Ronald. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro-RJ: F. Briguiet e Cia., 13a, 1968.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro-RJ: José Olympio; Niterói-RJ: EDUFF, 1986, 6 v.

_____. *A tradição afortunada*. Rio de Janeiro: José Olympio: São Paulo: EDUSP, 1968.

COUTINHO, Eduardo Faria. *Literatura Comparada na América Latina*. RJ. Ed. UFRJ, 2003.

CUNHA, Eneida Leal e SOUZA, Eneida Maria de (Org.). *Literatura Comparada: ensaios*. Salvador: EDUFBA, 1996.

FOOT, Francisco Hardman. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

EAGLETON, Terry. *A função da crítica*. (trad.) São Paulo-SP: Martins Fontes, 1991.

_____. *Teoria da Literatura: uma introdução*. (trad.) São Paulo-SP: Martins Fontes, 1983.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, 2 tomos.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências no norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 54.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo-SP: Pioneira, 1976.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977.

MENDONÇA, Carlos Sússekind. *Sílvio Romero, de corpo inteiro*. Rio de Janeiro: MEC, 1963.

MOREIRA, Maria Eunice e ZILBERMAN, Regina. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ORLANDO, Artur. Sílvio Romero. In: *Ensaaios de crítica*. Recife, Diário de Pernambuco, 1904.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAZ, Octávio. *O Labirinto da solidão e Post-scriptum*. (trad. Eliane Zagury.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda, 1944.

RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

REIS, José Carlos. Manoel Bomfim e a identidade nacional brasileira. In: LOPES, Marcos Antônio (Org). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 3 edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 9-20.

ROCHA, João Cezar de Castro. "O ruído das festas" e a fecundidade dos erros: como e por que reler Sílvio Romero. IN: *Tempo Brasileiro: Repensando o Brasil com Sílvio Romero*, Rio de Janeiro, n. 145, abr./ jun., 2001.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo-SP: Perspectiva, 1978.

SANTOS, Wilmhara Benevides da Silva Alves. *Povo e Raça na formação da nação: um debate entre Manoel Bomfim e Sílvio Romero*. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, 2006. (Dissertação de Mestrado).

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero: Hermeneuta do Brasil*. São Paulo – SP: Annablume, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Sílvio Romero ou a mestiçagem da alma. IN: *Tempo Brasileiro: Repensando o Brasil com Sílvio Romero*, Rio de Janeiro, n. 145, abr./jun., 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira; seus fundamentos econômicos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SOUZA, Eneida Maria. *Crítica Cult.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1990.

_____. & VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

NUNES, Maria Thetis. Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.13-25.

UEMORI, Celso. *Explorando em campo minado: a sinuosa da trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*. São Paulo: PUC, 2006, 201 p. (Tese de Doutorado).

VENTURA, Roberto. *Escritores, escravos e mestiços em um país tropical*. Raça e natureza na cultura brasileira – (1825-1933). São Paulo: Depto. de História, FFLCH, USP, 1988, 241 p. (Tese de Doutorado).

_____. *O Estilo Tropical: história intelectual e polêmica literária no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Sílvia Romero, historiador literário. IN: *Tempo Brasileiro: Repensando o Brasil com Sílvia Romero*, Rio de Janeiro, n. 145, abr./ jun., 2001.

_____. Manoel Bomfim, um rebelde atual. CULT: Revista Brasileira de Literatura, São Paulo, nº 34, mai. 2000, p. 26-9.

VERÍSSIMO, José. *Cultura, literatura e política na América Latina*. (Sel. e apres. João Alexandre Barbosa) São Paulo-SP: Brasiliense, 1986.

ZILBERMAN, Regina. Expectativas frustradas na República Velha. IN: *Tempo Brasileiro: Repensando o Brasil com Sílvia Romero*, Rio de Janeiro, n. 145, abr./ jun., 2001.

ANEXO 1

Esse material foi utilizado não só como critério de delimitação da análise aqui realizada, mas também pela facilidade de acesso de outros pesquisadores ao estudo de Sílvia Romero. Conservamos ainda a estrutura textual, os grifos e erros existentes na obra original, salvo a atualização ortográfica, que para melhor compreensão foi modificada.

ROMERO, Sílvia. Capítulo XVII e XVIII. IN: *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1906.

XVII

Na famosa, por demasiado cheia de erros de toda a espécie, 4ª parte da *América Latina*, o seu destemido autor atreve-se a tentar uma característica do gênio, do espírito sul-americano, nomeadamente do brasileiro.

Raro se encontrará um acervo de banalidades, reproduzidas um pouco de toda parte, sem a menor partícula devida a trabalho pessoal do escritor.

Os dois característicos principais dos latino-americanos, badalados aí por toda a gente, e que Bomfim tem a ingenuidade de supor que foram agora pela primeira vez, descobertos por ele, são – o gênio conservador e a falha de espírito de observação.

São duas notações simplíssimas, quinhentas vezes feitas antes do pretensioso desorganizador do *pedagogium*.

O que nelas, de fato, lhe pertence são as tolices com que teve a habilidade de deturpá-las.

Começamos pelo *conservantismo*, ou melhor, *espírito rotineiro*, que é a nós latino-americanos melhor nos cabe, porque o largo e fecundo gênio conservador – nós não o possuímos suficientemente.

A notação é exata, quando feita em termos, mas o mestrinho das tortas psicologias teve jeito para deitá-la a perder.

Eis aqui: “Das qualidades a nós transmitidas, a mais sensível e mais interessante, por ser a mais funesta (*Mais interessante, por ser a mais funesta!? Que vem a ser isto?*) é um *conservantismo*, não se pode dizer obstinado, por ser, em grande parte, inconsciente, mas que se pode chamar propriamente um *conservantismo essencial*, mais efetivo que intelectual.

Em teoria, os homens das classes dirigentes aceitam e proclamam, como boas, a maior parte das idéias e princípio gerais com as necessidades próprias de cada época e com as circunstâncias especiais de cada país, nem sabem fazer essa aplicação, nem são capazes, quando ela se impõe por si mesma, do menos esforço para adaptar-se a uma conduta diversa (*Se fosse Le Bon que tivesse escrito isto, que não diria o terrível Manoel?*). Não suportam que as coisas mudem em torno deles.

...Vivem eles e o país que dirigem – uma vida de adiamentos e vãos expedientes.

Para todos o ideal é dizerem-se conservadores.

Há políticos ousados de idéias, radicais e até revolucionários; mas, obedecendo a uma necessidade íntima de organização afetiva, acham sempre o meio de explicar que *não querem ser mais que conservadores*. E de fato é o que eles são. A tendência instintiva ao conservantismo não lhe permite refletir que essa política *conservadora, anti-social*, esmo para os povos que possuem um passado capaz de despertar entusiasmos, funestas para os próprios países que trazem de outras eras instituições benfazejas e obras grandiosas (*É falso!*), que esta política vem a ser não só *ridiculamente absurda, como essencialmente criminosa*, tratando-se de nações onde *não há, em verdade, o que conservar* (*Ah! Le Bon!*). A história nos mostrará (*Pobre História!*) que, nas nacionalidades sul-americanas, antes mesmo de completa a independência, já aparece um partido *conservador*, pesando decisivamente sobre a marcha das coisas públicas. Pergunta-se agora: *que é havia então para conservar? A vida das populações, a linguagem, os territórios? E ainda hoje: em nome do que se justifica esse programa de política conservadora?* São nações, estas, em que tudo está por fazer, a começar pela educação política e social das populações.

Que pretendem então defender, deste passado? Ele é uma série de crimes, iniquidades, violações de direitos, resistências sistemáticas ao progresso. Que é que pretendem conservar? Só se é justamente a decadência (Já não se lembra que xingou, páginas atrás, Le Bon, por achar DECADENTES os latino-americanos!), a resignação social, e todo mais que, pretendendo-nos ao passado, se opõe obstinadamente à vida e ao progresso. (p. 166 e seguintes).

Curioso trecho, em verdade.

Para o homem do Pedagogium, todo o passado sul-americano é imprestável, nada existe nele a conservar, porque não foi mais *todo ele do que uma série de crimes, iniquidades, violações de direitos, resistências sistemáticas ao progresso...*

Não há, não existe, nunca vi uma mais formal e categórica condenação das gentes sul-americanas. Nunca houve europeu, nunca existiu Gustavo Le Bon algum que tivesse dito a metade, se quer, de tantos esconjuros e maldições.

Será verdadeira a pintura do nosso passado e do nosso presente feita por Bomfim?

Não o creio absolutamente; mas vá que seja.

Se assim é, não sabe esse professor de psicologia que as forças do passado, o que vale dizer a pressão da tradição, as energias da história, que importam no concurso acumulado de qualidades e predisposições étnicas, sociais, políticas, religiosas, costumeiras, econômicas, e trinta outras prendem fatalmente os homens a um certo trilho da vida, imprimindo-lhes uma direção predeterminada? *Conservar o que?* Pergunta muito cheio de si, o curioso, psicólogo.

Nunca vi interrogação mais impertinentemente banal.

Que conservar? Muito: o espírito da raça, o seu caráter, a língua, a alma de seus grandes homens, o bom senso, os bons costumes, o equilíbrio do gênio, o amor da pátria, das tradições, do progresso bem entendido, da liberdade, da ordem, e, em geral, todas as nobres qualidades selecionadas pela história no coração de nossos maiores.

Eis o que havia, há e haverá para conservar, enquanto a propaganda aniquiladora de todos os Bomfins não nos submergir nas tintas incolores de um estrangeirismo apagado e vil.

O sr. Bomfim em seus momentos, acredita na força da hereditariedade psicológica, psíquica e social, tanto que se dá ao luxo de, antes de dissertar sobre o nosso *conservantismo*, dilatar-se por seis longas páginas acerca da última daquelas manifestações do aludido fator bio-sociológico, numa série de considerações que não brilham muito nem pelo a propósito, nem pela profundidade.

Ora, assim sendo, qual é o seu critério, quando entra a descompor os latino-americanos, por obedecerem a uma coisa *fatal*, como é a hereditariedade?

Que diabo de psicologia aprendeu, para ensinar, esse homem, que nem sequer percebe ser o seu insensato negativismo, *acerca da tendência conservadora do homem e na sociedade, uma contradição de colegial?*

Sim, se Manoel mesmo escreve isto: Em que consiste a hereditariedade social? Consiste na transmissão, por herança, das qualidades psicológicas, *comuns e constantes* e que, por serem *constantes e comuns através de todas as gerações*, dão a cada grupo social um caráter próprio distinto: transmissão por herança, no grupo anglo-saxônico, das qualidades que caracterizam o tipo judeu anglo-saxônico, perpetuação nos judeus das qualidades típicas da raça; se Bomfim mesmo escreve isso, com que seriedade vem exprobrar aos latino-americanos o obedecerem a tais princípios e terem, pois, alguma coisa a *conservar*?

Ora, meu caro psicologista, um ouço mais de lógica e senso não lhe fariam mal algum.

Não é a tendência conservadora, que o próprio autor denomina *afetiva e essencial* qualificativo este último, por certo, mal empregado, que deve ser censurada e combatida; porque a *hereditariedade* é uma força sem a qual não se concebe a própria vida. O que a fazer é procurar dar-lhe, por assim dizer, um alimento forte e sadio. Para tanto, deve-se ir modificando, conduzindo, educando a força contrária - a *adaptação* a novos meios, a novas necessidades, a novos impulsos. Estes, bem dirigidos, vão formando novos hábitos, que se vão substituindo aos antigos e acabarão por se transmitir também por *hereditariedade*. Tal a lição que se deveria esperar de quem se quer dar por psicólogo e é diretor de um instituto de educação, e não declamações insensatas contra a *tendência conservadora*, qualidade sem a qual não se poderia sequer compreender o gênio, a índole, a individualidade dos povos.

Outro ponto, porque este está liquidado.

No que diz respeito à *falta de observação*, de que padecem os latino-americanos, não passa no livro de Bomfim da repetição impertinente de notação mil vezes feita por escritores de muito mais esclarecido critério e de muito maior saber.

É um traço verdadeiro, posto a perder pelo autor por suas exagerações e pela mania de atribuir tudo e até isto ao parasitismo. Eis as suas palavras: “O parasitismo não só dispensa o indivíduo de progredir, imobilizando-o, como o torna incompatível com o progresso porque *anula a faculdade de observação* e o subtrai a influência desse transformar incessante das coisas; e assim se perde o sentimento imediato da vida. Assim se explica a *falta de observação*, tão sensível nos povos sul-americanos, principalmente nos indivíduos das classes dirigentes. (Se assim é nas *dirigentes*, que não será no rebotalho brotado dos famosos *interstícios* de Bomfim?!). Essa falta de observação constitui, mesmo o *segundo traço dominante no seu caráter*. Esses homens que se deviam reportar às necessidades reais da nação, nelas inspirar-se, vivem fora dos fatos, não sabem vê-los; o mundo atual, ambiente, não tem significação para eles (*É demais*); fazem toda a sua obra com o cabedal livresco. Em vão se procurará nos seus discursos, programas, pareceres, proclamações, a expressão dos problemas efetivos do momento e as suas soluções possíveis.” (p. 178 e 79).

Não passa este palavreado da repetição, com ares de quem está a dizer novidades nunca sonhadas, de notações feitas por outros escritores; o que é *novo* aqui é apenas o sestro de deformar, exagerando. Na pena desse escritorzinho de sexta ou sétima ordem, tudo, todos os fatos se transformam em caricaturas. Não há nada em seu livro, menos a pulhice do parasitismo, que já não tivesse sido dito e redito em duzentos escritores nacionais. O que se nota é que Manoel não os cita, na doce ilusão de enganar os *badauds* que o cercam e cujas manhas conhece.

O mestrinho do *pedagogium* ainda estava no *abc* nas classes primárias, quando eu já caracterizava os latino-americanos, *respectivité* os brasileiros, por estas palavras, que não troco por toda a *América Latina*, com todos os seus parasitismos, falsos ou verdadeiros.

“Entre boas e poderá dizer até ótimas, qualidades espirituais que as gentes latino-americanas possuem, como sejam a facilidade de aprender e assimilar, a curiosidade por tudo que se diz novo, impossível é negar o pouco alento de sua imaginativa a pouca profundidade de suas faculdades de observação, o pouco vigor de seu talento inventivo.

Demasiado hábeis para inteirar-se do que se faz nos países de sua predileção, máxime a França, os latino-americanos foram sempre, até hoje pelo menos, incapazes de abrir por si mesmos uma frase qualquer ao seu próprio pensamento.

Todas as suas idéias, todas as suas teorias, todas as suas doutrinas em todos os ramos da cultura, tem sido sempre de importação. Por isso, eles quase nunca pensam, citam; não cria, reproduzem; não descobrem, imitam; não investigam, esperam que lhes mostrem o resultado obtido.

Nessa faina, entram com a paixão ardente própria de meridionais e mestiços. Por isso, quando abraçam uma doutrina e se filiam numa escola, chegam até a ter a ilusão de que essas foram criações suas. Daí, o desembaraço com que elogiam, proclamam, endeusam, o que supõem novo, e desrespeitam, descompõem, maltratam, injuriam os que os não acompanham, a quem chamam *velhos e atrasados*. A frase, isto é, o colorido das palavras, o onduloso dos períodos, a sonoridade dos adjetivos, tem para eles um prestígio invencível.

O critério das idéias confunde-se, no seu sentir, com o brilho do estilo. Quem mais sabe e mais pensa é quem escreve mais *bonito*, no seu conceito.

Chegam a chamar *gênios*, quero dizer, chegam, até ingenuamente a proclamar espíritos originais, criadores, inventivos, abridores de novos horizontes e novas perspectivas à humanidade, à meia dúzia de retóricos, verdadeiros odres de vocábulos que tem possuído no correr dos tempos. Quanto mais fácil e mais superficial, mais verdadeira lhes parece uma doutrina e mais aceitável um sistema. Se for exposto em estilo cantante, em palavras marchetadas, espalhar-se-á aos quatro cantos do continente.

Desejo de saber os tem, não pelo atrativo impessoal da alta e grande cultura, nem até pela necessidade de manejarem as armas intelectuais na luta pela vida, se não como uma espécie de decoração para brilharem, passando por talentosos e adiantados.

Por isso, do saber tomam apenas a parte e chegam somente até o ponto em que possam ostentar o que desejam. Por isso, não aprofundam, o que seria uma fadiga inútil, que não poderiam suportar. Daí, o não passar, em tudo que diz respeito a atitudes autonômicas do pensamento e a evoluções que revolucionem por completo o velho edifício de suas idéias, de certa média cômoda, de todos compreendida.

São capazes de fazer uma revolução política, se for ajudada pelo exercito, só por culto de frases feitas, de estribilhos demagógicos, jamais com o firme propósito de reformar as inqualificáveis tropelias de sua vida partidária, de sua administração pública, de sua organização do Estado.

Enfim, não terá, talvez, muito errado quem disser dos latino-americanos tomados em geral, como tipo étnico, serem eles um singular misto de curiosidade e superficialidade, de leguleismo e mediocridade filosófica e científica.

Mais do que à primeira vista pode parecer, seu proverbial desrespeito, a sua notada irreverência encobre um real fundo de incapacidade, de fraqueza das forças criadoras do espírito.

Se eles produzissem por si - conheceriam quanto é laboriosa e sagrada a faina das grandes conquistas da inteligência, do sentimento e da vontade dos homens, e teriam, infalivelmente, mais atenções para com o caráter dos indivíduos, das classes, das instituições. A formalística os domina mais do que levianamente supõem; todas as suas questões dão, via de regra, novos ensejos à mania da regulamentação.

As chamadas classes dirigentes, os ditos intelectuais nada dirigem e nada ilustram. Os mais graves problemas políticos, financeiros, econômicos, administrativos, ou não tem solução, ou não tem do acaso, ou de alguma imposição estrangeira. Dá-se com esta classe de assuntos o mesmo que acontece aos meramente literários, filosóficos, científicos; esperam que lhes mandem livros para *citar* sobre tais assuntos e *copiar* qualquer coisa que alhures se tenha praticado, sem atenderem que coisas existem que as nações ou as fazem por si mesmas ou vão cavando a própria ruína... Destarte, se não possuem gênio inventivo, menos ainda possuem gênio prático.

Em sua literatura geral, manifesta-se a ausência do primeiro: e na literatura científica se de tal se pode cogitar entre eles, patenteia-se a falta de ambos. Dos ramos científicos que de preferência tem cultivado no século XIX para só dele falar, o direito, foi o que mais labores lhes consumiu. Mas aí mesmo possuem uma biblioteca inteira de formulários e rabularias, e não contam um só livro de doutrina e especulação que mereça a atenção da ciência universal.

O mesmo em medicina, o mesmo em engenharia e matemática, o mesmo em história natural e em filosofia.

É que, de par com as liberdades consagradas por mera ostentação nas leis, regulamenta-lhes a vida, de alto a baixo, um disfarçado e quase inconsciente sistema de cativo e impotência intelectual, que, da escola primária, chega aos mais altos graus de todo o sistema educativo, fundamentalmente jesuítico, transmitido por hereditariedade.

Nestas condições, não é inexplicável que ande sempre, a despeito de sua curiosidade, que, o mais das vezes não passa de uma verdadeira *curiosité malsaine*, alguns decênios atrasados no curso das idéias.

Isto, modéstia à parte, é sóbrio, correto e verdadeiro, não contém exageros, nem parasitismos e foi escrito, quando Bomfim cursava o *abc* em Sergipe.

Páginas dessas, peculiarmente dedicadas ao Brasil, contam-se às dúzias em nossos melhores críticos. Valem sempre um pouco mais do que os delírios de Oliveira Martins e as patacoadas de Bomfim.

Outro assunto. Na parte, ora analisada, do livro do iracundo sergipano avultam uns destemperos acerca das funções do Estado moderno, que estão a pedir valente rebate.

Essa tarefa de desbastar tão intensa selva de despropósitos requer certa extensão que não devo dar a estes artigos.

Ficará para outra ocasião, se for forçado a voltar a dizer da *América Latina*, pondo então, em completa nudez, quase linha a linha, as centenas de erros que se ocultam naquelas cerradas páginas.

XVIII

A quinta e última parte do livro do dr. Bomfim é, sem dúvida, a mais extravagante de todo ele.

Para tal privilégio, bastante é considerar ser aquela em se contém a ciência antropológica e etnográfica do autor. É uma verdadeira comédia.

Percebe-se facilmente ter sido, neste ponto, o alvo principal do jovem médico – dizer mal, sistematicamente, dos brancos, principalmente espanhóis e portugueses, e exaltar os negros, índios e mestiços de todas as gradações. Bomfim bate-se pela unidade e igualdade completa, absoluta dos homens e das raças.

Houve tempo em que essa patranha liberalizante era defendida em nome do dogmatismo cristão, em nome da teológica católica principalmente: *éramos todos filhos de Deus, nosso senhor*. Podia-se lá falar em desigualdade entre essa irmandade?

Hoje se defende a mesmíssima curiosa ilusão em nome do dogmatismo democrata, em nome do catecismo socialista. Bomfim é deste último partido.

O mais interessante, porém, é que o desembaraçado esculápio não sabe o que quer. Em coisas de antropologia e etnografia – seu espírito é uma gruta opaca, onde nada se destaca nítido. As contradições andam aos pares de braço dado.

Destarte, chega a passar uma surriada em quem ainda agora cai na patetice de falar em *raça ariana* e vive, entretanto, com a boca cheia de *raça latina!*... Não repara que se absurdo é crer naquela, maior ainda é acreditar na outra.

“É caso para admirar, escreve Jean Finot, a teimosia dos franceses ou dos italianos em que se proclamarem *povos latinos*. No momento em que a Espanha, gravemente ferida por uma crise que chega a ser inquietadora acerca de sua salvação, é objeto dos debiques dos outros povos; no momento em que tantas repúblicas intituladas *latinas* espantam o mundo pela incoerência de sua vida social e política, teimar, a despeito de tudo, em filiar-se na família, cujas taras e defeitos não se cessa de criticar, é o cúmulo do heroísmo. E, todavia, as provas formigam todos os dias e livros sérios ou humorísticos, nos discursos dos políticos ou dos homens de Estado, nos escritos dos jornalistas, dos pensadores ou dos cientistas. Tanto o poder do erro disfarçado em verdade é maior do que o da própria verdade!”.

Este João Finot, ao menos, é coerente; não acredita em distinção alguma das raças e escreve um livro - *Le Préjugé de Races*, cheio dos maiores disparates, valha a verdade, mas de uma admirável coerência no erro. Isso compreende-se. A atitude incerta e vacilante dos Bomfins é que não produz a menor vantagem a qualquer dos partidos que se digladiam.

Mas examinemos a aludida quinta parte tocando-lhe nos problemas principais.

Tomei nota ali das principais questões: *hombridade* das gentes peninsulares, sua assombrosa faculdade de *assimilação*, *reprodução* destas nas colônias, caráter do índio e do africano, suas grandes virtudes, raças supostas *inferiores*, os louros *dolicocéfalos*, povos morenos, raça ariana, seleção natural aplicada aos povos, Oliveira Martins e o quilombo dos Palmares, mestiços, revivescências das lutas históricas, estado do povo, a República, possibilidade ou não de agressão e conquista da América do Sul por parte de nações européias, doutrina de Monroe, eliminação das classes superiores, o estado real da América do Sul, calúnias de Gustavo Le Bon, etc... É uma enciclopédia, uma interminável miscelânea. Quase tudo errado. Bomfim abriu a torneira e deixou correr abundante a caudal dos espantosos... pensamentos . Abençoado rapaz... que intrepidez!

Não poderei certo, ferir se não um ou outro ponto; isto mesmo, indicando apenas as teses do livro fazendo-lhes um rápido comentário.

Os capítulos da citada parte são: *I – Elementos essenciais do caráter; raças colonizadoras; efeitos dos cruzamentos; II – Revivescentes das lutas anteriores; III – Perspectiva da agressão; IV – As nações sul-americanas em face à civilização e ao progresso.*

É tempo de passar às teses e seus indispensáveis comentários:

a) “As nações peninsulares se destacam na história, à parte do *parasitismo*, por duas qualidades primordiais: uma *hombridade* patriótica, intransigente, irreduzível, levando os indivíduos a todos os heroísmos e resistências; e um extraordinário *poder de assimilação social*. Desta *hombridade* patriótica derivam todos os exageros e perversões guerreiras dos povos ibéricos... Apesar disso, as raças ibéricas mostraram possuir uma força de *assimilação* de que não se tem exemplo em nenhum outro povo da Europa. Não se conhece outro caso de se fundirem, assim rapidamente e tão perfeitamente, raças tão diversas e tantas, como na península.” (p. 264, 5 e 6)

É uma caracterização étnica falsa, reproduzida, sem critério, das fantasias de Oliveira Martins. Bomfim, de fato, nas duas últimas partes do livro voltou a depenar o imaginoso escritor português. Acha ensejo de lhe tomar quatorze trechos com um total de cento e cinquenta e duas linhas, colheita menor do que a recolhida nas partes anteriores, mas, ainda assim, assas considerável.

O principal, porém, é mostrar serem falsas as duas singularidades hispânicas.

A *hombridade*, se bem a compreendo, é sinônima de amor à pátria, à liberdade, coragem de defendê-la intrepidez na luta.

Os ibéricos possuem, até certo ponto, essas qualidades; mas devemos lembrar-nos de que as esqueceram, quando foi da conquista dos godos, que não encontraram resistência, e, ainda mais quando foi da dos árabes, que a encontraram ainda menor.

Cumpre, igualmente, advertir que mais intensa se tem revelado a famosa *hombridade* nos povos *escandinavos*, que nunca foram, que se saiba, conquistados por estranhos; pelos *alemães*, que também nunca gemeram sob o jugo estrangeiro; pelos *albaneses*, os corsos, e até os próprios *franceses*, cujo furor *bélico* é proverbial. O mesmo se observa entre os *berberes*; é a tenacidade *saxônica*, que chegou a absorver todos os seus adversários, mereceria igual denominação, se os ingleses também fossem cultores de frases feitas.

A *hombridade*, para tudo dizer de uma só vez, é como a *presunção e a água benta*, de que cada uma toma a porção que lhe convém. O que há é que a *caldeirinha* em que os espanhóis costumam aspergir-se é tão grande que eles podem tomar banho dentro dela. Saem de lá ensopados e entram a bradar que ele, sim, eles é que sabem ter *hombridade*. É um sesto. Deixa-os com ele.

Pelo que toca à *assimilação das raças, mais profunda do que a de todos os países conhecidos*, é apenas uma tolice de Martins, quero dizer... de Bomfim.

O contrário é exatamente a verdade: o *particularismo* espanhol é mais acentuado do que o de qualquer outro povo europeu. O *galego* dista imenso do *catalão*; ambos, enormemente, do *castelhano*; os três, profundamente, do *andaluz*, e assim por diante...

A mim me dizia uma vez o saudoso Juan Gutierrez, o denodado mancebo que foi morrer heroicamente em Canudos, tendo-lhe eu perguntando se não pretendia ir visitar a sua terra: "Não, estou já muito acostumado a este meio fluminense; a *diversidade profunda* das gentes espanholas me havia de chocar demasiado". E como me admirasse desse motivo e me revelasse incrédulo diante de tais divergências, narrou-me então coisas curiosíssimas a respeito.

Não vem ao caso repeti-las. O moço artista, porém, tinha razão, porque vejo o que ele me dizia confirmado em Pompeyo Gener. Este distinto cientista, notável como filósofo e crítico, assim se expressa: “Espanha no es un país *único*, sino un país esencialmente *múltiple*. Más bien es *una federación de pueblos diversos* que *un mismo pueblo*. Varias son sus razas, distintas sus procedencias, diferentes los medios em que han vivido desde su instalación en la península. Invasiones varias *han dejado* en lesuelo ibero sus descendencias, *cada qual en las marcas más apropiadas á su temperamento y aptitudes*. Sin contar com los antiguos autoctenas del país, cuyo origen ES insuficientemente conocido, viniero á poblar nuestra península, iberos, celtas, presemitas (biksos? Egipcios?), griegos, fenícios, cartagineses, romanos, godos, suevos, vândalos, árabes, francos, moros, judíos, y varios otros pueblos.

En el território peninsular *cinco grandes divisiones geográficas* marcan las principales agrupaciones de estas razas y pueblos, correspondiendo asi á *cinco agrupaciones etnográficas y filoloficas actuales*.

En el país *vasco* uma raza análoga á las turco-altaicas ó ugro-finezas, conserva aún uma lengua primitiva del grupo de las aglutinadas.

Extiendense los *catalanes* (raza latina en el fondo, mezclada de godo, celta, griegos y fenício), desde los Pirineos orientales à Murcia y desde las llanuras de Aragon á las islãs Baleares, mezclándose en el reino de Valencia com la raza sarraceba.

Predomino este pueblo en el antiguo reino de Aragon y extendió sus conquistas á oriente. Correponden á los *castellanos* las llanuras de ambas Castillas con toda la Espana central, el reino de León y las alturas de Astúrias hacia el norte; su sangre es la mezcla de la latina y de la goda con la céltica en el norte, y la árabe y la morisca en el centro y en el sur. Los *gallegos* forman una raza única con los *portuguezes*; en el fondo todos son antiguos lusitanos, y predominan en ellos los elementos céltico y latino, en proporciones casi iguales. Y por fin los andaluces al sur de la península, sobrepujando en ellos al elemento latino y vândalo el elemento semítico, presemítico y aún, en ciertos logares, el mogol”. (Heregias, p.60)]

É a esta variedade de gentes, com seus impulsos, gênios, índoles, caracteres, costumes diversos, que Bomfim chama o país onde *mais profundamente se fundiram as raças*... Martins tinha escrito esse disparate e o trabalho do sr. Manoel foi só o de copiar. Quis resgatar os enormes *xingamentos* passados aos povos peninsulares, como bulhentos, anárquicos, depredadores, cruéis e parasitas, outorgando-lhes dois privilégios, a *hombridade* e a faculdade *assimiladora*, que, por exagerados, se transformam em dois erros, duas faculdades.

Urge passar a outro ponto. Eis aqui uma segunda proposição:

b) “Este parágrafo – *inferioridade das raças* – é o mais interessante. Ao examinara influência de cada uma das raças sobre as novas sociedades, importa pouco o estudo das qualidades positivas dos selvagens e dos negros (*É falso*); o essencial é saber qual o valor absoluto (*Valor absoluto é tolice*) dessas raças em si, a sua capacidade progressista: se são civilizáveis ou não. Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das *raças inferiores*. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria *não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata* (Faz sociologia insultando os maiores escritores), e covardemente aplicado à exploração dos fracos, pelos fortes (*É falso*). Em face das reivindicações, que formam a essência mesma da moral moderna, o egoísmo dos fortes teria que ceder: *Os homens são iguais; não devem uns explorar os outros*.

Iguais? Refletiu a filosofia dos dominadores. E se nós pudéssemos contestar tal (Que língua!) igualdade? Estamos no século da razão e da ciência, recorramos à ciência, e provemos que os homens não são iguais. Voltaram-se, então (*Quando foi isto?*) os sociólogos do egoísmo e da exploração para a história contemporânea, e encontraram que, *no momento*, como em todos os tempos, os homens não se apresentavam no mesmo estado de desenvolvimento social e econômico (*É falso; não é este o motivo*): havia uns mais adiantados do que outros, uns já decaídos, outros ainda na infância; e, sem hesitar, traduziram (*Está errado*) eles está desigualdade atual, e as condições históricas do momento, como a expressão do *valor absoluto* (?!) das raças e das gentes, a prova de sua aptidão ou inaptidão para o progresso. A argumentação, a demonstração científica, não chega a ser *pérfida*, porque é *estulta*; mas foi bastante que lhe pudessem dar esse nome de *teoria científica do valor das raças* (*Quem foi e quando?*), para que os exploradores (*Quais?*), os fortes do momento (*Que momento?*), se apegassem a ela. Há povos superiores e povos inferiores, pois que, neste momento, há uns que são mais cultos, e mais ricos e poderosos do que outros.

Estes se se mantém ainda na barbaria, é porque são incapazes de progredir; os que decaíram são povos decrépitos, esgotados; formam uns e outros a categoria dos inferiores; só os adiantados neste século (*Quanto disparate, santo Deus!*), só estes, devem ser considerados aptos para o progresso, - concluiu a etnologia privativa das grandes nações salteadoras..." (p. 278 e seg.)

Eis aí: nunca a doutrina da *igualdade das raças* teve um advogado tão desasado. Multiplica os adjetivos insultuosos, julgando que basta esse grosseiro expediente para dar ganho de causa ao seu socialismo de colegial; finge argumentar com algum pobre de espírito, que houvesse caído na patetice de fazer provir a *desigualdade* das raças do fato de agora, hoje em dia, estarem umas mais adiantadas do que outras, para se gabar de vitória; assoalha que a velha doutrina, por ele desastadamente combatida, é uma invenção recentíssima do que atualmente se costuma chamar a pretensão *imperialista*, no claro intuito de desviar um debate meramente científico para o das paixões partidárias da atualidade. Baldado esforço, porém!...

As diferenciações entre as raças humanas, a maior ou menor progressibilidade entre elas – não é coisa para ser apagada por motivos tão fúteis. É velha, é secular doutrina, estribada nos mais imparciais e despreocupados estudos da pré-história e da história, da antropologia e da etnografia, com que a política nada tem a ver. São investigações sinceras, objetivas, meramente científicas em que têm tomado parte os maiores espíritos e os mais profundos sábios. Boucher de Perthes, Lartet, Brioca, Darwin, Mortillet, Huxley, Topinard, Hackel, Wallace, Lyell, ao lado de Bopp, Pott, Ewald, Schleicher, Max Muller, Schrader, Bréal, Burnouf, Jubainville, Renan, Ihering e milhares de outros, todos a uma, biólogos, antropologistas, historiadores, lingüistas, sociólogos, - depararam essas diferenciações, sem a mínima preocupação pejorativa, política, religiosa ou de qualquer outra ordem.

O *imperialismo hodierno*, que não passa duma atribuição de fracos inspirada pelo medo, é uma graciosa fantasia dos modernos, se o compararmos com o dos antigos, dos mediéviços e dos temerosos tempos do chamado *absolutismo régio*.

Chefes selvagens ou bárbaros, reis depostas, sedentos de sangue, aristocracias bulhentas, de grosseiros instintos e insaciáveis apetites, levavam pelo cabestro a pobre humanidade. As conquistas, as *razias*, as depredações eram do número das fontes mais abundantes dos erários nacionais.

Hoje quase tudo isto passou, não existem mais terras abandonadas para ser ocupadas, nem continentes exóticos para ser submetidos. A partilha européia da América fez-se nos séculos XVI e XVII; a da Oceania, nos séculos XVII e XVIII; a da África, no século XIX; a da Ásia, tanto quanto pode sê-lo, nos séculos XVIII e XIX. E digo – *tanto quanto podia sê-lo*, porque é evidente haver ali parado a aventura partilhadora.

A fatalidade que impelia o europeu a apoderar-se de todos os continentes, para explorá-los por si ou por seus descendentes, chegou a iludir-se com a Ásia. Animada com as conquistas dos russos na Sibéria, no Cáucaso, no Turquestão; com as dos ingleses na Índia e na Indochina; com as dos franceses na Cochinchina e no Touquim, a audácia européia tentou ir por diante, mas teve de recuar em face da maior lição histórica de todos os tempos, após a dos persas na Europa, no período das guerras médicas.

Quero me referir à sublime e nunca assas admirada derrota dos russos pelos japoneses.

Assim como a derrocada dos persas serviu para mostrar, desde os velhos tempos, - que a *Europa era dos europeus*, chegada é a ocasião de se ficar sabendo que a *Ásia deve ser dos asiáticos*. A audácia européia deve parar.

Salutares avisos já tinham sido dados, mas de pronto esquecidos.

Assim, a humilhação dos franceses no México em 1864, e a recente dos espanhóis, em Cuba, diante dos Estados Unidos, já claramente estavam indicar que a divisa de Monroe é muito mais séria do que possam supor os orgulhosos europeus e seus inconscientes sectários latino-americanos.

Na própria África, a gananciosa filáucia dos agitadores do Velho-Mundo, inebriada com a fácil divisão do Congo, do Suldão, do Zanzibar, da costa e da contra-costa de Angola, de Moçambique, do Cabo e do interior do continente, não falando na Argélia e em Tunis, atreveu-se a medir-se com velhas, respeitáveis, venerandas nações históricas, como a Abissínia.

O resultado foi essa tragédia de Adua, Makalé e Abigha-Rima, que só encontra superiores, em modernos tempos, nas abençoadas vitórias dos japoneses no Extremo-orient e dos americanos em Manilha e Santiago de Cuba.

Quero com estas indicações mostrar que imperialismo europeu, longe de ser uma criação de nossa época, recebeu nela, ao contrário, rudes golpes, que o fizeram recuar e compreender que hoje só resta um campo lícito de luta: o das indústrias, da navegação, do comércio, da competência econômica, em suma.

Ora, não seria em tal momento e em tais conjunturas que ele havia de *inventar*, com fins políticos, a teoria das *raças inferiores*. Seria a mais rematada das inépcias, porque importava implicitamente o reconhecimento da superioridade dos *japoneses*, dos *abexins*, não falando já na dos *norte-americanos*, coisas que os vaidosos europeus não seriam tão tolos que viessem a proclamar perante o mundo inteiro.

A explicação do sr. Bomfim é, pois uma criancice que se esboroa por si.

A doutrina das diferenciações das raças e sua *divisão em mais progressistas e menos progressistas* não é, repito, uma criação de agora, nem é uma invenção propositada de políticos gananciosos e depredadores, sedentos de conquistas.

Menos ainda se originou do fato da desigualdade *atual* dos diversos estados de cultura entre os povos. Seria um contra-senso que só espíritos desvairados se lembrariam, como o sr. Manoel, de atribuir aos mais notáveis cientistas.

As distinções entre as raças são notadas pelos competentes em todo o curso da existência do homem, desde a pré-história até as gentes atuais.

A análise mostrou que as primeiras e mais rudimentares foram substituídas por outras, que se revelaram mais capazes, mostrou que as primeiras não chegaram a criar civilizações prósperas e adiantadas, ao passo que as outras a conseguiram; mostrou, finalmente, que ainda hoje, existem certos povos, antiqüíssimos, aliás, alguns dos quais andaram em contato com altas e famosas civilizações sem que se tivessem civilizado. Incapazes de produzir uma civilização própria, autóctone, original, tem-se revelado ao mesmo tempo inábeis para, em massa, adotarem a civilização alheia e a desenvolverem num sentido próprio.

Tal é o caso dos indígenas equatoriais da África e da América: os negros e os índios.

Donde provieram as diferenças nativas, se do fato do precursor do homem ter chegado a ele em pontos vários da terra (*hipótese poligenista*); se de violentos cataclismas em regiões variadas terem atuado sobre os primitivos, separando-os irremessivelmente em grupos, que se conservaram distintos e sem cruzamento durante milênios, distinção ajudados cada vez mais pela ação dos meios físicos (*hipótese monogenista*), o caso vem a ser o mesmo para a ciência imparcial.

Tanto é isto exato, pondera J. Deniker, que o mais ferrenho sectário da *unidade primordial* e da *indistinção originária* das raças, é forçado, quer queira ou não, a admitir, sob a ação dos meios, desde os primórdios, três ou quatro ou mais tipos distintos. “D’ailleurs, que l’on admette l’unité ou la pluralité des espèces dans le genre *Homo*, on será toujours obligé de reconnaître le fait positif de l’existence, dans l’humanité, de plusieurs *unités somatologiques*, ayant chacune son caractère propre, et dont les combinaisons et les mélanges constituent les différents *groupes ethniques*. Ainsi, les monogénistes, même les plus intransigeants, aussitôt après avoir établi, par hypothèse, une *seule espèce d’homme* ou de *précurseur de l’homme*, font vite évoluer cette espèce sous l’action des milieux, en trois ou quatre ou en plus grand nombre de *troncs primitifs*, ou *types*, ou *races*, etc., en un mot en *unités somatologiques*, qui, en suite, vont se mélanger entre elles et former les peuples, etc.” (*Races et peuples de la Terre*, p. 10).

Deniker, que é atualmente um dos mais distintos antropologistas franceses, apesar de suas tendências para a doutrina dos unitaristas e confuscionistas dos homens, não têm a coragem e a sem-cerimônia de apagar as diferenças entre as raças, como faz o inconsciente e medíocre J. finot.

Ensinando que se não devem confundir os *grupos étnicos* com *as raças*, estabelece que, examinando-se atentamente os primeiros, chamados *povos, nações e tribos, etc.*, conhece-se que se distinguem uns dos outros sobretudo pela língua, o gênero de vida, os costumes e verifica-se que os mesmos traços do tipo físico se encontram em dois, três ou mais grupos étnicos, às vezes assas afastados um do outro. No seio mesmo da maior parte destes grupos, encontram-se variações do tipo físico tão acentuadas que se chega a admitir a hipótese da formação destes grupos pela mistura de muitas *unidades somatológicas distintas*.

É a estas *unidades*, pondera sempre o autor, que se deve dar o nome de *raças*, tomando o termo em sentido largo. É um *conjunto de caracteres somatológicos*, que outrora se encontrava em uma reunião real de indivíduos e que hoje se encontra espalhado por fragmentos, em dozes variáveis, em diversos *grupos étnicos*, dos quais não se pode mais separar senão por uma análise delicada.

Seria possível, se o quisesse, com o auxílio de Broca, Huxley, Bagehot, Wallace, que peculiarmente consultei no ponto em debate, aprofundar o assunto e acentuar as *diferenças* das raças.

Não se faz preciso, porque o nosso Bomfim poderá dizer que as não contesta, refugando apenas a *superioridade* de umas e a *inferioridade* de outras.

Será um mero sofisma, porque a maior capacidade para a civilização origina-se da própria diferenciação étnica, ou melhor, é exatamente uma das provas dessas distinções e separações.

Concedo que não seja, como faz o próprio J. Deniker, preciso fazer do *Homem* um *gênero*, dividido em *espécies*, mas apenas uma *espécie*, dividida em *variedades*; concedo mais que, em vez de *raças superiores*, se diga – *mais progressivas*, e em vez de *inferiores*, qualificativo que tanto assanha o sr. Bomfim, se diga *menos progressivas*. Mas daí a chegar ao que pretende levianamente o autor da *A América Latina* – vai um abismo.

Já agora não acabo esta parte de minha análise sem lhe por sob os olhos uma página de um escritor alheio à política, página bem anterior ao que se veio a chamar o *imperialismo hodierno*.

Por ela o sr. Bomfim poderá ver o sentido em que a ciência veio a falar desde os inícios do século XIX em raças inferiores ou incultas e raças superiores ou *civilizadas*.

Em 1855, escrevia Ernesto Renan em seu extra-ordinário livro – *História Geral e Sistema comparado das línguas semíticas*, referindo-se ao aparecimento e sucessão das raças no velho mundo: “1º: Raças inferiores, não tendo deixado recordações, cobrindo o solo desde uma época impossível de investigar historicamente e cuja determinação cabe ao geólogo. Estas raças desapareceram, em geral, em todas as partes do mundo ocupadas pelas grandes raças civilizadas. Por toda parte, realmente, os Árias e os semitas encontram, quando se vêm estabelecer em um país, raças semi-selvagens por eles exterminadas e que sobrevivem nos mitos dos povos mais civilizados sob a forma de raças gigantescas ou mágicas, nascidas da terra, não raro sob a forma de animais. As partes do mundo aonde não chegaram as grandes raças, Oceania, África do centro e do sul, Ásia septentrional, ficaram entregues a essa humanidade primitiva que devia mostrar profundas diversidades, desde o doce e ingênuo filho das Antilhas às populações, mas de Assam e de Bornéu, até o voluptuoso taitiano, *mas sempre uma incapacidade absoluta de organização e de progresso*. (Vá vendo, Bomfim, o que são raças inferiores ou improgressivas). 2º: Aparição das primeiras raças civilizadas: chins, na Ásia oriental, Kuschito-hamitas, na Ásia ocidental e África do Norte. Primeiras civilizações impregnadas dum caráter materialista; instintos religiosos e poéticos pouco desenvolvidos; fraco sentimento da arte, mas sentimento muito apurado da elegância; grande aptidão para as artes manuais e as ciências de aplicação; literaturas exatas, mas sem ideal; espírito positivo, voltado para o negócio, o bem-estar e o prazer da vida; ausência de espírito público e de vida política; ao contrário, uma administração muito aperfeiçoada, e tal que os povos europeus só a vieram a ter na época dos romanos e nos tempos modernos; pouca aptidão militar; línguas monossilábicas ou sem flexões; escrita hieroglífica ou ideográfica. Estas raças contam 3.000 ou 4.000 anos de história antes da era vulgar.

Todas as civilizações kuschito-hamitas desapareceram sob o esforço dos semitas e dos aryas. Na China, porém, esse tipo de civilização sobreviveu e chegou até nós.

3º: Aparecimento das grandes raças nobres, aryas e semitas. Surgem ao mesmo tempo na história, a primeira na Bactriana, a segunda na Armênia, 2.000 anos antes da era cristã.

Muito inferiores, a princípio, aos kuschito-hamitas no tocante à civilização exterior, os trabalhos materiais e a ciência de organização que faz os grandes impérios, excediam-nos imensamente quanto ao vigor, a coragem, o gênio poético e religioso.

Os aryas excedem, logo de começo, os semitas em espírito político e militar, e, mais tarde, na inteligência e aptidão para as especulações racionais; os semitas, porém, conservam por muito tempo uma grande superioridade religiosa e acabam por atrair todos os povos aryas para as suas idéias monoteístas.

O maometismo, sob este aspecto, coroa a obra essencial dos semitas, que foi de simplificar o espírito humano, banir o politeísmo e as enormes complicações em que se perdia o pensamento religioso dos aryas. Cumprida esta missão, a raça semítica decai rapidamente e deixa a gente dos aryas caminhar à frente dos destinos do gênero humano.”

Não sei se este belo escorço do aparecimento e sucessão das raças no velho mundo dará ao sr. Bomfim uma idéia do qualificativo – inferiores – que se pode trocar por – *menos progressivos*, aplicado a certos grupos humanos, desaparecidos ou ainda existentes. Senão, *tant pis pour lui...*

Mas, cumpre lembrar, no livro, pelo que diz respeito a raças, não existe só essa arrelia sobre povos *inferiores*; há umas duras investidas contra os aryas, de que tanto falou Renan na página transcrita.

Anexamos aqui, um trecho do capítulo XIX do livro de Sílvio Romero que faz alusão ao capítulo V da *América Latina* de Manoel Bomfim, porém devido a especificidade dessa passagem, optamos por não analisá-la.

ROMERO, Sílvio. Trecho do capítulo XIX. IN: *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bonfim*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1906.

XIX

Em seus arrazoados antropológico-etnográficos, Manoel Bomfim estabelece as seguintes proposições:

c) “*Esta diferença dos direitos* (refere-se a umas das frases de M. Gerente acerca dos argelinos) esta diferença dos direitos consiste em que o colono francês tem direito de despojar o indígena das terras, obrigá-lo a trabalhar como assalariado, e enviá-lo, por intermédio dos *tribunais repressivos*, para os presídios, quando o indígena recalcitra. Agora sabem quem é esse indígena-inferior, e em nome de cuja inferioridade a França tem o direito de assim proceder? É o *árabe*... O árabe, cuja civilização, nos séculos da barbaria da Europa, resumia toda a ciência e riqueza do mundo ocidental!”.

Temos aí dois erros formidáveis: o indigenismo do árabe do norte da África, a grandeza única de sua civilização no mundo ocidental na época mediéfica.

Se Bomfim, para conhecer bem a gente brasileira e latino-americana em geral, se tivesse dado ao trabalho de estudar, o mais possível, as populações antigas e modernas da península ibérica, e mais as da África, e mais as da América, não cairia na patetice de supor os árabes os representantes hoje dos indígenas da África do norte, onde se acham as colônias francesas.

O árabe é ali uma minoria apenas e quase recente.

Abra – Gaston Boissier, *África Romana*, e veja o quadro dos povos da região – desde a mais remota antiguidade.

Ficará sabendo que os berberes, dos quais os Kabylas, os chánias e tuaregues são ramos, constituíram e constituem o fundo indescritível da população. “Dans cet immense espace de près de 5.000 kilomètres de long, un peuple a vécu et vit encore, divise aujourd’hui en une multitude de tribus toujours jalouse, souvent ennemies les unes des autres et prêtes à s’entredéchirer, mais qui formaient autrefois une seule nation, et qui a gardé de son ancienne unité une langue commune, la même qu’il parlait du temps de Jugurtha: ce sont les berberes pour leur donner le nom sous le quel les árabes les désignent, ceux que les romains appellaient mauvres et numides, c’est-à dire le fond indigène au dessus du quel les nations du dehors sont venues s’établir, et qu’elles ont reconvert, sans le détruire.” (*L’Afrique Romaine*, pág, 8).

Claro é que no período punico, no romano, no vândalo, no bizantino, no árabe – a população principal foi a dos berberes; e se assim foi com esses conquistadores estáveis, por maioria de razão o foi e é com os árabes, gentes nômades ali, como em terreno a isto adequado.

Tal o motivo pelo qual no seu recentíssimo estudo, intitulado – A França em Marrocos – o ilustre Leon Poinsard, no capítulo *Les populations marrocaïnes*, enumera, como habitantes da região: os berberes, os mouros (assim considera os berberes misturados das cidades), os judeus, e, no 4.^o lugar, os árabes nômades.

Sr. Bomfim, não seja trapalhão e estude mais os assuntos de que se ocupar. Nestas matérias, não se improvisa, meu caro!

Mister é estudar, estudar e ainda estudar.

E se é evidente que o autor *d’América Latina* – não sabe nada das gentes africanas, mais evidente ainda é que desconhece completamente o que tenham sido e sejam ainda hoje os árabes.

Na página 46 do seu livro dá-nos o árabe – como o tipo perfeito da civilização guerreira e depredadora, na página 248 o apresenta como reunindo toda a ciência no mundo ocidental.

A verdade é que o árabe teve na história não uma missão criadora e original e sim meramente de mediação. O papel criador pertencia, ainda naquela fase, ao gênio helênico.

“Devia caber, escreve um historiador que sabe, devia caber a um povo que tenha sido, durante dois séculos, adversário encarniçado dos gregos, e contra o qual o Ocidente devia armar todas as suas forças, um povo que tudo distinguia e separava tanto dos gregos como dos ocidentais, origem, tradições, costumes, língua, religião, disposições naturais do espírito, o preencher, mal grado seu, o papel de mediador entre os dois herdeiros dessemelhantes do mundo antigo: o império do Oriente de um lado e a Europa latina e germânica de outro. Os árabes estavam predispostos para este papel pelas condições geográficas de seu império e por sua índole própria. Em menos de cem anos- este povo que tinha gasto séculos e séculos a amadurecer e cujo despertar foi súbito, se tinha espalhado da Índia aos Pirineus. Por seus estabelecimentos extremos, estava em contato com os gregos do império e os cristãos da Europa Ocidental... Foi a seita cristã dos nestorianos, perseguida pelos imperadores de Constantinopla, que coube o mérito de iniciar os árabes nas letras gregas por intermédio dos sírios. Os califas da Síria aprenderam a conhecer e apreciar a literatura grega, mandaram fazer traduções de suas obras primas em siríaco e em árabe. A escola de Edessa, fundada pelos nestorianos na Mesopotâmia, foi a fonte donde brotou para os árabes a primeira corrente dos conhecimentos da antiguidade.

A Pérsia foi para eles também um terra de descobertas porque ali puderam recolher as lições de numerosos filósofos exilados da escola de Atenas pelas perseguições de Justiniano. Deve-se, porém, notar que na opulenta herança helênica, os árabes desprezaram propositadamente o que não se referia à filosofia e às ciências. Quanto aos monumentos literários propriamente ditos, não os quiseram conhecer, ou porque mestres idôneos lhes tenham faltado para esta parte delicada da obra grega, ou porque a sobriedade e perfeição helênicas tenham tido poucos atrativos para a exuberância árabe e a diferença dos gênios tenha tornado esse comércio importuno e estéril.

Por isso, a obra de mediação dos árabes foi diminuída e encurtada. Em vez de darem a conhecer a Europa medieval o helenismo inteiro, eles lhe ofereceram uma só parte – o helenismo científico. Foi mister esperar até aos séculos XV e XVI para que o helenismo literário fosse mostrado por outras mãos ao Ocidente.”

É, pois, evidente que os árabes não estavam sós no terreno científico na Idade Média. Gregos, bizantinos, e sírios cristãos competiam com eles numa obra em que o papel dos novos conquistadores não era original, não passava de mera mediação e propaganda.

Mas vamos a coisas mais graves. Eis aqui nova proposição:

d) “Pois não vemos, hoje admitida pela quase unanimidade (*É Falso*) das antropologias e etnografias a superioridade dos famosos dolícocefalos loiros da Europa – alemães (*É inexato*, muitos dos alemães nem são loiros, nem dolícocefalos), ingleses (*O mesmo que os alemães, muitos nem são loiros, nem dolícocefalos*), suecos, etc., sobre todos os povos da terra inclusive os outros da própria Europa?...

Porque as nações por eles constituídas são, hoje, mais fortes e ricas (Falso; os noruegueses, suecos e dinamarqueses, e mesmo os holandeses e flamengos, não são do número dos mais fortes, posto que os últimos estejam no número dos mais ricos), hei proclamados superiores a esses próprios morenos do Mediterrâneo (Falso, ali como na Ásia e África sempre houve e há loiros dolícocefalos), que produziram a civilização ocidental (Falso), tudo que nela se encontra de belo e original. Os tais loiros seriam superiores à raça donde saíram esses gregos (Falso, os trácios e os helenos eram loiros), os criadores da arte... Seriam superiores os tais dolícocefalos loiros a estes latinos, que instituíram a vida civil, segundo a qual ainda hoje se regem os povos; superiores a esses povos morenos donde saiu a moral do amor e da igualdade entre os homens!... Que é que há no progresso humano que não tenha sido criado por esta raça morena, hoje tão detratada? Arte, ciência, filosofia, direito, moral, tudo criado por eles...” (Pág. 284)

É um tecido, uma malha de erros este trecho.

São tais e tantos que há até dificuldade em destrinchar essa cipoal!

O sr. Manoel, no seu entusiasmo pelo morenos, quase chegou ao ponto de entoar a modinha casquilha dos capadócijs eméritos:

“Eu gosto da cor morena,
Sempre amena,
Que mimosa me arrebatá; Essa cor é da faceira,
Feiticeira,
Mulatinha que me mata.”

Foi o que faltou.

Por mais um pouco, em furor laudatório, Bomfim desandaria no canto predileto. Mais é preciso falar sério: não há nos períodos citados, uma linha certa. Tudo errado.

Atenda o leitor.

Não é verdade que os antropólogos quase unanimemente tenham declarado os dolílocéfalos loiros da Europa do norte superiores ao resto dos homens.

É opinião, que eu aceito, mas, infelizmente, não vejo seriamente adotada senão por pequeno número de pensadores, entre os quais se destacam de Gobineau, Ammon, Lapouge, Chamberlain (não confundir com o famoso político) e poucos mais, em cujo número pode ser incluído o grande Haeckel.

Os etnólogos franceses, italianos, espanhóis e crescido número dos eslavos, ingleses e até alemães, não cogitam dessa opinião ou a repelem resolutamente.

Neste ponto, Bomfim exagerou de propósito para reduzir ao absurdo a doutrina adversa.

Não é verdade que os dolílocéfalos loiros do norte sejam hordineamente os mais ricos e por isso os mais fortes.

Os suecos e noruegueses que figuram entre os mais puros tipos daquela variedade de gente, nem são os mais ricos nem os mais fortes Estados de hoje.

Os holandeses e flamengos, entre os quais superabunda, talvez, o tipo, são ricos, mas não são poderosos.

Por outro lado, os alemães, ingleses e norte-americanos, gentes onde os braquicéfalos e mesófilos ocorrem em proporções quase iguais aos dolílocéfalos, são realmente ricos e poderosos.

O mesmo se pode quase dizer dos franceses; nestes, a mistura é um pouco maior: existem dolílocéfalos morenos ao oeste, braquicéfalos morenos ao centro, braquicéfalos loiros espalhados, nomeadamente em algumas regiões de leste, o que tudo não impede aquele país de ser forte e riquíssimo.

Não é tudo: não é verdadeiro Bomfim, quando entre os *dolílocéfalos loiros* enumera os alemães e os ingleses, sem fazer a mais leve restrição, porque os alemães do sul são uns loiros, outros morenos – braquicéfalos ou mesocéfalos; os ingleses do oeste são dolílocéfalos, é certo, na quase generalidade, porém são morenos. É o testemunho de Huxley nos seus três admiráveis ensaios – *Os métodos e resultados da etnologia. Alguns fatos assentes da etnologia inglesa, A questão ariana e o homem pré-histórico.*

Não é só: não é verdade que as gentes mediterrâneas tenham sido, ou seja ainda hoje, morenas, nem o que o tivessem sido ou sejam, até agora, os gregos.

O esquecido Manoel, pelo modo porque fala, parece supor a existência dos malditos loiros só no norte da Europa.

Porque não estudou esse jovem o assunto antes de coser a *América Latina*?

ANEXO 2

O presente anexo traz na íntegra a carta- resposta de Manoel Bomfim publicada na revista *Os Anais*, de 15 de março de 1906. Nesta época, Sílvio Romero tinha realizado dezenove dos vinte e cinco artigos contra Bomfim, que mais tarde foram compilados e publicados sob o igual título *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*.

BOMFIM, Manoel. “Uma carta: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro *A América Latina*”. (IN: *Os Anais*. Rio de Janeiro, 74 (1906): 169-70).

“Meu caro amigo Sr. Walfrido:

É muita a sua gentileza de repetir-me em carta o oferecimento feito por intermédio de um amigo. Venho agradecer-lhe. Você põe a minha disposição as colunas de *Os Anais* para que eu conteste a extensa descompostura passada à minha *A América Latina* pelo Sr. Sílvio, garantindo-me estar pronto a acolher uma resposta à altura da agressão. Lamento não poder aproveitar esta ocasião de honrar-me colaborando nas colunas da sua estimada revista. Não responderei diretamente o Sr. Romero. Os sentimentos que lhe animaram a pena nessa extraordinária crítica são tais, e tão claramente se exprimem, que me dispensam de tratar diretamente com ele. É um indivíduo que não tem, sequer, o pouco de educação e de bom gosto necessários para mascarar em público os furores da inveja e da cólera. Os seus dezenove artigos são outras tantas séries de contorções grotescas, gestos e assobios, onde a gaiatice insípida encobre um despeito minaz e vil, traindo um espírito que até na decrepitude é ridículo e pretensioso.

O Sr. Romero foi sempre um endeusador prejudicial e enfadonho, ou um xingador destemperado, xingador sem veemência, sem verve e sem brilho, na abundância da “logomaquia” dos degenerados mentais. Dos que o conhecem, os que o estimam têm-lhe dó; os outros desprezam-no, como bem merece ser desprezado o crítico que só se agita movido pelo ódio invejoso, ou pela reciprocidade do elogio.

Eis a razão por que, escrevendo eu um livro sobre fatos sociais de nosso meio, nunca me caiu da pena o nome desse crítico, que pretende entender de tais assuntos, e tanto se tem ocupado deles; eis a razão porque não me lembrou, sequer, oferecer-lhe um exemplar do meu livro...

Desprezava e desprezo esquecidamente o infeliz grosseirão. Ele, porém, distingue-me e preocupa-se comigo de modo excepcional. E desta preocupação, e deste zelo foi vítima o eu ilustre amigo, que viu a sua revista entupida, em dezenove edições, pela prosa informe e vilã do pretensioso crítico. Essa distinção me levaria a pensar nele, se o respeito que devo a mim mesmo – ao meu caráter e meu pensamento, não me impedisse de tratar diretamente com um homem que, sem motivo confessável, faz da sua crítica a difamação sistemática, a injúria insossa, o remoque soez e aparvalhado.

E, quando assim não fora, nem por isso estava eu obrigado a responder-lhe. O meu livro é a recapitulação rápida de uns tantos fatos históricos incontestáveis, fatos de que eu induzo um princípio geral, uma teoria, baseando-me em noções rigorosamente científicas, noções de ciências biológicas e naturais. Com essa teoria procuro explicar as perversões e os vícios notados na evolução das sociedades latino-americanas. Para julgar e criticar uma obra tal, é indispensável um relativo preparo científico. Ora, o crítico de Lagarto é de uma ignorância absoluta, radical, e, já agora, irredutível, nesses assuntos. E é por isso mesmo que ele tanto se esforça para reduzir o livro a uma simples dissertação de história – de que presume entender.

Para que o meu ilustre amigo ajuíze da ignorância do tal crítico nestas ciências, basta lembrar-se disto: ele acredita e afirma que durante o período glaciário na Europa já existiam civilizações na Média e na Bactriana!...Ele não sabe – bem-aventurado! – que esse período glaciário foi geral para todas as zonas isotérmicas do hemisfério norte – porque a meteorologia não conhece as nossas convenções geográficas. No entanto, ele pensa que só a Europa – porque só ali os vestígios do dilúvio têm sido bem estudados – que só aquela parte do mundo passou pela fase glaciária; e diz que, com esse período, coincidiram civilizações históricas na Ásia. Não me espanta que um criticógrafo considere as civilizações históricas da Índia e da Média contemporâneas do dilúvio, que ocorreu nos fins do período terciário – começo do pleistoceno, justamente na época em que aparecem os primeiros sinais incontestáveis da existência do homem no planeta. Não me admira isto; ele está no seu papel de ignorante, disseminador de insanidades mentais; o que me espanta é que não se lhe note nenhum movimento de pejo ao falar destas coisas. É que lhe falta, não só o preparo, a ciência, como também o método científico de pensar e julgar. O velho cacógrafo nunca passou de um verbociante, indigesto na forma, caótico a substância. Por isso todos o reconhecem: não há desprazer intelectual comparável ao de lê-lo. A sua mentalidade é um pântano de ignorâncias, invejas e vaidades.

Mas há acusações formais – de erros e contradições, acusações que devem ser rebatidas, dirá você.

Ainda neste caso, poderia eu escusar-me a essa polêmica, que me obriga a um contado espiritual tão pouco agradável. Entregaria o livro e a crítica ao julgamento. Mas não será assim.

“ Não quero que seja assim. O meu livro é uma obra de amor - de muito amor à minha terra. Quando escrevi, roubando o meu tempo às excursões, aos passeios e aos estudos que deveria fazer na Europa, é porque estava convencido que se deviam dizer e propagar as verdades que nele se dizem. Eu bem sabia que o reacionarismo dos eternos exploradores acharia penas que me enxovalhassem. Esperava por isso. Eu o sabia, e bem o disse: que a exploração, o parasitismo, a violência e a injustiça dispõe de uns pseudo sábios para defender-se. São esses mesmos que, há duzentos anos, seriam negreiros ou pegadores de índios - se tivessem coragem de afrontar a morte; hoje são teóricos, a serviço dos fortes e dos sugadores.

Sempre foi propósito meu aproveitar esses ataques para repetir e reforçar as afirmações do meu livro. Eis que aparece o infeliz (cujo último avatar criticológico é um lusitanismo agudo) e agride-me. Aceito jubiloso os seus doestos; não lhe respondo diretamente porque ele não tem direito a essa resposta. Mas acharei ocasião, e muito brevemente, de, propagando as idéias que me são caras, mostrar os verdadeiros intuitos dessa crítica alagada e insultuosa, e de reduzir ao que elas valem as suas repetidas acusações. Serenamente, e implacavelmente, mostrarei também de que lado estão as asneiras, os dislates, as chatices, os erros grosseiros as toleimas... como se diz no estilo predileto do criticógrafo.

Não perderei a ocasião, por mais que me penalize amargurar a alma, já naturalmente odienta e turva, de um homem cuja insensatez mais se acentua com a velhice, e cujos despeitos invejosos crescem na medida do justo desconceito em que o tem o público letrado daqui. É um pobre de espírito, que vai até reforçar a sua crítica com as mofinazinhas anônimas nos a pedidos, ansioso por fazer escândalo em torno dos desalinhavos com que anunciava liquidar o meu livro. E mais lhe cresce a amargura e o ódio, porque ele sabe que a sua crítica, hoje, não faz mal, nem bem, não faz nem desfaz reputações; é uma enxurrada nada estranhável nesta época de cheias e brejais, Serve, quando muito, para os submediócrez do interior, que, ingênuos, ainda pensam haver alguma significação de crítica na sonoridade desta meia dúzia de sílabas – silvioromero.

Creia-me muito amigo e admirador, Manoel Bomfim.”

